

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXIII



NOVEMBRO-DEZEMBRO 1970



ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO". Mesa que dirigiu os trabalhos da Sessão de Encerramento do Ano Escolar de 1970.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLÁVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— JOÃO BATISTA LUSARDO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

ENNIO LUIZ LEITÃO

JALMIREZ GUIMARAES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

JÚLIO CÉSAR COVELLO

LUIZ HERMANY FILHO

MÁRIO DE OLIVEIRA

OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEAO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Faria e Silva
- Honório Monteiro, Filho
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Fróes Abreu
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos — Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais ao Est. da Guanabara — Luiz Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

at
rep/son

ÍNDICE

Julio Cesar Covello	2
Guias Sociais — Embaixador Mauricio Nabuco	4
Reminiscências-Eugene Davenport — (1856-1940) Luiz Marques Poliano	5
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Encerra- mento do ano letivo de 1970	6
"A Lavoura" — há 70 anos	8
Instantâneos de gente da roça — Último Recurso — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	9
Os novos cultivares de trigo plantados no sul do Brasil-Ady Raul da Silva	10
Cultura do Milho Verde — Eng. Agro. Almiro Gon- calves de Castro	15
Comércio Externo, Uma Necessidade — José Sam- paio Fernandes	16
Agricultura na Guanabara	17
A FAO — No Mundo e no Brasil — Prof. Heitor Grillo	18
No Caminho Certo — Serzedello Machado	24
Climas da Bahia e Minas — Adalberto Serra	25
Notícias e Informações	30
Legislação Agrícola	33
Eng. Ildelfonso Simões Lopes — Bibliografia levan- tada por Luiz Marques Poliano	37
XIII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo.....	48

Nossa Capa:

A mesa da Sessão Solene do Encerramento do Ano Letivo de 1970 se compôs, da esquerda para a direita: Profs. Hélio Raposo e Jalmírez Guimarães Gomes, na presidência, o Diretor Luiz Marques Poliano; em seguida, os Profs. Geraldo Goulart da Silveira e Pedro Goulart da Silveira Filho, o primeiro, ex-diretor do estabelecimento e decano do Corpo Docente; logo depois, o Engº. Arquiteto Ary Fontoura de Azambuja sócio da SNA, pelo Diretor convidado para representante da entidade, na ocasião.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

novembro — dezembro
1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITÃO
— FABIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.



Júlio Cezar Covello

Faleceu a 19 de dezembro deste ano o antigo Sócio Titular e membro da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura, o Economista Rural Dr. Júlio Cezar Covello.

Ocupante da Cadeira n.º 19 do Conselho Superior da SNA, durante três decênios dedicou o ilustre profissional a sua atividade e esforços às tarefas da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja Diretoria, ao tomar conhecimento do seu passamento, inseriu em ata dos trabalhos um voto de profundo pesar.

Foi uma luta tremenda contra a morte, pois a despeito da moléstia insidiosa que o acometera, há cerca de dois anos, tombou como um gigante, lutando contra a morte até o último momento.

Dias antes de ser internado no hospital, de onde sairia morto, participou ativamente dos trabalhos da Diretoria da Sociedade, conforme se vê da ata de reunião de 30 de novembro.

O seu último trabalho nesta revista, número de setembro/outubro de 1969, trata de assunto de mais alta significação, haja vista o seu título: A AGROPECUÁRIA, tendo o já saudoso consócio, numa das últimas sessões, pleiteado a sua publicação em folheto.

Um outro trabalho da sua autoria, também dado a lume nesta revista, a "ENGORDA DE BOVINOS SOB CONFINAMENTO", publicado em diversos números seguidos, poderia também ser reunido em folheto, para que se não disperse, dada a sua grande repercussão.

Foi uma grande perda para a economia agrícola do Brasil. Caráter reto, conhecedor profundo dos numerosos problemas agro-pecuários do país, o Dr. Júlio Cezar Covello prestou à administração pública os melhores serviços, e também a esta Sociedade, que muito esperava ainda do ilustre técnico, pois apesar da sua idade, era homem de atividade sem limites, não parando nunca, sempre à cata de motivação para o seu espírito construtivo e patriótico.

O Brasil, com a sua morte, perde um dos seus grandes expoentes, e esta revista um dos seus mais ilustres colaboradores.

Relacionamos a seguir os dados e fatos que constam de seu fecundo *curriculum vitae*.

- Eng.^o Agrônomo — Formado pela E.S. de Agricultura Luiz de Queiróz de Piracicaba.
- Fazendeiro Agricultor, Topógrafo e Agrimensor, até 1932.
- Co-Organizador da 1.^a Exposição Cafeeira, no Parque da Água Branca, S. Paulo, em 1932.
- Nomeado chefe do S. Técnico do Café, na Bahia — 8-7-1932.
- Fundador e Chefe do Serviço Técnico do Café na Bahia — 1932/1935.
- Nomeado Diretor da Estação Experimental do Café, em Botucatú — S. Paulo — 1934.
- Assistente Chefe do Serviço Técnico do Café do DNPV — 1935.
- Instalador e Diretor-Geral do Instituto Baiano do Fumo — 1935.
- Nomeado pelo Governador do Estado da Bahia para fazer parte da Comissão de Propaganda e Expansão Comercial da Bahia, como representante do Instituto Baiano do Fumo — 1936.
- Chefe do Laboratório do Serviço Técnico do Café — S. Paulo — 1937.
- Assistente Técnico Chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — 1938.
- Presidente da Banca Examinadora da prova de habilitação para extra numerária mensalista, do DASP. — 1941.
- Relator do Orçamento do Ministério da Viação na Comissão do Orçamento do Ministério da Fazenda, elaborado pelo DASP.
- Designado para efetuar estudo econômico do oeste de Mato Grosso e da EFNOB; da região de fronteira da EF Brasil-Bolívia — 1941.
- Chefe da Divisão de Despesa da Comissão do Orçamento do Ministério da Fazenda — 1941-1942 — DASP.
- Designado membro da Comissão encarregada de estudar a regulamentação da matéria contida nos artigos 67 e 72 da Constituição. Portaria do Presidente da Comissão de Orçamento do DASP — 1942.
- Designado para representar o M.A. na Comissão Permanente de Exposições e Feiras junto ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio — 1946.
- Designado para inspecionar e relatar as condições do Frigorífico de Barbacena S.A., sob intervenção federal — 1947.
- Diretor do Serviço de Economia RURAL — 1947.
- Chefe da Equipe elaboradora do Plano SALTE — Setor Alimentos — 1947.
- Comissão ABBINK — Presidente da Sub-Comissão — Setor Armazenamento 1948.
- Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura na II Conferência das Classes Produtoras no Araxá — 1949.
- Elaboração do Estudo para melhoramento das condições de abastecimento do DF — Rio — 1950.
- Diretor do Departamento de Abastecimento da Prefeitura do DF — 1951.
- Membro Consultivo da Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos — 1951.
- Designado Presidente da Comissão encarregada dos estudos necessários à escolha dos locais mais convenientes à localização dos órgãos do futuro Entrepôsto Central Atacadista de Gêneros do DF — 1951.
- Membro da Comissão constituída pelo Prefeito do DF para avaliação dos Armazéns Frigoríficos do Cais do Pôrto, das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional — 1951.
- Designado para responder pelo expediente da Secretaria Geral de Agricultura da Prefeitura do DF, nos impedimentos do respectivo titular — 1951.
- Assessor da Comissão Executiva do Plano SALTE — 1952.
- Chefe da Equipe elaboradora do Plano da Rede Nacional de Armazéns e Silos, instituído pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Plano RENAS) — 1954.
- Diretor Técnico e Presidente da Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos (CERNAS) — 1954/1956.
- Conselheiro representante do M.A. na Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda — 1957/1963 — Preços Mínimos.
- Designado, pelo Conselho do Desenvolvimento, membro do GT para estudo do desenvolvimento do transporte e produção da região Pantanal Matogrossense. — 1959.
- Sócio titular da Sociedade Nacional de Agricultura — 1960.
- Membro vitalício do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura — 1960.
- Chefe da Comissão, instituída pelo Ministro da Agricultura, para efetuar estudos sobre financiamento das atividades pecuárias e propor a remoção das dificuldades burocráticas do crédito pastoral — 1961.
- Conselheiro representante do MA no Instituto do Mate — 1961.
- Presidente do GT instituído para estudar o problema da estocagem de carnes — 1961.
- Assessor, para Assuntos Econômicos, do Gabinete do Ministro da Agricultura — 1960/1963.
- Consultor Técnico da Confederação Rural Brasileira — 1961.
- Designado para estudar, em Mato Grosso, a distribuição e estocagem de sal necessários e apresentar sugestões sobre localização de rede de depósitos distribuidoras — 1962.
- Designado para estudar, em Mato Grosso, a possível variação das exportações estaduais de gado magro, em virtude da seca que envolve a região pantaneira — 1963.
- Chefe da Assessoria Financeira do FFAP — 1963.
- Secretário Executivo do FFAP — 1964.
- Assessor Técnico do Departamento Econômico — 1964.
- Assessor Técnico de Empresas Pecuárias — 1970".

GUIAS SOCIAIS

EMBAIXADOR MAURÍCIO NABUCO

Todos acompanham com interesse a vida social. Dai o prestígio dos registros em que se inscrevem os nomes-chaves da vida de elegância. Desta, sobretudo no que se reporta à nobreza e à aristocracia, a principal é a que vem da terra, mas abrange hoje a elite da indústria, ontem reservada apenas às grandes famílias siderúrgicas, que formavam sociedade fechada, à parte.

Aquêles ambientes, ricos e desenvolvidos, têm cada qual o seu catálogo, como a *Roma Eletta*, o *Bottin Mondain* ou coisa parecida. Eu mesmo, desde o primeiro lustro deste século, recorro por vezes aos *Social Register* americanos. É publicação que sentença vida ou morte social e que, até hoje, não mudou de aspecto, conservando a mesma humilde capa preta, encerada, o mesmo papel, a mesma apresentação compacta, gráfica, com total aproveitamento de espaço, e sem nada de luxo. Cada cidade americana de prestígio social tem agora o seu *Register*, mas somente em Nova York vem este sendo publicado regularmente, creio desde 1886.

No Brasil, já houve várias tentativas para lançar coisa desse gênero. A primeira, patrocinada pela viúva de Enéas Martins, juntamente com Raphael de Mayrink, nasceu morta. Depois de outros esforços, veio *Nossa Sociedade*, obra amadoresca e de porte demasiadamente reduzido para qualquer efeito prático. Imagino que, enquanto não se aliar a alguma empresa forte, como a *Gráfica Editora Laemmert* ou a *Listas Telefônicas Brasileiras*, nada teremos de durável.

Isto tudo veio à guisa de prefácio, irrelevante, a um enobrecedor artigo de Eugene Kinhead, publicado em *The New York*. Muito me tem ensinado o erudito *Novaiorquino*; por ele vim agora a saber da existência de um *Social Register of Big Trees* ("Registro Social das

Árvores Grandes") publicado pela *American Forestry Association*, desde o ano de 1944. A oficialização do culto das melhores essências parece, assim, ser coisa recente. O artigo, cheio de dados curiosos para os leigos como eu, ocupa-se de um exemplar do *Ailanthus Altissimus*, galardoado como "Campeão Nacional" (National Champion). É a "árvore dos deuses", que os chineses veneram. Nela vão buscar o verniz, base de laca e charão maravilhosos que oferecem à arte. O espécimen em causa prospera na propriedade de Francis Bacon III, em Long Island. Tem oitenta pés, pouco mais de vinte metros de altura e quase outro tanto de copa.

Mas não foi por causa do belo tronco de allanto que comecei a rabiscar estas linhas, senão por causa de um chorão (*Weeping Beech*, da família *Fagus*) que célebre horticultor britânico qualificou como sendo "a mais bela árvore de seu gênero no mundo", e que se encontra em Flushing, cidade fundada pelos holandeses, no condado de Queens, em Nova York. Seus municípios adquiriram o terreno em volta do querido chorão e ali fizeram um parque, para homenagem.

Aqui no Rio, na rua Marquês de Olinda 64 (antigo 16), em Botafogo, há uma árvore que merece pelo menos, ser atracção de praça. Trata-se de "verdadeiro monumento vegetal", na opinião do eminente Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Luiz Simões Lo-

É uma *Caesalpinia ferrea*, cuja soberba copa mede trinta e sete metros. Foi plantada, não sei com quantos anos, em 5 de junho de 1864, por Antônio Joaquim Soares Ribeiro, para celebrar o nascimento de uma neta sua. Existe na antiga prefeitura um plano para protegê-lo, fazendo-se uma praça em torno do velho Pau, que o falecido Mestre Campos Porto, diretor que foi

do Jardim Botânico, reputava ser o mais belo exemplar de sua espécie no Estado da Guanabara. Nada se fez até agora.

Não creio, porém, que a população desta cidade de São Sebastião, centro cultural do Brasil, preze menos suas árvores de primeira grandeza do que os habitantes daqueles arredores de Nova York. Acredito que se os cidadãos, amantes da natureza, tivessem aqui voz ativa, tudo resolveriam com alta sabedoria. Não se deixariam levar por burocratas, para ficar atrás de Flushing.

O Pau ferro a que me refiro foi pródigo de sementes, neste inverno de 1970. Tenho a impressão de que não as dá anualmente, embora não saiba bem qual seu ciclo de reprodução, que me parece demorado.

Algumas sementes brotaram naturalmente após caírem no jardim vizinho, o do n.º 58. Assim, apreciaria afastar a triste hipótese de ver o centenário pau derrubado para, em seu lugar, erguer-se um imóvel; seria lastimável não vê-lo mais capaz de gerar grãos reprodutores (minúsculas sementes, envolvidas em vagens grandes, somando centenas de milhares para atingir um quilo); hipótese esta lembrada pelo *Jornal do Brasil*, faz um ano, em 9 de dezembro de 1969, que não mais se justificaria, para alegria de quantos cariocas nos procuram, telefonam e telegrafam por solidariedade ao nobre Pau ferro.

E para finalizar: logrado fui eu. Colhera sementes, formara viveiro e transplantara, com carinho, as melhores mudas para latas que mandei fazer, para oferecer a amigos, latas estas enfiadas em côr verde com letras douradas, desejando boas festas e subscritas com meu nome. Presumido fui, nesta iniciativa, pois verifiquei que apenas poucos amigos tinham percebido os dizeres tão cuidadosamente estudados.

EUGENE DAVENPORT — (1856-1940)

(Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz")

O nome que encima este artigo pertenceu a um agrônomo americano cuja vida o seu patrio Harold F. Cahalan, do Departamento de História da Universidade de Illinois, estuda.

Em junho de 1966, esta revista, por dificuldades financeiras, foi obrigada a suspender temporariamente a sua circulação, e esta "Reminiscência" deverá ter sido escrita naquele ano, para que o interessante fato que encerra ficasse convenientemente registrado, e divulgado.

Vamos a ele: em carta à SNA, a 18 de junho de 1966, Mr. Cahalan, dizia-nos que Mr. Davenport desempenhou durante 17 anos o cargo de Deão do Colégio de Agricultura da Universidade de Illinois, ao mesmo tempo que nos pedia informações "sobre um aspecto pouco conhecido da sua carreira de agrônomo, a qual incluía um ano como Diretor de uma Escola de Agronomia em nosso país".

E citava Piracicaba, "inaugurada no começo da década de 1890 por um cidadão abastado daquela Cidade, Luiz de Queiroz". Continuava: "Este cidadão veio aos Estados Unidos e persuadiu Eugene Davenport a assumir a administração do estabelecimento, que era destinado a desenvolver o estudo da agronomia, tendo em vista a sua aplicação regional. Aparentemente, o projeto estava adiantado em relação à época, pois Mr. Davenport retornou aos Estados Unidos em 1893, depois de um ano de ausência, tendo então sido fechada a Escola. Tenho conhecimento — observava Mr. Cahalan — que, no presente século, a instituição teve novo surto".

Daí, o recorrer ao auxílio da SNA, inclusive para saber se era verídico que, conforme informação, o nome de Mr. Davenport, havia sido dado a um dos edifícios da Escola.

Compulsamos o trabalho "O Ensino na Escola Agrícola "Luiz de Queiroz", do então diretor Francisco Tito de Souza Reis (240 pgs. e mapas fora do texto, in 8º, São Paulo 1920), no qual se lê que "a Escola foi fundada e mantida pelo governo do Estado de São Paulo", e "em 3 de junho de 1901, de acordo com a organização que lhe deu o decreto n.º 863. A de 24 de dezembro de 1900, iniciou suas aulas". No mesmo trabalho se lê que desde então, "o desenvolvimento da Escola tem sido continuado, notadamente a partir de 1906, depois que se iniciaram as obras e instalações definitivas".

Outras publicações que compulsamos nada informam a respeito de Mr. Davenport o que nos levou a recorrer à direção do modelar estabelecimento. Do seu ilustre diretor recebemos informações mais precisas, que então transmitimos ao interessado nos Estados Unidos.

Graças à gentileza do Prof. Hugo de Al-

meida Leme, que determinou uma busca, vê-se na "Gazeta de Piracicaba", edição de 11 de novembro de 1891, a seguinte notícia:

"Escola Agrícola. O Sr. Luiz de Queiroz trouxe em sua companhia o Dr. Eugene Davenport, Diretor da Escola, o qual vem acompanhado por sua exma. família e do Sr. Nelson, Sub-diretor da mesma Escola. Possuem ambos as mais elevadas habilitações para a grandiosa obra que vão empreender e gozam, como profissionais, de merecidos créditos na sua pátria onde prestaram relevantes serviços em idênticas instituições. Como prova do que afirmamos damos, abaixo, à publicidade, um telegrama recebido pelo Dr. Davenport a bordo do vapor *Advance* em New-Port News, já em viagem para o Brasil.

Este telegrama foi expedido pelo Secretário da Instrução Pública do Governo da União, sendo traduzido nesta cidade:

"Washington D.C. 10-9-91

a Eugênio Davenport a bordo do vapor "Advance"

Agora mesmo voltei a Chicago. Não posso alcançar o vapor com carta. Garanto que tendes capacidade e integridade de caráter. Congratulo-me com o Brasil por ter angariado os vossos serviços. Tendes autorização para mostrar este telegrama como prova evidente da minha consideração por vós e pelas vossas habilitações para a obra que ides empreender. a) *Edwin Willito*, Secretário".

"Além dessa citação, consta dos arquivos desta Escola — continua o Dr. Hugo Leme — que Luiz de Queiroz "foi também aos EUA, onde visitou várias fazendas e escolas agrícolas, e de lá trouxe um Diretor. Iniciou, então, os trabalhos com esse Diretor, dois arquitetos espanhóis e 200 trabalhadores". O Diretor, evidentemente, era o Dr. Davenport.

Pelo que se vê, o Dr. Eugene Davenport foi convidado por Luiz de Queiroz para ser o Diretor desta Escola, ainda em fase de construção, em 1891. A Escola somente foi inaugurada a 3 de junho de 1901, como estabelecimento oficial do Estado de São Paulo, sendo seu Diretor nesta fase o Prof. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho.

Com relação à hipótese de que um edifício naquela Escola tenha sido instalado com o nome de Dr. Davenport, a sua Diretoria, segundo nos informou o Dr. Hugo Leme, "desconhece o assunto".

Fica esta nota como registro e homenagem ao técnico americano que, pelo visto, foi o planejador da "Luiz de Queiroz", cujo nome se projeta hoje como estabelecimento de ensino de fama internacional, instalado na propriedade do seu patrono, a "Fazenda São João da Montanha", doada ao Estado para o fim em que até hoje é utilizada.

ESCOLA DE HORTICULTURA

“WENCESLÃO BELLO”

Encerramento do ano letivo de 1970

A 13 de novembro realizou-se na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello”, como há muitos anos vem acontecendo, a cerimônia de encerramento das aulas do internato.

Presidiu a sessão o Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola, que convidou para a mesa, que se vê na capa da revista, os Srs. Prof. Hélio Raposo, Jalmiréz Guimarães Gomes, (à esquerda) Geraldo Goulart da Silveira (decano do corpo docente), e Pedro Goulart da Silveira Filho.

Convidado como representante da Sociedade, participou da mesa o antigo Consócio, Eng^o Ary Fontoura de Azambuja, padrinho de um dos alunos que terminou o curso.

O Diretor fez sucinta explanação a respeito dos trabalhos do estabelecimento no exercício, frisando que não contou com qualquer auxílio oficial, seja federal ou estadual, mesmo assim, pôde a direção do estabelecimento chegar ao fim do exercício com todos os pagamentos em dia, sem maiores sacrifícios para a vida escolar.

Foi paraninfo da turma de Horticultores, Fruticultores e Jardinocultores o Prof. Agrícola Castello Borges, que pronunciou o seguinte discurso:

“Foi uma agradável surpresa que tive e porque não di-

zer uma grande satisfação, ao ser escolhido pelos diplomandos de 1970 da nossa Escola de Horticultura Wenceslão Bello, para seu paraninfo. Esta escolha é sempre motivo de júbilo, principalmente quando é feita pelos discípulos ao seu mestre, pois atesta que entre eles houve, a camaradagem indispensável e o entrosamento devido para o resultado satisfatório da aprendizagem. Quando esperava já ter cumprido o meu dever de mestre para convosco, orientando-vos e transmitindo-vos os conhecimentos indispensáveis para o sucesso na vida prática, o vosso convite veio novamente nos unir, pois como padrinho é meu dever zelar e procurar-vos orientar na jornada que de hoje para a frente ides iniciar. E, nesta qualidade, quero repetir aqui o que muitas e muitas vezes vos falei na sala de aula: podeis estar certos que a profissão que escolhestes é a mais nobre e a mais linda que existe; é aquela que vos coloca em contato direto com a natureza, onde a cada momento podeis constatar a presença do Deus criador, seja pelo germinar de uma minúscula semente que irá se transformar numa frondosa árvore, seja pelo desabrochar de uma flor ou até mesmo pela queda de uma folha morta; quero no entanto vos prevenir contra os eternos descontentes, que por não terem nada para dar e por serem ócos, vivem, de um lado para

outro em busca de aventura, que, quase sempre ao nada conduz, lembrai-vos que a facilidade as vezes procurada tão longe, está ao alcance de nossas mãos e que ser feliz não é morar num palácio ou num casebre, ser rico ou pobre, ser poderoso ou humilde, ser feliz é o homem se encontrar a si mesmo, é ter satisfação naquilo que realiza, é ter paz de espírito é ter tranquilidade; é ser útil a sua família, a seu semelhante e a sua pátria. Procurai cumprir sempre com vosso dever e a imitar os bons. Lembrai-vos sempre de vossa Escola, do vosso Diretor Dr. Luiz Marques Poliano, que mesmo se restabelecendo de uma grave enfermidade aqui está presidindo esta solenidade, numa demonstração de grande cumprimento do dever e de amor a pátria; olhai vossos professores, que deixando de lado outros afazeres, aqui estão vos prestigiando. Tivesse, a ventura de nascer no melhor e mais lindo país do mundo, e, que no momento está atravessando uma fase de grande desenvolvimento, é o Brasil grande que surge e que compete a vós jovens, mais do que a ninguém, que está iniciando vossa carreira, procurar com todo esforço e toda dedicação, ajudá-lo sem esmorecimento em benefício das gerações futuras. Não desanimem ao primeiro insucesso; eles acontecem em qualquer atividade humana só os fracos desistem; sêdes confiantes e

persistentes, pois sem esforço e persistência nada se consegue. Recorrei sempre que precisardes a vossa Escola, a vossos mestres, a vosso Diretor e ao vosso padrinho que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, num louvável esforço patriótico, sempre estarão dispostos a vos ajudar. A vos pela homenagem que me prestares o meu muito e muito obrigado."

Em nome dos alunos, agradeceu o formando Dalvino Antônio Cazzotto, cujo discurso também inserimos:

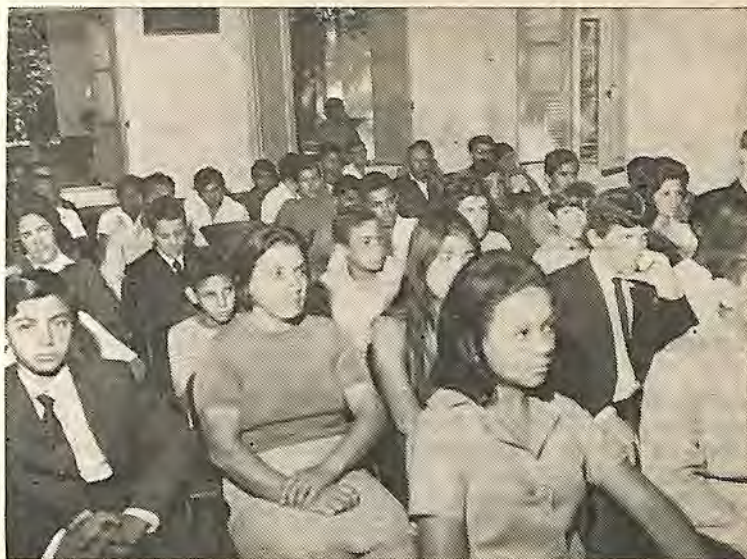
"Escolhido pelos meus colegas, cabe-me dizer algumas palavras, em nome da turma de 1970, quando estamos festejando o término de nossos estudos nesta casa amiga e hospitaleira, que é a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Luiz Marques Poliano, nosso Diretor, que sempre bem orientou a todos nós. Não poderíamos, também esquecer nesta hora de despedida, de nosso secretário, prof. Agrícola, e de todos os que aqui trabalham.

Para ser nosso paraninfo, tivemos que fazer justiça, escolhendo o Prof. agrícola, que com toda dignidade e devotamento, sempre com paciência e boa vontade, dirigiu a nossa turma. Aos nossos Professores, a nossa homenagem, a nossa eterna gratidão.

Em breve estaremos separados, cada um seguindo o seu destino por este Brasil; Procuraremos ter sempre em mente, a boa e segura orientação profissional que recebemos nesta casa, elevando bem alto o nome da Sociedade Nacional de Agricultura e da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Porque a Sociedade Nacional de Agricultura, não tem medido nenhum sacrifício para que sua tradicional Escola possa colaborar com a Agricultura Nacional.

Por meu intermédio, a turma de 1970 assume perante nosso Diretor o compromisso



Parte da assistência

de trabalhar em benefício da Horticultura do nosso País.

Embora afastado daqui, o nosso pensamento estará sempre voltado para a nossa querida Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Obrigado, muito obrigado, a todos."

O prêmio Ildefonso Simões Lopes foi adjudicado este ano, aos seguinte alunos:

Dalvino Antônio Cazzotto — ouro.

Adilson Hermes de Oliveira — prata.

Antônio Félix Ribeiro — bronze.

Este prêmio já foi distribuído três vezes (1968, 69 70) e consta de medalha, acompanhada de diploma.

É o seguinte o seu regulamento:

REGULAMENTO DO PRÊMIO ENGº ILDEFONSO SIMÕES LOPES

1º) — Fica instituído, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", o Prêmio Honorífico Simões Lopes.

2º) — O galardão será distribuído anualmente, por ocasião do encerramento das aulas, em três graus, aos alunos dos Cursos Profissionais: ouro, prata e bronze.

3º) — Constitui-se o prêmio de uma medalha, acompanhada de diploma, assinado pelo Diretor.

4º) — Para que o aluno alcance o prêmio Ildefonso Simões Lopes, é necessário que se destaque, durante a sua permanência na Escola, nos seguintes setores:

- a) — aproveitamento;
- b) — comportamento;
- c) — espírito de cooperação.

5º) — O aproveitamento terá o peso 5; o comportamento 3, o espírito de cooperação 2.

6º) — O aluno que alcançar a nota 10, receberá a medalha de ouro; a de prata e a de bronze, as notas imediatamente inferiores.

7º) — A entrega da medalha e do diploma será efetuada pelo Diretor da Escola, em sessão solene, ao término do ano letivo.

Após a entrega do troféu de bronze pelo melhor aluno que saiu ao seu colega que ficou, foi servido um lanche aos presentes.

Foram diplomados:

- 1 — Adilson Hermes de Oliveira

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Novembro 1900

Sociedade Rural Argentina, Wenceslão Bello; *Regulamento Florestal*, João José Pereira Pa-
robé; *Os insetos prejudiciais aos grãos arma-*
zenados, S. C.; *Moléstias das galinhas*, S. C.
Plantio aperfeiçoado da cana, Gustavo D'Utra;
Crônica Agrícola Domingos Sergio de Carva-
lho; *Variedades*.

Dezembro

A união dos agricultores, Wenceslão Bello;
Estatutos da Caixa Agrícola de Jaboticabal;
Cultura da cana de açúcar, Gustavo D'Utra;
O filoxera, Dr. Luiz Pereira Barreto; *Resumo*
da cultura e bonificação da mandioca, ditado
na Escola de Agricultura de Assunção, pelo
Dr. Moises S. Bertoni; *Crônica Agrícola*; *O ca-*
fê, Wenceslão Bello; *Variedades*.

- 2 — Antônio Félix Ribeiro
- 3 — Dalvino Antônio Caz-
zotto
- 4 — Isaias dos Santos Mo-
rais
- 5 — João Evangelista Net-
to
- 6 — José Paulo Gomes Fu-
nayama
- 7 — Maurino Emerick Bar-
reto
- 8 — Walter dos Santos
- 10 — Renan Sarzeda Linha-
res.

Continuaram inscritos para
o segundo ano (1971)

- 1 — Antônio do Carmo Sil-
va
- 2 — Eduardo Dantas Cam-
pelo
- 3 — Elio Amorim Boechat
- 4 — Geraldo Salvador Gon-
çalves
- 5 — João Carlos Pereira de
Souza
- 6 — Moisés Batista Deo-
dato
- 7 — Rige Monteiro de Aquino
- 8 — Ronaldo dos Reis Fer-
raz
- 9 — Ubiratan dos Santos
- 10 — Hugo Alexandre
- 11 — João Batista Pinheiro
- 12 — Waldir Gomes Nunes

CURSO AGRO-PECUÁRIO DA ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

O Prof. Agrícola Castello Borges dirigiu, a 25
de novembro ao Diretor da Escola de Horticultura
"Wenceslão Bello", o seguinte ofício:

"Como representante de V. Sa., compareci na
Escola de Veterinária do Exército, onde ao lado do
Comandante, tomei parte na solenidade de encerra-
mento do Curso Agro-Pecuário para sargentos, ten-
do a honra de entregar o prêmio ao aluno que obteve
o 1.º lugar da turma. Ali, mais uma vez, tive a opor-
tunidade de ouvir significativas referências à cola-
boração que a Escola de Horticultura "Wenceslão
Bello", sob vossa eficiente direção, vem prestando
àquela unidade do nosso Exército.

Agradecendo a confiança em mim depositada
para representá-lo apresento minhas atenciosas sau-
dações".

ÚLTIMO — RECURSO

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

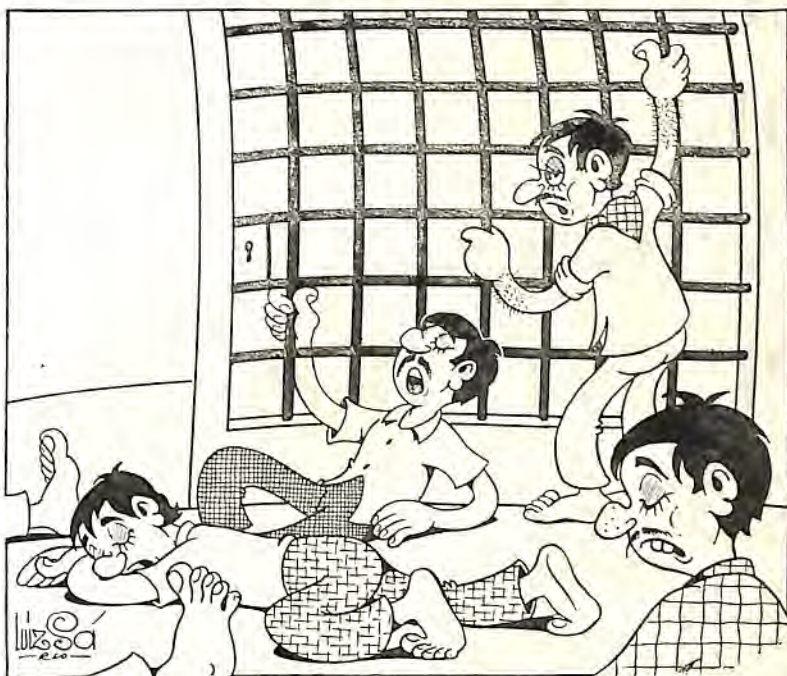
A Vila — no fim de ramal, agora extinto da E.F. Leopoldina, e que já gozara de grande prestígio e movimentação na época cafeeira — era, então, das mais pacatas da antiga província fluminense.

Contavam-se pelos dedos os incidentes havidos entre as piedosas almas que frequentavam a velha igreja colonial — símbolo da abundância passada — levantada na praça principal.

Crime? Credo! Há muitos lustros não se sabia de nenhum ali, ocorrido e, com a ajuda de Deus, Nosso Senhor, em tempo algum haveria de haver.

Trabalho? Sim. Tinha e bastante. As horas de folgança eram raras. Os entretenimentos se resumiam em pouquíssimos bailes, algumas quermesses em benefício das obras sociais do pároco, procissões e ladainhas e, vez por outra, representação variada de qualquer circo mambembe que se perdia naquelas paragens. Até mesmo as tendinhas de beira de estrada não podiam vender, livremente, suor-de-alambique. Fazia-se necessário obter licença do subdelegado e beneplácito do clérigo que contavam com o apoio irrestrito do chefe político local, típico remanescente do coronelismo latifundiário, sujeito moralista dos mais fanáticos.

Aconteceu, porém, que o Governo abriu, para a Vila, certa verba objetivando, ali,



construir uma cadeia, a ser inaugurada por ocasião da campanha eleitoral que se aproximava. Agitaram-se, freneticamente, os politicamente da tranqüila cidadezinha. Recrutaram-se, apressadamente, improvisados pedreiros e ajudantes, carapinas, caiadores e o mais preciso para, na justa véspera da inauguração, apresentarem a prisão acabadinha.

E, assim aconteceu. O xadrez estava lá todo pronto, limpa a calçada em volta, janelas e portas verdes abertas para a praça, mas...vazio! Não havia sombra de preso, nem esperança de aparecer um transviado da lei.

Os principais da terra entraram em pânico; não podiam deixar de dar provas,

aos figurões da capital que viriam à solenidade, do cabimento da iniciativa governamental.

Como fazer? Cochicho daqui, mexerico dali, conversa vai, assunto vem: a imaculada foi liberada, a preço vil. 24 horas antes da festa marcada!

Dia seguinte, lá pelas onze da manhã, na presença dos representantes do poder público, da caravana dos distintos acompanhantes e dos maiores do lugar, foi cortada a fita verde-amarela, ao som da bandinha escolar, depa-
rando-se-lhes o interior do cilindro apinhado de detidos, muitos dos quais, deitados no chão, dormiram o sono da bem-aventurança ética.

OS NOVOS CULTIVARES DE TRIGO PLANTADOS NO SUL DO BRASIL

Por

Ady Raul da Silva

Foram publicados em 1966, no trabalho "Melhoramento das variedades de trigo destinadas às diferentes regiões do Brasil", pelo autor deste artigo, informações sobre os cultivares de trigo criados no País e que tinham sido ou estavam sendo plantados.

As informações limitavam-se aos cultivares entregues aos agricultores até 1964.

No segundo Livro Anual de Agricultura, editado pelo Ministério da Agricultura, referente ao ano de 1968, de um modo muito sucinto, foram mencionados os cultivares entregues ao plantio, incluindo algumas informações sobre os mais recentes.

O trabalho de melhoramento é contínuo, e os nossos geneticistas continuam a produzir novos e melhores cultivares que asseguram aos tricultores maior produtividade e maior segurança nas colheitas.

Suplementando o nosso trabalho editado em 1966, vamos apresentar as principais informações sobre os cultivares entregues após 1964, aos agricultores.

Cultivares novos.

1. Nome: *Cotiporã*. Antes de seu lançamento tinha a designação de C 3.

Pedigree: (Veranópolis X Egypt N. A. 101) X Veranópolis.

Criador: Orlando Gomes Nobre.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Veranópolis da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano da entrega do cultivar aos agricultores: 1965.

Principais característicos: precoce, espigas brancas, aristadas, grãos vermelhos, de porte alto, com tendência para o acamamento por ter a palha fraca, sendo resistente a todas as raças de ferrugem do colmo que ocorrem no País com exceção da raça 17- à qual é susceptível e à raça 11-65-61 qual apresenta segregação. Moderadamente resistente à septoriose do nó. Resistente ao crestamento. Resistência mo-

derada à giberela e suscetível ao oídio.

Aceitação pelos agricultores: foi boa sendo o cultivar mais plantado em 1970 no Rio Grande do Sul e é recomendado como preferencial para cultivo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

2. Nome: B-4.

Pedigree: Newpeti X Colatana 1836-51. Esclarece-se que Newpeti nunca foi lançado, é uma seleção do cruzamento Newthatch x Petiblanco e que Colatana 1836-51 é uma linhagem resultante do cruzamento Colonista por Frontana.

Criador do cultivar: Iwar Beckman.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Bagé, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1965.

Principais características: precoce, espigas vermelhas e aristadas, porte alto, resistente ao acamamento, sendo resistente a todas as raças de ferrugem do colmo no País com exceção da raça 15-65 que é a segunda em importância quanto a sua frequência. Moderadamente resistente à giberela. Suscetível ao oídio e as septorioses da folha e da gluma ou dos nós. Moderadamente resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: pequena, sendo que em 1970 é apenas "tolerada" para plantio no Rio Grande do Sul, segundo recomendação oficial.

3. Nome: Giruá. Antes de seu lançamento tinha a denominação de S 3.

Pedigree: Willet x Colônias.

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos, da Secretaria do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1965.

Principais características: precoce, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, porte alto, resistente ao aca-

mamento, sendo resistente às raças de ferrugem do colmo com exceção às raças 15 B e 15-65, sendo esta última muito prevalente e em expansão em sua área de disseminação. Resistência moderada à giberela e suscetível às septorioses e ao oídio. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: limitada sendo cultivada em área muito restrita no Rio Grande do Sul. Está recomendado como preferencial para o Rio Grande do Sul em 1970 tendo deixado de ser em Santa Catarina neste ano.

4. Nome: Toropi. Antes de seu lançamento era conhecido como S 1.

Pedigree: (Frontana 1971-37 x Quaderna A) x Petiblanco 8.

Criador: Benedito de Oliveira Paiva.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1965.

Principais características: tardio, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, porte alto, resistente ao acamamento sendo resistente às raças de ferrugem do colmo que ocorrem no País com exceção da raça 17 comum. É dos cultivares em plantio o que mostra maior resistência à giberela, é suscetível à septoriosa da folha e ao oídio, tendo resistência moderada à septória do nó ou da gluma. É muito resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: É o cultivar tardio mais cultivado porém os cultivares tardios são pouco plantados. Foi recomendado para plantio, oficialmente, no Rio Grande do Sul, em 1970.

5. Nome: IAS cf — Jarau.

Pedigree: Frontana x Kenya 58.

Criador: Equipe constituída por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros e Elisa Thomaz Coelho.

Instituição: Instituto de Pesquisas e Experimentação

Agropecuárias do Sul, em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de entrega aos agricultores: 1965.

Principais características: precoce, espigas aristadas, grãos vermelhos, porte alto, resistente à ferrugem do colmo com exceção das raças 11-65, 17-61 e 17-63. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: pequena, não sendo atualmente recomendado para plantio. Não está mais em cultivo.

6. Nome: IAS 49 — Pioneiro.

Pedigree: desconhecido.

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros e Elisa Thomaz Coelho.

Instituição: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Sul, em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de lançamento: 1967.

Principais características: precoce, espigas brancas e aristadas, porte médio, resistente ao acamamento, resistente à ferrugem do colmo à todas as raças já identificadas no País, suscetível à ferrugem da folha, suscetível à giberela.

Aceitação pelos agricultores: boa no Norte do Paraná único local em que foi lançada em virtude de sua suscetibilidade à giberela, entretanto vem sendo substituída por uma suscetibilidade à ferrugem da folha.

Foi recomendada para plantio apenas no Norte do Paraná.

7. Nome: IAS 50 — Alvorada.

Pedigree: Combate (Yaqui 48 (Egypt NA 101 x Tims-tein) 1).

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964) Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros e Elisa Thomaz Coelho.

Instituição: Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul, em Pe-

lotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de entrega aos agricultores: 1967.

Principais característicos: de ciclo intermediário, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, porte médio, resistente ao acamamento, resistente a todas as raças de ferrugem do colmo, apenas apresentando em testes em casa de vegetação, segregação para a raça 11-65. Suscetível à ferrugem da folha. Suscetível ao carvão, sendo o seu principal defeito. Moderada resistência às septorioses e giberela. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: boa aceitação, com um crescimento muito rápido na área de plantio inicialmente, passando a sofrer restrições em virtude de sua susceptibilidade ao carvão. Apesar disto, é uma das três variedades mais plantadas em 1970.

Foi recomendada para plantio, oficialmente, em 1970, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

8. Nome: *IAS 51 — Albatroz*.

Pedigree: Desconhecido.

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros e Elisa Thomaz Coelho.

Instituição: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Sul, em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de entrega aos agricultores: 1967.

Principais característicos: precoce, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, porte alto, resistente ao acamamento, resistente a todas as raças de ferrugem do colmo que ocorrem no País, moderadamente resistente a campo à ferrugem da folha, moderadamente resistente às septorioses e giberela, suscetível ao oídio, resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: moderada, estando recomendada oficialmente nos Estados do Rio Grande do

Sul, Santa Catarina e Paraná.

9. Nome: *Santa Barbara*. Antes de seu lançamento era conhecido como E 11.

Pedigree: Trintecinco x Kenya Farmer.

Criador: Ivo Osorio Mendes.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Encruzilhada do Sul, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1968.

Principais característicos: é um cultivar tardio, de porte alto, espigas aristadas, grãos vermelhos resistente a todas as raças de ferrugem do colmo identificadas no País com exceção das raças 15 B e 15-65, suscetível ao oídio. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: limitada principalmente em virtude de ser tardia.

Foi recomendado, oficialmente para plantio no Rio Grande do Sul, em 1970.

10. Nome: *D. Marco*. Conhecido antes de seu lançamento por E 36.

Pedigree: Colonias (Supremo x Kenya).

Criador: Ivo Osorio Mendes.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Encruzilhada do Sul, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1968.

Principais característicos: é um cultivar tardio, de porte alto, espigas aristadas, grãos vermelhos, resistente a todas as raças de ferrugem do colmo com exceção das raças 15 B, 15-65 e 17-63, as quais é suscetível. Suscetível ao oídio. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: é limitada em virtude de ser um cultivar tardio.

Foi recomendado para plantio oficialmente para o Estado do Rio Grande do Sul em 1970.

11. Nome: *Missioneiro*. Conhecido antes de seu lançamento por S 15.

Pedigree: Willet x Veranópolis.

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de entrega aos agricultores: 1968.

Principais característicos: precoce, porte alto, espigas aristadas, grãos vermelhos, resistente a todas as raças de ferrugem do colmo encontradas no País, resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: está sendo plantada em área relativamente pequena. É de lançamento recente.

Foi recomendado o seu plantio, oficialmente em 1970, no Estado do Rio Grande do Sul.

12. Nome: *Erexim*. Conhecido antes de seu lançamento por S. 18.

Pedigree: Colotana 296-52 x Yaqui 53.

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de seu lançamento: 1968.

Principais característicos: precoce, porte alto, espigas aristadas, grãos vermelhos, resistente às raças de ferrugem do colmo que ocorrem no País com exceção das raças 15 B e 15-65. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: está sendo cultivado em área limitada. É de recente lançamento.

Foi recomendado oficialmente para plantio no Estado do Rio Grande do Sul, em 1970.

13. Nome: *Cinquentenário*, conhecido na fase de experimentação como C 15.

Pedigree: Trintecinco (Egypt 101 x Timstein 704).

Criador: João M. C. Pompeu.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Veranópolis, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de seu lançamento: 1969.

Principais características: tardia, de porte alto, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos vitreos, resistente a todas as raças de ferrugem do côlmo identificadas no Brasil, com resistência à ferrugem da folha no tipo de planta adulta, moderadamente resistente a septoriose do nó ou da gluma, susceptível à fusariose e resistente ao oídio. Resistente ao crestamento e ao desgrane.

Aceitação pelos agricultores: por ser de recente lançamento não é possível a sua avaliação.

Foi recomendado para plantio em 1970 no Estado do Rio Grande do Sul.

14. Nome: *Lagoa Vermelha*, denominada durante o seu período experimental de C 17.

Pedigree: (Marroqui x Newthatch) Veranópolis.

Criador: João M. C. Pompeu.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Veranópolis, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de seu lançamento: 1969.

Principais características: precoce, porte médio, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos vitreos. Resistente à maioria das raças de ferrugem do côlmo porém susceptível às raças 15 B, 15-65 e 17-61. Susceptível à septoriose do nó em estado de plântula porém mostrando resistência no estado adulto. Moderadamente resistente à fusariose, resistente ao oídio. Resistente à debulha porém tem côlmos finos mostrando tendência a acamar. Resistente ao crestamento e ao desgrame.

Aceitação pelos agricultores: por seu lançamento recente, não é possível a sua avaliação. Foi recomendado para plantio em 1970.

15. Nome: *Nobre*. Durante a sua experimentação era denominado de S 31.

Pedigree: (Colotana 824-51 x Yaktana 54) Colotana 296-52.

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de sua entrega aos agricultores: 1969.

Principais características: precoce, de porte médio, espigas vermelhas, grãos vermelhos, resistente à ferrugem do côlmo com exceção à raça 17 para a qual está segregando. É susceptível a ferrugem da folha, às septorioses, à giberela e moderadamente resistente ao oídio. Resistente ao desgrane e ao acamamento. Resistente ao crestamento.

Aceitação pelos agricultores: sendo de recente lançamento não pode ser avaliado. Foi recomendado oficialmente para plantio em 1970.

16. Nome: *IAS 52*. Conhecido durante o período experimental por Pel-A-54-63.

Pedigree: *IAS 15* (Mayo 54 x Norin 10 B 28-1c)

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros, Elisa Thomaz Coelho, João Carlos Moreira e Cantidio Souza.

Instituição: Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de lançamento: 1969.

Principais características: precoce, de porte alto, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, resistente a todas as raças de ferrugem do côlmo que ocorrem no País, sendo moderadamente susceptível às septorioses. Resistente ao crestamento.

Foi recomendado para plantio, em 1970, oficialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

17. Nome: *IAS 53*. Conhecido na fase de experimentação por Pel 2210-63.

Pedigree: *IAS 16* (Yaktana 54 x Norin 10 B 21 — 1 c).

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros, Elisa Thomaz

Coelho, João Carlos Moreira e Cantidio Souza.

Instituição: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Sul, em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano de lançamento: 1970.

Principais características: precoce, de porte alto, espigas brancas e aristadas, grãos vermelhos, resistente a todas as raças de ferrugem do côlmo que ocorrem no País, é susceptível à ferrugem da folha. Resistente ao crestamento.

Foi recomendado oficialmente para plantio em 1970.

18. Nome: *IAS 54*. Denominado na fase experimental de Pel — A 506-64.

Pedigree: *IAS 15* (Norin 10 — Brevor 17 x Yaqui 53) Yaqui 50] Kentana 54 B.

Criador: Equipe composta por Ady Raul da Silva (até 1964), Gilberto Lemos Petrucci (até 1965), Milton Costa Medeiros, Elisa Thomaz Coelho, João Carlos Moreira e Cantidio Souza.

Instituição: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul, em Pelotas, do Ministério da Agricultura.

Ano do lançamento: 1970.

Principais características: precoce com espigas brancas e aristadas, de porte baixo e sendo o cultivar mais baixo entregue aos agricultores, muito resistente ao acamamento mesmo quando adubado com fortes doses de nitrogênio, resistente a todas as raças de ferrugem do côlmo com exceção às raças 11-65 e 15-65 às quais apresenta alguma segregação em estado de plântula em testes de casa de vegetação. Resistente a campo. Susceptível à ferrugem da folha na mesma intensidade do *IAS 20*. Tolerância melhor do que os outros cultivares o plantio tardio, de modo semelhante a *IAS 50* — Alvorada. É exigente quanto a solos que devem ser férteis ou bem adubados. É resistente ao crestamento. Tem pouca resistência ao desgrame.

Aceitação pelos agricultores: sendo o seu primeiro ano de plantio ainda não é conhecida. Foi recomendado

oficialmente para plantio no Rio Grande do Sul, em 1970.

19. Nome: *Encruzilhada*. Conhecido durante sua fase de experimentação como E 45.

Pedigree: Fortaleza x Kenya Farmer.

Criador: Ivo Osorio Mendes.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Encruzilhada do Sul, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano do lançamento: 1970.

Principais característicos: tardia, de espigas brancas e aristadas, de grãos vermelhos, de porte médio, resistente à todas as raças de ferrugem do côlmo que ocorrem no País apresentando resistência a giberela e moderada resistência a septoriose do nó. Resistente ao crestamento.

Foi recomendado oficialmente para o plantio no Estado do Rio Grande do Sul, em 1970.

20. Nome: *Vila Rica*. Conhecida na fase experimental por S 34.

Pedigree: Trintani 2 x Selkirk FC 33.

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano de lançamento: 1970.

Principais característicos: tardio, com espigas aristadas, de porte alto, resistente às raças de ferrugem do côlmo com exceção às raças 15 B e 15-65 e à ferrugem da folha. Resistente ao crestamento.

Foi recomendado oficialmente para plantio em 1970, no Estado do Rio Grande do Sul.

21. Nome: *Ivaí*. Conhecido durante a experimentação por S 28.

Pedigree: Carazinho (Colotana 824 x Taquitana 54 B)

Criador: Mario Bastos Lagos.

Instituição: Estação Experimental Fitotécnica em Julio de Castilhos, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Ano do lançamento: 1970.

Principais característicos: precoce, de espigas aristadas, grãos vermelhos, resistente à todas as raças de ferrugem do côlmo que ocorrem no Sul do País, susceptível à septoriose do nó ou da gluma, resistente ao crestamento.

Foi recomendado oficialmente para plantio no Rio Grande do Sul, em 1970.

Recomendação oficial de cultivares para plantio nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No Rio Grande do Sul:

Cultivares precoces preferenciais; em ordem alfabética: Cotiporã, Erexim, Giruá, IAS 20 — Iassul, IAS 50 — Alvorada, IAS 51 — Albatroz, IAS 52. IAS 53. IAS 54. Ivaí, Lagoa Vermelha, Missioneiro, Nobre.

Cultivares precoces tolerados, em ordem alfabética: B 4, Frontana, IAS 28-Ijuí, Nova Prata.

Cultivares tardios, em ordem alfabética: Cinquentenário, D. Marco, Encruzilhada, IAS-C-46-Curitiba, Santa Barbara, Toropí Vila Rica.

Em Santa Catarina.

Cultivares preferenciais, em ordem alfabética: Cotiporã, IAS 20-Iassul, IAS 50-Alvorada, IAS 51-Albatroz, IAS 52, Lagoa Vermelha. (todos são precoces).

Cultivar tolerado: Toropí (tardio).

Deixou de ser preferencial em 1969 o cultivar IAS 28-Ijuí e por isso a sua produção em 1970 deverá ser destinada ao consumo. Deixou de ser preferencial em 1970, o cultivar Giruá, cuja produção em 1971 deverá ser destinada ao consumo.

No Paraná.

Neste Estado há duas regiões distintas para a produção de trigo. A do Sul que tem características semelhantes as de Santa Catarina

e Rio Grande do Sul, e a do Norte com características próprias. As recomendações de cultivares são feitas separadamente para cada uma das regiões.

Região Sul.

Cultivares preferenciais, em ordem alfabética: Cotiporã, IAS 50-Alvorada, IAS 51-Albatroz.

Não preferenciais: IAS 20 — Iassul.

Região Norte.

Preferenciais: IAS 29-Nordesta, IAS 49 — Pioneiro.

Não preferenciais: IAS 20 — Iassul.

Tolerados: Cotiporã e IAS 51 — Albatroz.

Na região Oeste do Paraná são tolerados além dos cultivares do Sul e do Norte, o BH 1146 e Frontana e para a região Sudeste, o Frontana.

Esclarece-se que as denominações utilizadas nas recomendações tem o seguinte significado: *preferenciais* são os que devem ser preferidos para o culto, justificando-se o emprego dos demais apenas no caso da falta dos primeiros; *não preferenciais* são os que devem ser retirados aos poucos de cultivo para serem substituídos pelos atualmente preferenciais, e finalmente, os *tolerados* são os utilizados como emergência para resolver situações transitórias.

Um exame da lista de cultivares recomendados e tolerados mostra que houve uma substituição muito grande dos cultivares plantados em 1964 e os atualmente em utilização.

No Rio Grande do Sul, apenas dois cultivares entregues aos agricultores antes de 1964, o IAS 20-Iassul e o IAS C 46 Curitiba, são ainda recomendados em 1970. Três outros cultivares anteriores a 1964, IAS 28-Ijuí, Nova Prata e Frontana, são tolerados. Em Santa Catarina apenas o IAS 20-Iassul é preferencial e no Paraná entre as preferenciais há apenas o IAS 29

—Nortista na região Norte e como não preferencial o IAS 20-Iassul no Norte e Sul, e como toleradas nas regiões Oeste e Sudoeste BH 1146 e Frontana.

Dos 27 cultivares recomendados 22 foram entregues aos triticultores após 1964.

As áreas ocupadas pelos diversos cultivares são muito diferentes, por várias razões. Os recentemente lançados, embora entregues na quantidade mínima de 12 toneladas de sementes, têm forçosamente uma área pequena por por não haver disponibilidade de semente. Muitos cultivares nunca chegam a ocupar grandes áreas por não conseguirem a preferência dos triticultores.

Considerando-se os três estados sulinos, os cultivares IAS 20-Iassul, Cotiporã e IAS 50-Alvorada são os mais plantados ocupando cerca de 70% da área.

Ao ser apresentada a descrição de cada cultivar não foi mencionada a sua produtividade. É um ponto muito importante porém muito complexo para ser apresentado e analisado em conjunto com outros dados, pois sofre o efeito de muitos fatores.

Cabe esclarecer que o critério geral para o lançamento de um novo cultivar é que ele seja pelos menos tão produtivo quanto o cultivar plantado mais extensivamente. Nos últimos anos o IAS 20-Iassul tem sido a referência para as variedades precoces que são as mais cultivadas (95%) e a Toropí para as variedades tardias. Assim todos os cultivares entregues nos últimos anos demonstraram uma produtividade, nos experimentos, superior ou pouco inferior aos dois cultivares testemunhas.

Trabalhos consultados.

1) Coelho, Elisa Thomaz e Amarilis Labes Barcellos. Levantamento de raças e pesquisa de fontes de resistência às ferrugens do colmo e da folha do trigo. IPEAS. Mimeografado. 1970.

2) Estação Experimental Rio Caçador — IPEAS — EPE — Ministério da Agricultura. Trigo 70 — Santa

CULTURA DO MILHO VERDE

(ZEA MAYS L.)

Eng.º Agr.º Almiro Gonçalves de Castro

A cultura do milho verde na Guanabara é realizada com o propósito da venda de espigas verdes, que são muito procuradas nas feiras livres e mercados durante todo o ano e com especialidade na época de São João (junho).

Melhores variedades: Catetinho e Sintético (IPEACS).

O milho sintético IPEACS originou-se do intercruzamento de 11 linhagens, selecionadas no km 47 da Estrada Rio-São Paulo. A cor do grão varia em tons do amarelo, tendo tipo meio-dentado.

Solo: Evitar terras excessivamente ácidas e mal drenadas, que são fatores negativos à sua cultura.

Preparo do terreno: O terreno deve ser arado a uma profundidade de 20 a 25 cm, com bastante antecedência, procedendo-se a gradeação antes do plantio.

Época de plantio: Tratando-se de milho para produção de espigas verdes, pode ser plantado durante to-

to o ano, entretanto, a melhor época é o meado de fevereiro e início de março para obtenção de espigas em junho, época de São João.

Adubação: Para terras de mediana fertilidade aconselha-se uma adubação NPK de fórmula 20-80-40 em sulcos. O nitrogênio deverá ser aplicado 1/4 no plantio e o restante em cobertura.

Espaçamento entre as linhas, 1 (um) metro; entre covas, 40 centímetros.

Semeando-se três grãos por cova, o que proporcionará uma densidade de 50.000 plantas por hectare.

Colheita: Realiza-se quando os grãos estiverem com seu desenvolvimento completo, sem no entanto amadurecerem.

O rendimento é de 2 a 3 espigas por planta, ou seja, 100.000 (cem mil) espigas por hectare.

(BOLETIM TÉCNICO n.º 1 Secretaria de Economia — Departamento de Agricultura).

Catarina. Mimeografado. ... 1970.

3) Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária Meridional. EPE — Ministério da Agricultura. Trigo no Paraná. Circular n.º 4 Curitiba. 1970.

4) Petrucci Gilberto Lemos. Comportamento das principais variedades de trigo, para o Estado do Paraná quanto às ferrugens da folha e do colmo. IPEAME. Mimeografado. 1970.

5) Resoluções da Comissão de Trigo SA-IPEAS, Rio Grande do Sul sobre reco-

mendação de variedades para plantio no Estado em 1970.

6) Schramm, Wilmar. Trabalhos realizados em 1968 na Seção de Imunologia Vegetal, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Mimeografado. 1969.

7) Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Novas variedades de trigo. Porto Algere. 1966.

8) Silva, Ady R. da Melhoria das variedades de trigo destinadas às diferentes regiões do Brasil. Ministério da Agricultura. 1966.

COMÉRCIO EXTERNO,

UMA NECESSIDADE

Os mercados externos são o complemento do importante comércio interno. Um país como o Brasil, de desigual nível de desenvolvimento econômico entre algumas das suas regiões terá tudo a lucrar se procurar dar maior capacidade aquisitiva às regiões mais pobres, como o está fazendo o Governo, com o porto franco de Manaus, com a construção da Transamazônica — que deve ser construída sem sacrificar o Orçamento público, para que não tenhamos a repetição do descalabro econômico-financeiro em que nos atirou o Governo Juscelino, com a construção acelerada e desordenada de Brasília. As estradas troncos, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e outras, são, como o foram as estradas de ferro transoceânicas dos Estados Unidos e do Canadá, os núcleos do desenvolvimento populacional-econômico das regiões que atravessam, principalmente se seguidas de uma política racional de desenvolvimento, como a que aponte há meses, em artigo publicado nesta mesma revista, em comentário a artigo aparecido em um grande órgão da imprensa carioca. Nos Estados Unidos essa política ferroviária permitiu preparar o surto industrial que encontrou sua expansão nas duas grandes guerras mundiais, transformando o país na maior potência econômico-financeira dos tempos modernos, com todos os seus erros político-administrativos e sociais, de que é expoente o racial. O Brasil, que não tem felizmente pro-

**José Sampaio
Fernandes
Diretor Técnico
da SNA**

blema racial, precisa estar preparado para a primeira oportunidade que, embora não desejada, surgirá por força das inelutáveis circunstâncias da vida dos povos, como o fez o Canadá, durante a segunda grande guerra, apesar da sua pequena população.

Ao lado dessa base interna, para a qual estamos caminhando firmemente, deveremos firmar pontos de expansão do nosso comércio exterior, pelo aproveitamento, depois de cuidadosos estudos, das cabeças de ponte dos portos francos existentes aqui e ali, pelos acordos de trocas comerciais vantajosas, pela organização de frota mercante moderna, na qual o custo operacional seja o mais baixo possível e cujos sistemas de transporte-*containers*, *compartimentos frigoríficos*, permitam o transporte fácil e cuidadoso. Por outro lado, estudos sobre refrigeração de gêneros perecíveis pouco estudados, mas cujas características levam a crer nas suas possibilidades de comercialização como os peixes de água doce, de sabor inconfundível, o palmito, já conhecido e procurado e cuja cultura pode ser desenvolvida, certas frutas nacionais, etc.

Tôdas essas coisas me ocorreram agora em visita, que faço de vez em quando,

ao sabor das possibilidades de modesto aposentado do serviço público, à cidade de Las Palmas, nas Ilhas Canárias, onde tenho, desde 1958, uma filha casada com pediatra espanhol. Las Palmas, como Santa Cruz de Tenerife, é porto franco. Ambas, como o conjunto das Ilhas Canárias, procuradíssimas pelo turismo europeu, que as frequenta aos milhares de pessoas de posses, dotadas de moderníssimos hotéis, boas praias, clima ameno e estável, de agricultura baseada na produção de bananas "nanica" de tipo característico e na de tomate, além de culturas europeias e de climas temperados.

Soube que o nosso amendoim é vendido ali, como vi café solúvel Nestlé e o de marca "dinamo". Leite em pó da Holanda — só agora, talvez devido ao excesso de produção de leite no Continente — se começa a organizar o comércio de leite pasteurizado oficial-leite concentrado sem açúcar, holandês e suíço (Nestlé), leite estéril do Continente; queijos europeus de tôdas as procedências, conservas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, além das da Península, como é chamada a Espanha. Frutas frescas de toda a Europa; carnes congeladas e refrigeradas da Dinamarca, da Argentina. O Oriente exporta para lá — o comércio indiano e árabe é muito forte nas capitais das ilhas — panos, tecidos, tapetes, quinilharias, brinquedos (Japão domina com os brinquedos que sua engenhosidade cria e inventa) porcelanas,

artigos de couro e peles muitos outros artigos. Creio que o Brasil poderia colocar lá muitos produtos, desde que algum organismo ou entidade particular procurasse estabelecer-se, melhor associando-se a alguém já lá estabelecido, para se tornar o importador-distribuidor. Há, por exemplo, goiabada cubana e venezuelana, açúcar cubano do tipo cristal, muito seco, muito branco. Conservas assim, chuveiros elétricos (creio que a corrente de consumo é de 120 volts, mas não estou certo porque lá na Europa muita corrente de consumo de 220 volts, artigos elétricos — a firma Phillips goza de alvo e merecido conceito, assim como outras fábricas de material elétrico, inclusive de França; artigos de artesanato nordestino, artigos de couro e de plástico, de aço inoxidável carnes, como costeletas de porco refrigeradas, não muito gordurosas e numerosos outros artigos teriam possibilidades lá (como tecidos e confecções), mas tudo dependerá de cuidadoso estudo do mercado, de produtos irrepreensíveis, de preços. É verdade que de lá não nos poderia vir grande coisa, pois tomates e bananas são também nosso forte, mas os navios, mediante estudo com o Governo Espanhol e o de Portugal, poderiam ir a Lisboa e a portos espanhóis para trazer-nos artigos como frutas de Natal, bacalhau fresco e de conserva, vinhos especiais (desde que os nossos vinhos pudessem ter reciprocidade), quinquilharias regionais, etc.

Há em Las Palmas uma Confeitaria Alemã, cujos produtos são os preferidos pois os produtores locais não são grandes artistas. Uma Confeitaria Colombo lá, seria um sucesso certo, podendo inclusive dar saída a numerosos produtos brasileiros e aos seus famosos, e com justiça, salgadinhos, doces, etc.

Não sei porque motivo Magalhães Pinto acabou com o nosso Consulado em Las Palmas. Talvez porque o cônsul se limitasse ao papel social, em lugar de verificar tôdas essas possibilidades e explorá-las. Creio que foi erro grave, pois êsses pontos de comércio franco são preciosos.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Janeiro e Fevereiro

OLERÍCOLAS

JANEIRO — *Mês impróprio para atividades olerícolas, poucas são as espécies que podem ser plantadas ou semeadas, devido ao forte calor e a intensidade pluviométrica.*

Das olerícolas apenas a bortalha, a mostarda e alface de verão são semeadas.

FEVEREIRO — *Durante êsse mês iniciam-se os trabalhos para formação de sementeiras e viveiros, que receberam no mês de março as sementes.*

São semeadas neste mês a alface de verão, mostarda, bortalha e salsa.

Os trabalhos de reforma das latadas de chuchu, são iniciadas, preparando-se o terreno com arações profundas.

FRUTÍCOLAS

JANEIRO — *Nêste mês procede-se à enxertia de plantas cítricas, bem como a poda de formação das mudas. Fim da estação e do plantio de mudas de bananeiras.*

Durante êsse mês iniciam-se a colheita da jaboticaba.

Prossegue a colheita de abacaxi, manga, maracujá e sapoti, terminando a colheita da uva.

FEVEREIRO — *Os pomares devem ser rocados, coroando-se os pés das árvores. Inicia-se a colheita do abacate, fruta de conde e goiaba. Colhe-se ainda: banana, caju, maracujá, figo e sapoti. Fim da colheita da manga e do abacaxi.*

Observação: os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

PRODUÇÃO DE MORANGOS

No ano passado, o valor da produção de morangos em São Paulo foi de 14 milhões de cruzeiros, representados pelo total das vendas das 7 mil toneladas de frutos produzidos, que equivalem a oito vezes o volume da safra de 1958 — apenas 900 toneladas. Em

1965, a produção do fruto no Estado situou-se em 3.500 toneladas, elevando-se para ... 6.200 em 1968. A partir de 1966, foram aumentadas as exportações do produto para a Argentina, que atingiram 25 toneladas em 1967 e 68 toneladas em 1968.

A FAO - NO MUNDO E NO BRASIL

Prof.
Heitor Grillo

De várias maneiras se pode analisar a vida de uma instituição: a mais simples seria a de enumerar as suas finalidades e analisar e avaliar os resultados de seus empreendimentos. Em se tratando, porém, das Nações Unidas a análise torna-se mais difícil em vista dos seus elevados fins de defesa da Humanidade e do mundo perturbado de hoje. Outros mais doutos, analistas de Economia e Política já o fizeram, com frieza e certa parcialidade, para explicar por que os elevados princípios que motivaram a sua criação há vinte e cinco anos em S. Francisco, nos Estados Unidos não foram totalmente seguidos. Mas todos estão de acordo que a ONU é um instrumento internacional indispensável à paz mundial e o que urge fazer é a sua reforma, para torná-la forte e capaz de enfrentar os graves e imensos problemas em que a humanidade de debate nos dias de hoje. Já o nosso ilustre Chanceler Mario Gibson, no discurso proferido na 25.^a Assembléia-Geral das Nações Unidas, assinalou o papel relevante da instituição na hora presente, com a paz mundial ameaçada e a violência espelhada por toda a parte. E mostrou a necessidade da adoção de uma "estratégia dinâmica" em substituição a uma "estratégia de estabilidade" ou de congelamento dos problemas mundiais. Na verdade foi a ONU criada para servir de instrumento para a solução, de disputas e não apenas de foro para a sua manifestação.

No momento em que se comemoram os seus vinte e cinco anos de existência as análises sobre a sua atividade, suas grandezas e fraquezas, já dariam uma volumosa bibliografia, com diagnósticos certos para repô-la no seu devido lugar, de arbitro mundial da paz e agente incentivador da prosperidade das Nações.

A Sociedade Nacional de Agricultura comparece como convidada, através de um dos seus Vice-Presidentes, para falar de uma das agências especializadas das Nações Unidas, conhecida pela sigla FAO, criada como entidade internacional para o desenvolvimento da agricultura e da alimentação do mundo. E o faz com prazer por que vem acompanhando desde a sua criação até hoje o trabalho mobilizante de ajuda da FAO à agricultura mundial. Constituída em 16 de outubro de 1945, em Quebec, no Canadá, com o apoio de 39 países, contava já em 1969 com 120 nações.

Com a sua sede em Roma, conta a FAO com cerca de 3.000 técnicos e pessoal administrativo para a execução de seus programas de trabalho.

A agricultura sempre foi o centro maior de ocupação da humanidade. Mais da metade da população mundial se emprega no cultivo dos campos e na pesca em rios e mares. E apesar de número considerável de homens e mulheres que trabalham na agricultura e na pesca, há falta de alimentos no mundo. As estatísticas mundiais assinalam que 16% da po-

pulação mundial não come satisfatoriamente ou sofre verdadeira fome e quase a metade não dispõe de bons alimentos, especialmente proteicos indispensáveis para a manutenção de suas vidas. É que a maioria dessas populações rurais trabalha ainda com métodos antiquados sem o devido rendimento técnico.

A moderna tecnologia agrícola trouxe para os países desenvolvidos considerável desenvolvimento à sua agricultura, aumentando a produção mundial agrícola de cerca de 50%. Por outro lado a Medicina moderna trouxe notável contribuição ao combate de endemias que assolavam certas regiões e que hoje se apresentam com bom índice sanitário, poupando vidas que outrora eram levadas à morte.

O problema de produção agrícola mundial está condicionado a dois fatores principais: o incremento de sua produção e a limitação da natalidade. São problemas fundamentais do mundo de hoje. O primeiro objeto de preocupação de todos os governos vêm sendo conduzido através de planos nacionais e internacionais, visando a solução da escassez crônica de alimentos, sobretudo nos países em desenvolvimento. O segundo constitui matéria controversa, admitida por uns e combatida por outros. E certamente objeto, em breve, de uma legislação especial.

Ao fundarem a FAO os Estados Membros declararam o seu propósito de melhorar o rendimento da produção agrícola mundial e a

distribuição dos alimentos outros, produtos agrícolas; de melhorar as condições de vida das populações rurais, contribuindo assim para a expansão da economia mundial e eliminação da fome da Comunidade.

Para executar esse nobre programa de ação mundial executa a FAO, no momento, cerca de 3.400 projetos de pré-investimento e cooperação técnica em países em desenvolvimento, atuando nos seguintes campos de atividade: — levantamento e avaliação dos recursos naturais, visando a sua preservação e aproveitamento; — formação de centros para educação agrícola avançada, treinamento técnico e vocacional e estudos de planejamento do desenvolvimento da agricultura; — formação de institutos de pesquisas visando o desenvolvimento; — concessão de bolsas de estudos para treinamento especializado; — seminários para o intercâmbio internacional de conhecimentos sobre o desenvolvimento e serviços de assessoria, consultoria e de operações.

Essa ajuda é feita através de programas multilaterais e bilaterais, isto é, de país a país. O programa de assistência técnica da ONU, para 1969, foi de US\$ 120.000.000 para os projetos do FE. Desses total contou a FAO com US\$ 46.000.000. E os projetos de Assistência Técnica da ONU que foram de ordem de US\$ 30.000.000, US\$ 12.000.000 tocaram à FAO.

Em Roma, na sua sede, possui a FAO a mais completa documentação sobre agricultura e indústrias rurais do mundo e sobre os demais campos em que atua. Ora a documentação é nos dias de hoje, a maior e a melhor arma para o progresso da ciência e da tecnologia a serviço do desenvolvimento. E quando essa documentação é preparada por especialistas competentes e experimentados, ela se torna um fator decisivo para o desenvolvimento. A FAO é, pois, um grande centro de informação técnica e científica aplicada à agricultura. Com o conhecimento que tem da agricultura mundial pode a FAO organizar o

Plano de Desenvolvimento Mundial, como recomendação do 1.º Congresso Mundial de Alimentação realizado em 1963, em Washington. Os fundos para a execução dos projetos desse Plano provêm do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conhecida pela sigla PNUD e pelo Fundo Especial denominado FE. E em quase todos os projetos desse Programa os governos participantes contribuem com a metade do custo em forma de instalações e outros meios de contrapartida. Outros projetos são custeados pela Campanha Mundial Contra a Fome, conhecida pela sigla CMCH.

A assistência da FAO deve ser acompanhada de um crescente esforço das Nações participantes em se aparelhar para o desenvolvimento, modernizando, em primeiro lugar, as suas organizações agrícolas nos moldes das modernas ciências e tecnologias agrícolas, promovendo a formação de seus técnicos, especialistas, e obtendo capitais nacionais ou estrangeiros para os planos de desenvolvimento agropecuário.

O problema torna-se extremamente complexo, porque os países em desenvolvimento que vivem, em grande parte, de sua produção agrícola, não alcançam no mercado internacional preços compensadores, que permitam a compra de bens indispensáveis ao seu desenvolvimento agro-industrial e à formação de sua infraestrutura. Assim o problema está se complicando cada vez mais, porque para cada unidade de produtos básicos exportados pelos países em desenvolvimento, estes recebem uma quantidade cada vez menor de artigos manufaturados e indispensáveis ao seu desenvolvimento. Por outro lado na maioria desses países em desenvolvimento a inflação é alta e altas são, também, as suas dívidas externas, prejudicando a obtenção de capitais para as suas atividades básicas.

Assim a FAO tem de enfrentar, ao estudar a agricultura de um país em desenvolvimento, que recorre aos seus serviços, todos esses

fatores e mais os ambientais relacionados com as condições mesológicas, — solo, clima e planta —, a fim de estabelecer em projeto devidamente equacionado, as condições necessárias para tornar as agriculturas desses países viáveis e de rendimento econômico apreciável.

Dos seus numerosos estudos concluiu a FAO que há cinco problemas cruciais na agricultura mundial a serem resolvidos. O problema das perdas evitáveis, que ocorrem em primeiro lugar no solo agrícola, que não sendo utilizado convenientemente se deteriora pela erosão. Segundo um estudo feito pela FAO a erosão causada pelo vento e pelo água afeta cerca de 15% das terras cultiváveis do mundo. As queimadas que no Brasil, infelizmente são a tônica de nossa agricultura, acarretam perdas consideráveis na fertilidade de nossos solos. O uso e o manejo inadequado das florestas causa perdas irreparáveis. A falta de proteção sanitária às lavouras contra insetos daninhos e doenças de plantas acarreta prejuízos que vão até 35% da produção agrícola. A colheita e o armazenamento inadequados são outros fatores de perdas evitáveis. O rato em toda a parte é um inimigo perigoso e nas Filipinas causou em 1952, segundo a FAO prejuízos na cultura arrozeira de cerca de 90%, e de 20 a 80% na de milho e de mais de 50% na de cana-de-açúcar. As aves em certas nações constituem, também, perigo às suas agriculturas. E na Nigéria, segundo a FAO, as perdas agrícolas por aves atingiram cerca de três milhões de dólares. Os gafanhotos nos países limítrofes ao deserto de Sahara e no norte da Índia constituem praga das mais sérias e a sua erradicação e controle uma necessidade para preservar as suas lavouras.

Perdas evitáveis ocorrem na pesca e na indústria pesqueira de vários países com o emprego inadequado de métodos obsoletos.

O segundo problema crucial, segundo a FAO, é a falta de proteína no mundo, especialmente no mundo

subdesenvolvido. No Plano indicativo mundial para o desenvolvimento da agricultura as previsões são pessimistas em relação ao déficit protéico, causa de perdas humanas, especialmente da infância desprotegida. Nos países desenvolvidos as fontes de proteína são de origem animal enquanto nos países em desenvolvimento provêm de vegetais, especialmente dos cereais. Urge, pois, melhorar as suas variedades, através de estudos científicos conduzidos pelas ciências agrícolas, especialmente a Genética e ampliar as áreas de suas culturas.

O quarto problema, assinala a FAO, é a obtenção de divisas necessárias aos países em desenvolvimento para aquisição de bens necessários às suas atividades inclusive agrícolas, tais como adubos, pesticidas, máquinas agrícolas, sem o que o rendimento de suas agriculturas se torna anti-econômico.

O quinto problema é a utilização de recursos humanos com a formação de mão de obra adequada às necessidades de uma agricultura moderna bem como a formação de especialistas para formar o seu quadro dirigente, quer na pesquisa agrícola, quer no fomento agropecuário, quer na pesca, quer nas atividades florestais e em todas as indústrias correlatas.

A assistência da FAO é numa base multilateral ou bilateral e não tem outra finalidade senão a de ajudar os países nos objetivos de seu desenvolvimento. Para isso a FAO não depende de interesses políticos nem comerciais. O projeto elaborado pela organização é resultado de uma solicitação do interessado.

A sua ação obedece a três princípios. O primeiro estabelece que o desenvolvimento agrícola deve ser considerado dentro do quadro do desenvolvimento geral e em suas relações com outros setores, como a indústria. O segundo que todos "os obstáculos devem ser atacados, se possível, de maneira simultânea a fim de romper o círculo vicioso que impede os esforços para elevar a agricultura a um nível moderno e tecnologicamente

adiantado". Assim deve-se "proporcionar aos agricultores os incentivos necessários, inclusive inversões de capital e crédito, apoio institucional e infra-estrutura". O terceiro princípio estabelece que a "inversão na agricultura deve ser feita através de estudos dos recursos e zonas, estudos de sua viabilidade e também mediante a mobilização direta de meios de financiamento, procedentes de fontes multinacionais, bilaterais ou privadas".

O programa ordinário da FAO "formula a estratégia e desempenha papel fundamental com o apoio técnico e administrativo nas operações sobre o terreno".

Procura a FAO ainda criar um sistema mundial e regional para a orientação de problemas específicos de um país ou de determinados produtos básicos, através das Diretorias de Produtos Básicos e Comércio e de Análises Econômicas e da Oficina Assessora de Políticas (OAP).

Procedendo-se a uma avaliação dos projetos custeados pela PNUD verifica-se a variedade de atividades complementadas pelo Fundo Especial (FE). Na agricultura a FAO recebeu pouco menos de um quarto do total dos fundos aprovados e atingiu em 1969 a 13 milhões de dólares em projetos destinados a países da Europa, Ásia, África, América Latina, Oriente Próximo e a atividade interregionais e em projetos não distribuídos. A quota maior foi dada a países africanos seguindo-se a América Latina e a Ásia.

Esses projetos foram preparados por especialistas da FAO em cooperação com técnicos dos países interessados. Os projetos que alcançam maior êxito, declara a FAO "são os que se fundam em solicitações perfeitamente delineadas, aqueles em que a personalidade do técnico, do ponto de vista técnico e humano se adapta bem ao trabalho em aprêço, aqueles em o governo interessado tem uma idéia clara de suas necessidades e está disposto a dar o apoio necessário, com recursos de contrapartida e um interesse demonstrado,

aquêles em que um grupo de técnicos de diversas disciplinas atuam de comum acordo para estudar um setor particular e aqueles em que o projeto dá origem a um projeto do Fundo Especial ou deixa atrás uma possibilidade ou um núcleo bem preparado do pessoal que pode continuar trabalhando independentemente".

A Campanha Mundial contra a Fome, outra atividade da FAO, conhecida pela sigla CMCH, se desenvolve dentro de programa ordinário da instituição. As suas atividades são financiadas com fundos da FAO, de particulares, de organizações não governamentais e de governos. Esses projetos podem ser entrosados com os projetos custeados pela ... PNUD. A Campanha contra a Fome custea, também, bolsas para formar pessoal especializado. Teve a vantagem essa campanha de despertar a atenção dos governos para esse grave problema indicando as regiões do mundo mais carente e encaminhando soluções locais ou nacionais. Teve a preocupação de educar a opinião pública e preparar as comissões nacionais de combate à fome.

Outro programa da FAO conhecido por UNICEF é destinado a beneficiar mães, crianças e adolescentes através de assessoramento e assistência técnica para a identificação, avaliação, elaboração e execução de projetos de seus interesses. Os projetos compreendem a nutrição aplicada, a conservação do leite, alimentos ricos em proteínas, economia doméstica e ensino. Foram beneficiados vários países da África, Ásia, Europa, América Latina e Oriente Próximo.

As fontes de inversões dos projetos da PNUD são procedentes do Banco Internacional de Fomento (AIF) e da Corporação Financeira Internacional (CFI). Acórdos foram promovidos para obter a cooperação e coordenação de bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, e Banco Africano de Desenvolvimento e recentemente o Banco Centro Americano de Integração

Econômica. É possível estabelecer vínculos com bancos privados com o objetivo de aumentar suas inversões na agricultura. Em todos os projetos da FAO procura-se abordar "o problema de desenvolvimento agrícola em todas as suas etapas, como o melhoramento da tecnologia, o fortalecimento de algumas de suas instituições, a criação de incentivos e preparo de elementos humanos com o propósito de facilitar o processo de modernização da estrutura agrícola e do sistema social tradicional".

"Uma terceira fonte importante de projetos FAO/Fundo Especial é o Programa Mundial de Alimentos, que proporciona ajuda com alimentos afim de acelerar o desenvolvimento econômico e social". Os projetos somaram as importâncias de 90 milhões de dólares em 1966 e 67 e em 1968 atingiram a soma de 208 milhões de dólares. A FAO participou em todos esses projetos graças as ligações existentes entre a instituição e o PMA. O Programa Mundial de Alimentos permitiu a distribuição de alimentos a escolares e universitários de numerosos países, a centros de puericultura e como pagamento parcial a trabalhadores que executam projetos de reforestamento, construção de estradas de rodagem e serviços de irrigação agrícola.

A atuação da FAO no Brasil se faz em oito projetos, que passaremos a analisar ligeiramente.

O primeiro é o do Levantamento da Bacia do Rio S. Francisco, visando a colonização de uma área de 1.500 hectares irrigados. Esse projeto que está em sua segunda fase foi precedido do levantamento de recursos, estudos econômicos e de engenharia e de pesquisas agrícolas numa área aproximada de 500 mil hectares. Por outro lado técnicos da FAO verificam a possibilidade e o impacto desse projeto em toda a região. Foram dadas 40 bolsas de estudo no exterior a técnicos brasileiros para preparar o elemento humano necessário ao prosseguimento desse projeto e de sua execução.

O segundo é representado pela Escola Nacional de Flo-

restas, hoje Escola de Florestas da Universidade do Paraná, criada no Brasil com auxílio da FAO, que trouxe para o seu corpo docente especialistas de renome internacional para formar o quadro brasileiro de professores nessa especialidade. É uma escola superior de engenharia florestal que veio preencher uma grande lacuna no Brasil, formando engenheiros florestais indispensáveis ao estudo e solução dos problemas silviculturais do país. Essa Escola já diplomou 109 profissionais e conta no seu corpo discente cerca de 227 alunos.

O Centro Tropical de Pesquisas e Alimentos criado em 1964, logo após o 1.º Simposio Latino Americano de Alimentos promovido pela FAO, funciona em Campinas, no Estado de São Paulo, ocupando uma área de 60.000m² e dispondo de laboratórios modernos de Química, Bioquímica, Microbiologia e Engenharia Alimentar e de usinas piloto destinadas a testar os processos industriais de quase todos os tipos de alimentos. É um Centro de grande importância e que tem desempenhado papel relevante na melhoria e modernização da nossa indústria alimentar. Conta com um corpo de técnicos e especialistas de valor, tem feito trabalhos para a indústria alimentar brasileira, especialmente a paulista; tem concorrido para a implantação de novas indústrias; recebe e prepara técnicos na especialidade; novos produtos alimentícios tem sido lançados no mercado graças aos trabalhos desse Centro e devido ao seu sucesso o Governo de São Paulo criou na Universidade Estadual de Campinas a primeira Faculdade de Tecnologia de Alimentos bem como o Colégio Técnico para a formação de profissionais de nível superior e médio. Mantém esse Centro convênios com vários Estados brasileiros e com o Conselho Nacional de Pesquisas.

O Centro cobra os seus serviços técnicos e por isso tem o seu orçamento custeado pelo Estado de São Paulo em apenas 40% de suas despesas.

O Desenvolvimento da Pesca no Brasil representa outro projeto da FAO inicia-

do em junho de 1965 e que agora se encontra na sua segunda fase. A primeira fase consistiu na assistência técnica para o desenvolvimento da indústria da pesca no país, visando criar condições favoráveis para novos investimentos, bem como reorganizar a administração estatal. Esta segunda fase, em andamento, visa a avaliação dos recursos pesqueiros, o estudo e a melhoria dos mercados e das instalações portuárias, bem como o treinamento do pessoal. A contribuição da FAO através da PNUD será até 1971 de 1 milhão e 700 mil dólares e a do governo brasileiro de 4 milhões aproximadamente.

Os êxitos desses projetos têm sido apreciáveis e a atuação da SUDEPE excelente. Por outro lado o Governo Federal aprovou em 1967 a lei concedendo ao investidor 25% de desconto no imposto de renda, bem como facilitando isenções de impostos, taxas e direitos de importação e facilidades de financiamento em bancos oficiais. E o resultado dessa magnífica política de incentivos fiscais foi a aprovação pela SUDEPE de numerosos projetos, em número de 56, no valor de 480 milhões de cruzeiros ou de 135 milhões de cruzeiros. Esses projetos darão ao Brasil uma frota pesqueira de 425 novos barcos com a capacidade conjunta de 18.000 toneladas além da modernização da nossa indústria pesqueira e criação de mais de 25% de novas indústrias.

Outro projeto da FAO no Brasil é representado pela "Diversificação Agrícola da região da Mogiana". É um projeto iniciado pela Missão CIDA (Comité Internacional de Desenvolvimento Agrícola). Tem a duração de quatro anos e o seu custo será de aproximadamente 1 milhão de dólares para o PNUD e de 1 milhão e 500 mil dólares para o Governo Brasileiro. O projeto visa a promover o desenvolvimento agrícola e pecuário na região da Mogiana, situada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A FAO, através de seus técnicos presta assessoramento técnico e treinamento aos fazendeiros e às cooperativas da região, es-

pecialmente a Cooperativa Central de Cafeicultores, que é a agência contratante do projeto. Presta, ainda, outros serviços de planejamento para outras culturas, para a pecuária e indústria alimentar.

O Instituto Biológico de São Paulo, tradicional instituição destinada à defesa sanitária da agricultura paulista, é outra instituição brasileira que recebe a contribuição da FAO, visando o desenvolvimento de pesquisas sobre pesticidas, sua fabricação e preparo, com a eficiência requerida na sua aplicação à agropecuária. Destacam-se nesse projeto os estudos sobre nematoides que atacam raízes do caféiro, seu controle e erradicação.

O "Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim" projeto iniciado pela FAO em 1965, com a duração de 5 anos, tem como participantes o Brasil e o Uruguai. A contribuição brasileira é de 1 milhão e 500 dólares e a da PNUD é de 1 milhão e 600 mil dólares. A primeira fase do projeto foi a do estudo da situação física, biológica e humana da Bacia dessa Lagoa. Agora o projeto prepara os planos de desenvolvimento. É um projeto de alto valor porque permitirá a utilização de extensa área agrícola, possibilitará o controle das águas com a construção de represas para o controle das cheias e sua utilização na irrigação e em aproveitamento hidroelétrico de baixo custo. O seu financiamento será complementado por bancos internacionais, que já manifestaram o seu interesse. É um projeto de alta importância econômica para o Rio Grande do Sul. Nele trabalham, no momento, cerca de 78 técnicos, dos quais 19 pertencem à FAO.

O 8.º Projeto da FAO no Brasil é representado pelo Centro de Treinamento e Pesquisas Florestais de Santarém e Caruá, no Pará, através de convênio com a SUDAM, que transformou o Centro em Serviço de Treinamento e Pesquisas Florestais. Esse Serviço promove o treinamento de mão-de-obra especializada para a indústria madeireira na Ama-

zônia; procede a estudos tecnológicos das madeiras locais e empresta assistência à indústria madeireira regional. Há vários trabalhos publicados e vários experimentos sobre essências florestais exóticas e nativas.

Deve-se à FAO os melhores trabalhos sobre a Floresta Amazônica, salientando-se o inventário de 19 milhões de hectares de mata realizado por Damijs Heimsdijk. Os relatórios dos silvicultores da FAO, srs. Cachot, Gallant MacGrath, Day, Drese, Dubois, Clerum e Somberek constituem trabalhos básicos para melhor conhecimento florestal no vale do Amazonas.

Além desses projetos realizou a FAO no Brasil outras atividades a partir de 1949, data da instalação, no país, do seu Escritório Latino-Americano de Produtos Florestais. Esse Escritório foi em 1951 transformado em Escritório Regional para a Zona Leste da América Latina. Colaboraram em projetos da FAO no Brasil florestas e pesca. Dentre as reuniões técnicas, conferências, congressos e seminários vale acentuar pelos bons resultados colhidos os seguintes:

— Reunião de Técnicos Florestais Latino-Americanos, em 1964 em Curitiba; a 2.ª Reunião sobre Levantamento, Correlação e interpretação de solos para a América Latina, em 1965, que foi precedida de viagem preparatória pelo interior do Brasil, desde o território do Rio Branco até Brasília e de que resultou um estudo pedológico de importância; — a 1.ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho sobre Produção e Proteção do Café, que reuniu delegados dos principais países produtores, também realizada em 1965. Dentre os serviços de colaboração com o Governo do Brasil assinamos a sua contribuição à reforma do Ministério da Agricultura, o assessoramento ao grupo sobre Crédito agrícola; e a preparação de vários projetos importantes, dos quais destacamos e da criação de um laboratório de pesticidas no Instituto Biológico de São Paulo; a criação de um Centro de Mecanização Agrícola em Ipanema São Paulo; a reestrutu-

ração da Universidade Rural do Quilômetro 47; a criação de um instituto de economia na Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, São Paulo; o programa de desenvolvimento regional do sudoeste do Paraná; os estudos sobre o controle da febre aftosa; as pesquisas e aproveitamento do babaçu; e as pesquisas e fomento da produção do trigo no sul do país.

Os programas de ação da FAO no mundo aqui enumerados, também, se realizaram no Brasil, tanto no setor de assistência técnica como no Nações Unidas. No setor de assistência técnica são 23 os projetos em andamento. E no setor do FE já citamos os projetos realizados e em plena execução. A Campanha contra a fome recebeu substancial quantidade de sementes de pinho para o reflorestamento do sul do país, assessorou um projeto de criação de um Centro de Formação de Nutricionistas para o Nordeste e promoveu duas semanas em 1964 e 1965 de reuniões com entidades públicas sobre problemas de luta contra a fome. Já o Programa Mundial de Alimentos trouxe para o nordeste, em 1964, leite e farinha de trigo distribuídos entre 40.000 vítimas das inundações ocorridas naquele ano. E em 1965 esse programa aprovou o fornecimento, durante 5 anos, de alimentos para 17 mil escolares do Município da Lapa, na Bahia, que está sendo cumprido. Esse projeto foi mais tarde ampliado para beneficiar cerca de 100.000 escolares dos Estados da Bahia, Minas, Piauí e Ceará, sendo o maior projeto do Programa Mundial de Alimentos em todo o mundo.

O programa FAO/UNICEF, que elabora projetos em conjunto visando a melhoria dos níveis de nutrição nas regiões sub-desenvolvidas está sendo aplicado na Paraíba com a participação de vários órgãos da administração estadual, do Governo Federal e da ANCAR.

O Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) realizou no Brasil amplo estudo econômico e social sobre a estrutura agrária brasileira, além da assistência que presta aos

agricultores da Mogiana, no Estado de São Paulo, já aqui assinalado. A CIDA elaborou ainda outros projetos no valor de 35 milhões de dólares financiados pela USAID e pelo governo brasileiro. Preparou outro projeto na importância de 25 milhões de dólares para modernizar 10.000 pequenas e médias propriedades agrícolas.

Os convênios FAO/Banco Mundial e FAO/BID atuaram no Brasil em projetos de alta importância econômica e técnica, como o da produção de carne no Rio Grande do Sul, o de controle de febre aftosa e o de crédito agrícola.

São projetos que mostram a sua atuação no Brasil, nos seus problemas agrícolas, atuando como colaboradores em íntima conexão com os técnicos brasileiros. E dessa colaboração resultou perfeito entendimento, que trouxe novas técnicas para melhoria de nossa agricultura.

Toda essa enumeração de projetos e de trabalhos da FAO no mundo e no Brasil vêm provar de modo inequívoco, que essa agência especializada das Nações Unidas trabalhou intensamente durante esses vinte e cinco anos em planos nacionais e internacionais, promovendo a melhoria da agricultura mundial. O seu exemplo é nobilitante e se há controvérsias sobre a melhoria de sua atuação, há por outro lado esses resultados positivos, que a tornam uma instituição benemerita da humanidade. E que assim prosiga espalhando as suas realizações por toda a parte, para minorar a fome reinante e tornar a agricultura a fonte perene de alimentos e um dos sustentáculos das Nações.

A LAVOURA 73 ANOS

A mais antiga revista
agrícola em circulação
no Brasil

Safra Agrícola

Uma grande safra agrícola, mais especificamente de feijão — “que será uma das maiores dos últimos anos” — está sendo aguardada pelas autoridades governamentais que acreditam poder manter abarrotados os grandes centros de consumo do País.

O aumento das safras de produtos agrícolas é apontado como “resultado da campanha recentemente encetada pelo Governo visando ao aumento da produção e da produtividade.” As áreas de cultivo foram grandemente ampliadas, o que veio contrabalançar — com apreciável saldo positivo — uma quebra de produção motivada pela seca no Norte-Nôvo do Paraná.

Segundo relatório de técnicos do Governo Federal que, desde meados de outubro último, vêm observando os resultados da referida campanha, os contatos com grandes produtores e cooperativas fazem prever fartura não apenas do feijão em côres (rosinha, opaquinho, jalo e chumbinho lustroso), como também uma produção, já em fase de colheita, das mais volumosas de feijão preto na região centro-oeste daquele Estado.

Os produtores já estão oferecendo feijão em côres à razão de Cr\$ 45, a saca de 60 quilos, isento de taxas e maquinaria. No mercado de São Paulo o mesmo produto, maquinado, ensacado e com o ICM incluído estava sendo oferecido, em novembro último, à razão de Cr\$ 45, a saca de 60 quilos, permitindo que a mercadoria chegasse aos mercados de Recife e Fortaleza ao preço de Cr\$ 65, ao nível de atacado. No momento, os tipos rosinha e opaquinho são oferecidos no eixo Apucarana-Maringá, na faixa de Cr\$ 52,00-56,00. Os preços de oferta do feijão preto são considerados como normais para época de abertura de safra.



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem “Peruano”).
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Fisas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRATIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

NO CAMINHO CERTO

Serzedello Machado

Das muitas frases que li e ouvi, uma ficou para sempre gravada em minha memória: "A fome e o amor são os dois eixos do mundo. A humanidade gira tôda sôbre o amor e a fome". Quem a proferiu foi Anatole France.

No meio de tôda a agitação que anda pelos quatro cantos da terra, essa sentença adquire colorido profético. Só que os que governam não pensam muito nela, deixando à margem a bonita prática do amor e a humana tarefa de dar de comer a quem tem fome.

Pensando em tudo isso foi que comovido, li o que deseja fazer o Presidente Médici, através de seus ministros da Fazenda e da Agricultura, bem assistidos pelo Sr. Nestor Jost.

Decidiram êsses homens do Movimento Revolucionário iniciar uma campanha de experiência de comunicação com o trabalhador do campo. Iniciativa pessoal do Chefe da Nação, que assim deseja integrar os grandes contingentes rurais ao processo de crescimento brasileiro.

Vejo, com imensa satisfação, que tomamos agora o caminho certo, celebrando com a lavoura, sempre tão esquecida e insultada, o perfeito convênio da fraternidade cristã. Deixaremos de cuidar sômente da indústria e das coisas fúteis para nos voltarmos para o trato generoso da terra, fonte de harmonia e de paz. Fico atraído pela novidade. Relembro o que já descobri, devassando pesquisas e por mim guardadas.

E penso que a Transamazônica resolverá o problema criado pelas missões que já ocuparam todo o Inferno Verde. São vinte, ao todo. E também dos que dominam a quinta parte de nosso país, como dramaticamente revelou o ex-Ministro Gama e Silva perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara.

Um milhão e seiscentos mil quilômetros quadrados de extensão em poder de estrangeiros! Tudo isso pela nossa incúria. De fato merecemos o vexame que poucos conhecem, já que raros são os que se interessam pelas atividades agrícolas. Basta que se saiba que só um quinto dos agrônomos são aproveitados nesta imensidão de terras sem dono, pois dono não pode ser quem delas não se preocupa ou cuida.

Volto-me para o passado e sinto uma nostalgia imensa ferindo o meu amor cívico ao recordar que a minha Amazônia arcou, sôzinha, com quase a metade do nosso Orçamento! Até café vendeu ela, precisamente quando, hoje, produzimos menos 31,3% dessa rubiácea!

Confio na vontade férrea do nosso Presidente. O exemplo do Nordeste não permite dúvidas ou sofismas. Vamos furar o nosso interior, aumentando os níveis de produção e de produtividade agrícola. Fertilizantes serão fornecidos, com a mecanização atuando, sob a proteção oficial de uma política de crédito positiva. E ao lado dessa integração, te-

remos ainda os preços mínimos destinados a oferecer ao agricultor a segurança suficiente para o seu crescimento real e patriótico.

Custou a acontecer o grande milagre. Foi preciso que subisse ao poder um homem do campo para que o campo tivesse o carinho a que tem direito.

Iremos distribuir os 85% da produção mundial de alimentos, que atualmente está em 15% da população. Daremos ainda mais calorias aos seres humanos, aos quais, presentemente, consome abaixo de 2.200, num encurtamento cruel de vida e de alegria de viver. Aqui está a razão única de meu contentamento. Vamos para o campo, amar o campo e amparar o homem do campo. Chegou a hora de criarmos um sentimento fecundo de brasilidade sem demagogia e sem ódios. Mas de autêntica brasilidade exatamente como a desejam os verdadeiros patriotas os que pensam no Brasil e não em suas pessoas, a exemplo dos que fazem da política processo fácil de vida mais fácil ainda.

Tomamos o caminho certo! Louvado seja o Senhor!

ARROZ

— O Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), segundo seu presidente, tem amplas possibilidades de negociar com o exterior 100 mil toneladas de arroz. Os atuais estoques no RS estão na ordem de 260 mil toneladas.

— O Rio Grande do Sul possui um dos maiores núcleos mundiais de pesquisas de trigo. Em importância, apenas é superado pelo México.

CLIMAS DA BAHIA E MINAS

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(continuação)

ADALBERTO SERRA

ARASSUAHY — continuação

Chove pouco em Pedra Azul, apenas 916 mm, com extremos 168 — dezembro e 11 mm — junho. Os meses de novembro a março têm acima de 100 mm, e os de inverno menos que 20, ou detalhando: 11-15-17 (junho-julho-agosto). Maio e setembro recolhem abaixo de 30 mm, só outubro superando 50.

Também a maior altura observada em 24 horas foi inferior a 100 mm, com exatamente 88 mm, já de maio a agosto nenhum total diário havendo superado 50 mm. Pela série 10-10-12-10-8-7-10-6-5-8-14-13=113, temos em média 6 dias chuvosos, no inverno, e mais que 10 de nov. a março.

Contudo, chove um dia em cada três, no total de 113. Por fim, sob taxas mensais 5-6 de novembro a março, 3 em outubro, 1 em abril e setembro, tropeja 32 dias por ano, não ocorrendo o fenômeno contudo, de maio até agosto.

São pouco mais frequente os nevoeiros — 37, a taxas de 23 em geral nos vários meses, elevados até 4-6 no inverno, maio a julho.

Temos por fim, apenas 15 dias de orvalho, com 2 dias mensalmente de dezembro a maio, e 1 em novembro, junho e julho. De agosto a outubro o fenômeno deixa normalmente de se verificar.

Pedra Azul é desse modo quente de dia, com máximas acima de 30° no verão. Mas tem grande número de noites frescas, e extremos de temperatura não muito acentuados: 39° e 5°. A média da nebulosidade permanece superior à

da região vizinha, o que resulta em escassa insolação. Mas, embora sob chuvas frequentes, será fraco o total recolhido, com humidade elevada. Poucos fenômenos, e dias frequentemente encobertos, compõem um clima tolerável.

Montes Claros — 16° 43' S — 43° 13' W — 634ms. Clima Aw.

Temos 22°4 para a temperatura média anual, contidos entre 19°0 — julho e 24°1 — outubro os valores mensais, sob uma amplitude portanto 5°1. É insignificante, com 0°1 a segunda onda. A fase mais quente, acima de 23°, persiste de setembro a março, situando-se aquém de 22° o período maio-agosto, e abaixo de 20° os meses de junho-julho.

Já as máximas são relativamente elevadas, sob média 29°6 e dupla ondulação, a principal de amplitude 4°0 27°2 julho e 31°2 outubro. A secundária tem variação 0°6, entre dezembro — 29°7 e janeiro 30°3.

Temos assim uma fase mais quente a tarde a partir de setembro e que se estende até abril, sob valores acima de 30°, ou pouco abaixo (abril). Apenas de maio a julho ocorre o melhor período, aquém de 29°.

Quanto às mínimas, razoavelmente baixas, com média anual 15°5, têm onda simples, de amplitude 7,5, entre os extremos 18°4 — dezembro, e 10°9 — julho. Permaneceram mais elevados os valores de novembro a março, acima ou próximo de 18°, com o inverno bastante frio pela madrugada, sob médias 11°6 — 10°9 11°5 — respectivamente em junho-julho e agosto. É de 14°1

a amplitude média diária, contida entre o mínimo de 11°2 — dezembro e o máximo 17°6 de agosto. Seus valores permanecem fracos, sob 12° em geral, de novembro a março, elevados acima de 16° no período junho a setembro.

Quanto à máxima absoluta foi acentuada, 39°6 (maio), ocorrendo registros superiores a 37° em todos os meses, excetuando junho e julho, com apenas 32°6. Já a mínima absoluta desceu a 4°2 (julho), e índices abaixo de 7° têm lugar desde abril até setembro. Mas sempre acima de 11° no verão, dezembro a março.

Resultou assim 35°4 para a amplitude absoluta.

São quentes todos os dias em Montes Claros, apenas 27 frescos se verificando, distribuídos a taxas mensais variáveis 2-3, em julho reforçadas. As noites são todas frescas, pois somente 17 mais quentes, limitadas ao período setembro-março, costumam ocorrer, sob taxas de 2-3 como segue;

Noites quentes: 3 — 3 — 2 — 0 — 0 — 0 — 0 — 0 — 1 — 2 — 3 — 3 = 17.

Os ventos são fracos, de média 1,5m.p.s. quase constante nos diversos meses (extremos 1,7 — outubro e 1,3 — abril). Contudo apenas 2 ventanias, em agosto e outubro, foram registradas.

A umidade é regular, sob média 71,9% oscilando 16% entre o máximo 77,8 — fevereiro e mínimo 61,8 — setembro. Torna-se mais elevada, acima de 75%, na fase de novembro a abril, declinando durante a seca abaixo de 65%. (Agosto e setembro) ou de 70% desde junho até outubro.

Climas da Bahia e Minas

Contudo, permanece fraca a nebulosidade, sob média anual apenas 4,3, e valores mensais oscilando 4,1 entre os extremos de 6,5 — dezembro e 2,4 — agosto. Decorre mais coberto, acima de 5,0 o período novembro-março, e limpo, abaixo de 3,0 o inverno, junho a agosto, notando-se que tanto maio como setembro registram somente 3,2.

Poderemos descrever neste ponto a insolação, de valor reduzido, pois totaliza 2171 horas, com extremos 233 — agosto e 133 novembro. São mais iluminados os meses de maio a agosto, todos acima de 200 horas, havendo menor exposição em novembro e dezembro, abaixo de 140.

São raros aliás os dias encobertos (61), distribuídos sobretudo de outubro a março, com valores entre 6 e 13, no verão registrando-se 10-13-9-8 (nov. a fev.). O período de inverno tem um número infimo de tais dias cada mês, 0-1 de maio a agosto, e apenas 2 em setembro.

O número nos dias claros é quase duplo, 104, concentrados de maio a setembro, quando se verificam índices mensais de 11-14, excetuando agosto com 17. De outubro a março temos taxas variáveis de 3 a 6, a primeira só se verificando em novembro e dezembro.

Chove pouco em Montes Claros, no total de 965mm, com valores compreendidos entre 197mm — dezembro e 3mm julho. Superam 100mm os vários meses de novembro a março, mas têm menos de 50 os restantes, exceto outubro com 73. Ainda menos que 10mm, os meses da fase maio a agosto. A altura máxima em 24 horas foi igualmente fraca, 124mm, (janeiro), e de maio a agosto nenhum total diário excedeu 35mm.

Continuam escassos os dias de chuva, num total de 67, dos quais a metade, ou sejam 33, supera 10mm. Os primeiros se concentram de novembro a março, somente aquêle mês e dezembro ultrapassando 10 dias e os demais 8-9. Apenas 1 dia de chuva se produz nos vários meses de maio a agosto, como o demonstra a série: 9 — 9 — 8 — 4 — 1 — 0 — 1 — 1 — 2 — 6 — 12 — 14 = 67.

É muito rara a trovoadas, só por 12 dias se fazendo ouvir cada ano, distribuídos a taxas 1-3 nos meses de setembro a março, as maiores correspondendo ao período novembro-fevereiro. Não ocorre o fenômeno de abril a agosto.

Nevoeiro e orvalho também não foram registrados na localidade.

Tem portanto Montes Claros um clima quente durante o dia, mas fresco à noite, com extremos de 4º a 40º. Umidade regular e nebulosidade fraca, havendo predomínio dos dias claros sobre os encobertos. Chove pouco e quase não troveja, sendo a insolação regular. Clima em resumo tolerável.

Caetité — 14º 03' S — 42º 37' W — 869ms. Clima Aw.

A elevada altitude resulta em baixa temperatura média, de 21º,4, com extremos 22º,7 — outubro e 10º,9 — julho, sob amplitude 3,8. A segunda ondulação tem lugar de dezembro a março, sob uma oscilação 0º,3. Na verdade, é igualmente mais quente, com médias próximas de 22º,5, o período outubro a março, havendo declínio para 22º em abril. Mais fresca, abaixo de 20º, a fase do inverno com 19,5 — 18,9 — 20,0 em junho — julho — agosto.

As máximas apresentam média anual 27º,2, e variam de 28º,9 — outubro a 24º,8 — julho, com amplitude 4º,1. A segunda onda tem oscilação 0º,4, entre o mínimo dezembro e o máximo março.

O período mais quente à tarde se estende pela primavera e verão, com temperaturas acima de 28º desde setembro (28,2) até março (28,1). Na verdade, ocorre um leve decréscimo para 27,7 em dezembro. Menores temperaturas só virão a se produzir no período maio a agosto, abaixo de 26º,5, com valores 26,1 — 25,2 — 24,8 — 26,2 — para

os diversos meses aí compreendidos.

As mínimas são bastante baixas em média (15º,3), mas tal fato resulta de pouco se elevarem no verão, visto que através do inverno se conservam discretas. Oscilam aliás pouco, somente 4º,6, de 17,8 (março) a 13,2 (julho). Como sempre, as madrugadas apresentam médias estáveis de novembro a abril, em torno a 17º,6. Declinam em maio (15,8) para assumirem durante o inverno valores de 14,2 — 13,2 — 13,7, respectivamente em junho-julho e agosto. Setembro já trás elevação para 15º,2.

A amplitude diária é reduzida, com 11º,0 de média anual, dado que oscila pouco: 13,0 em setembro e 10,1 — abril. Como vemos não alcança os elevados índices reinantes no inverno em outras estações. Mas se conserva estável, pouco acima de 10º, durante o longo período novembro a maio, só de agosto a outubro apresentando registros acima de 12º.

Devido à altitude, a máxima absoluta permanece reduzida, com 36º,9 (janeiro), temperaturas acima de 35º sendo possíveis de setembro a janeiro, ou acima de 34º desde agosto até março. Em junho e julho as máximas atingiram apenas 32,2 e 31º,7.

Não foi muito baixa a mínima absoluta, dado que desceu somente a 7º,6 (julho), valores aquém de 10º podendo se verificar de maio a setembro. De dezembro a fevereiro o termômetro nunca declinou a menos de 11º. Por tais motivos, é também fraca, de 29º,3, a amplitude absoluta.

Contudo, os dias são quentes em Caetité, os frescos só predominando em junho e julho, (14 e 19), e ainda 11 ocorrendo respectivamente em maio e agosto. Nos demais será quente a quase totalidade, como vemos abaixo:

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Dias quentes	28	26	29	25	20	16	12	20	27	28	24	26	281
Dias frescos	3	2	2	5	11	14	19	11	3	3	6	5	84

Para a grande altitude é como vemos escasso o total dos dias suportáveis, apenas 84. Já as noites permanecem

tôdas frescas em Caetité. As normais indicam 1 noite quente em janeiro, e outra em março.

Climas da Bahia e Minas

Os ventos se apresentam constantes e fortes na região, que aliás canaliza os aliseos.

De média 2,4, oscilam consideravelmente, entre 0,6 — junho e 4,4 — outubro, com amplitude 3,8. Note-se como é reduzida a velocidade no período maio a setembro, com valores compreendidos entre 0,6 e 1,3. Eleva-se bruscamente para 4,4 em outubro, conservando até abril médias em geral acima de 3,0, pois só dezembro e janeiro registram um pouco menos (2,7 e 2,8). Os ventos alcançam aliás sua maior velocidade entre 10 e 12 horas, e a menor de 19 às 20 horas.

O número de ventanias parece realmente exagerado, no total de 37, todos os meses de maio a outubro registrando taxas 4-5, reduzidas para 1-2 de novembro a fevereiro, e 3 em março e abril.

Não é muito úmida a região, dado que a média anual registra 73,1%, com amplitude de 10% entre os extremos 76,9 — fevereiro e 66,3 — setembro. O período mais úmido transcorre de dezembro a abril, acima de 76%, mas poderíamos incluir novembro, e estendê-lo até junho, neste caso superando 74%. Mais seca realmente, em torno a 67%, será a fase inicial da primavera, agosto a outubro.

O céu está geralmente nublado, com média anual 5,4, os valores mensais oscilando 2,3, entre 4,1 — agosto e 6,4 — dezembro. A nebulosidade mais forte se verifica de novembro a março, acima de 6,0, e a mais fraca, entre 4 e 5, no período junho a setembro.

A insolação será elevada em consequência, somando 2452 horas, com extremos de 251 — agosto e 159 — novembro.

Há sempre mais que 200 horas de Sol nos meses de maio a outubro, e igualmente em março. O período menos iluminado é o dos meses novembro e dezembro, sob respectivamente 159 e 170 horas.

Cabe examinarmos agora os dias encobertos, aliás poucos, no total de 65, e apenas mais freqüentes, sob taxas mensais de 6 a 10, na estação chuvosa, de outubro a abril (nov. 10, dez — 9).

De junho a setembro unicamente 2 a 3 dias encobertos ocorrem cada mês.

Os claros ainda são mais escassos, 42, surgindo principalmente de junho a outubro, à razão de 4-7 mensalmente, pois de novembro a maio apenas 1-3 são encontradas.

Só agora podemos descrever a precipitação, bastante reduzida devido à proximidade do clima B, com um total de 807 mm, mesmo o mês mais chuvoso somando apenas 151 mm — dezembro, e o mais seco 9 — junho. Ultrapassam 100 mm os meses do período novembro a fevereiro, com março ainda 97; mas de maio a setembro todos têm menos de 20 mm, e junho ou julho apenas 9.

Naturalmente, foi também reduzida a maior altura em 24 horas, no valor de 87 mm (janeiro), de maio a julho nenhum total diário tendo ultrapassado 20 mm.

São apenas 84 os dias de chuva, dos quais 23 superam 10 mm. Somente novembro e dezembro têm acima de 10 dias, taxas de 8-9 se mantendo nos quatro meses iniciais. Mas a localização na montanha, e o regime de leste, asseguram ao inverno freqüências 3-5; agosto tendo apenas 2, conforme a série abaixo: 9 — 9 — 8 — 8 — 6 — 5 — 5 — 3 — 2 — 6 — 12 — 11 = 84.

O número das trovoadas é quase metade dos dias de chuva, pois totaliza 47, ocorrendo sobretudo de outubro a março, sob taxas 5-8, mas surgindo igualmente em abril ou setembro. De maio a agosto, elas normalmente não ocorrem, como o indicam as taxas: 8 — 8 — 6 — 3 — 0 — 0 — 0 — 0 — 1 — 5 — 8 — 8 = 47.

Os nevoeiros são apenas 23, distribuídos de um modo uniforme sob taxas mensais 2-3, salvo de agosto a outubro (1).

O orvalho, ainda mais raro, só se forma 14 vezes por ano, sob índices variáveis 1-2, com 0 para setembro e outubro.

Caetité é assim muito ventoso, quente de dia mas fresco à noite, e de mínimas sempre confortáveis. Clima úmido, apenas nublado e pouco chuvoso, com forte insolação, mas raras trovoadas ou nevoeiros. Extremos pouco pro-

nunciados, de 7° a 37°, tudo indicando condições suportáveis de dia, e excelentes à noite.

PERI-PERI 14° 54' S — 41° 51' W — Clima Awg'

Neste posto não existem observações da temperatura média.

As máximas são elevadas, de normal 29,4 e valores mensais contidos entre os extremos 31,3 — dezembro e 26,9 — julho, sob amplitude 4°,4. O período mais quente à tarde, acima de 31°, se estende pelo verão (dezembro a fevereiro), com novembro e março ainda superando 30°, mas abril e outubro ligeiramente abaixo.

A fase mais fresca, aquém de 28°, é a do inverno, junho a agosto.

As mínimas, sempre discretas, de média 18,8, situam-se entre 19,9 (janeiro a março), e 16,8 — agosto, com 3,1 de amplitude.

As madrugadas conservam temperatura estável de novembro a maio, acima de 19°, permanecendo aquém de 18° na fase de junho a setembro.

Temos assim 10,5 para a amplitude diária média, contida entre os limites 9,3 — junho e 11,8 — dezembro. Nota-se pois uma mudança de regime com relação ao Brasil Central, onde o máximo ocorria no inverno. Os respectivos valores permanecem acima de 11° de setembro a fevereiro, mas abaixo de 10° de maio a julho.

A máxima absoluta não foi muito elevada, apenas 36,5, (janeiro), e temperaturas além de 34° costumam ocorrer de outubro a abril, já no inverno nunca ultrapassando 32° (junho a agosto).

Em nenhum caso a mínima se situou abaixo de 10°, pois o menor valor, 11°,5 foi observado em julho. Índices aquém de 14° podem se verificar de junho a setembro, mas só acima de 16° nos meses de janeiro a abril.

Foi bem reduzida, de apenas 25°,0, a amplitude absoluta.

Apresentam-se quentes por assim dizer todos os dias (353), os poucos frescos (12) se distribuindo sob taxas 2 a 5 nos meses de inverno.

Climas da Bahia e Minas

Já as noites quentes somam 80, o que dá lugar a 285 frescas; estas, menos freqüentes de janeiro a março, e mesmo assim dominando sobre as quentes, controlam de modo absoluto o inverno.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	13	11	13	10	6	2	1	—	3	4	8	9	80
Noites frescas	78	17	18	20	25	28	30	31	27	27	22	22	285

São regulares os ventos, sob média 2,0 mps, e índices mensais variando de 1,8 — janeiro a 2,5 julho. Mais ventoso o período fresco, de junho e julho (2,4 — 2,5), o do verão transcorrendo mais calmo — 1,8 mps.

Contudo, registrou o observador um número absurdo de ventanias (58), concentrando-as a taxas 6-8 no inverno, e 3-4 nos meses restantes. Não se pode acolher tal informação.

Não há observações de nebulosidade, mas figuram as contagens dos dias encobertos (77) e claros (135). Os primeiros aparecem sob taxas 11-13 de maio a julho, e 5-7 em fev.-março, ou abril e agosto, mas 3-4 nos meses restantes.

Já os claros (135) são mais comuns, com freqüências 10-16 de agosto a abril, notando-se 15-16 no período outubro a janeiro. O inverno tem poucos dias claros, apenas 4-6 cada mês, de maio a julho, já foi explicado anteriormente um tal regime.

Chove bastante na região, 1586 mm, sob taxas variáveis de 267 mm — maio, a 61 — dezembro. Note-se que malgrado a classificação Aw, o regime pluviométrico traduz um clima Af (mês mais seco acima de 60 mm).

Com efeito, são chuvosos os meses de março a julho, todos superando 150 mm, com os de maio a julho acima de 200.

Na primavera nota-se estabibilidade em torno a 85 mm, mas novo máximo em novembro-96, e mínimo durante o verão, ao redor de 65 mm.

Foi por outro lado acentuada, com 184 mm, a maior chuva recolhida em 24 horas, valores acima de 150 tendo ocorrido de março a maio, mas somente abaixo de 75 mm nos demais meses.

Apesar do total elevado, será reduzida a freqüência dos dias chuvosos, apenas 76, dos quais uma elevada contagem, no total de 51, supera 10 mm.

Como era de esperar, chove sobretudo de março a agosto, acima de 16 dias por mês, com os do inverno superando 22.

Na primavera chove pouco, 9 dias mensalmente, elevados a 10-11 no verão. Em resumo, a série abaixo confirma o clima Af:

10 — 11 — 16 — 16 — 23 — 22 — 24 — 17 — 13 — 9 — 9 — 6 = 76.

A proximidade do litoral acarreta poucas trovoadas, apenas 14 por ano, distribuídas sob freqüências 2-3 em cada mês, de novembro a abril, nenhuma ocorrendo aliás de maio a outubro.

Os nevoeiros somam 24, a taxas mensais 2-3, só não se formando em fevereiro.

Quanto ao orvalho, por demais freqüente, 171 dias, apresenta contagens 18-22 de outubro a fevereiro, ou 12-13 em abril, agosto e setembro, reduzidas para 5-8 de maio a julho.

As observações parecem de valor duvidoso, mas o clima é sem dúvida quente de dia e fresco à noite, sempre úmido e chuvoso, com grande número de dias claros e raros fenômenos. Sem dúvida, bastante suportável.

VITÓRIA DA CONQUISTA
— 14° 57'S — 40° 53'W — 1040 ms. — Clima Awg'

Malgrado a grande altitude, as máximas se apresentam elevadas, sob média anual 28,1..

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Dias quentes	29	25	30	26	20	17	18	17	23	28	27	27	287
Dias frescos	2	3	1	4	11	13	13	14	7	3	3	4	78

Os extremos ocorrem nos meses de outubro — 30°,1 e julho — 24°,6, com amplitude 5°,5.

O período mais fresco à tarde é o de junho-julho, 25,4 — 24,6; mas desde maio até agosto as máximas permane-

cem abaixo de 27°. Já o mais quente, acima de 29°, transcorre de outubro a março, com o primeiro mês sob 30°,1.

Existe uma onda secundária, de mínimo janeiro (28,7) e amplitude 0°,9 até fevereiro (29°,6).

As mínimas são bastante baixas, de média 14°,6, e oscilam 4°,0 entre 12,6 — julho e 16,6 — dezembro. As madrugadas mais freqüentes ocorrem no verão, superando 15° de novembro a abril; e as mais frias, abaixo de 13° em junho e julho, estendendo-se de maio a setembro a fase com índices abaixo de 14°.

Temos 13°,5 para a amplitude diária, muito estável devido à altitude, mas com extremos de 12° — julho, e 15°,3 — outubro.

Os menores valores, abaixo de 13°, correspondem aos meses de maio a julho. As maiores, superando 14°, à primavera, setembro-novembro.

A máxima absoluta atingiu 36,6, (outubro), e valores acima de 34° se produzem todos os meses, com exceção do período abril a julho, quando os termômetros não ultrapassam o citado limite.

Vejamos agora a mínima absoluta: foi de 6,1 (maio), e índices abaixo de 10° surgem de maio até setembro; mas sempre acima de 11° no período restante, outubro a abril.

Por fim, alcançou 30°,5 a amplitude absoluta na região.

Temos por outro lado 287 dias quentes em Conquista, e que predominam aliás de outubro a abril, contra um regular número de dias frescos (78) nos meses restantes, sobretudo os invernos, quando as freqüências se equivalem. Temos com efeito:

Já as noites quentes são 2 apenas, ambas no verão, podendo-se dizer que todo o período noturno é fresco em Conquista.

A velocidade dos ventos é fraca, sob 1,6 mps, e prática-

Climas da Bahia e Minas

mente estável, entre 1,5 — dezembro e 1,8 — julho.

Não houve indicação de ventanias.

Embora sem dados da nebulosidade, possuímos a contagem dos dias encobertos, no total de 220 variando entre 14 e 19 nos vários meses, e ultrapassando 20, (taxas 22-24) de maio a julho.

Já os dias claros são muito raros, unicamente 12, distribuídos sob taxas 1-2 de agosto a abril, e não ocorrendo de maio a julho.

Como implica a localização, próximo ao Vale do São Francisco, chove muito pouco, só 739 mm, com extremos de 132 — dezembro e 10 — agosto.

Clima portanto Aw, pois os meses acima de 100 mm são os do verão, dezembro a feve-

reiro, com os do inverno abaixo de 30 mm, de maio a setembro.

Por outro lado, alcançou apenas 87 mm na maior altura recolhida em 24 horas, limitada de maio a agosto ao máximo de 30 mm.

Chove freqüentemente contudo, 126 dias por ano, dos quais somente 20 ultrapassam 10 mm. As taxas mensais superam 10 dias, mantendo-se sob 11-13 de novembro a julho, e declinando de agosto a outubro a índices 7-9. Isto demonstra a proximidade do clima As, que ainda permite chuvas no inverno.

São muito raras as trovoadas, apenas 18 cada ano, sob freqüências 2-4 de outubro a março, com ainda 1 em abril e setembro. Nada tropeja de

maio a agosto. Há no entanto um elevado total de nevoeiros — 106, sempre mais comuns de maio a agosto sob taxas mensais 13-20 — (a última em julho). Nos demais meses, freqüência de 4-6 são a regra.

Por fim, apenas 11 dias de orvalho, sob taxa mensal 1, e não ocorrendo na primavera, serão verificados na região.

Conquista tem portanto um clima quente de dia, mas sempre fresco à noite. Chove com freqüência, mas num total reduzido, só o nevoeiro sendo um fenômeno notável. O elevado número de dias encobertos contribui bastante para minorar o calor, notando-se que a escala do termômetro fica contida entre 6º e 37º.

O clima será nestas condições bem satisfatório.

RECEBEM PRÊMIOS OS MELHORES LAVRADORES DA GB

Trinta e seis lavradores cariocas receberam dia 21-12 das mãos do Governador Negrão de Lima, prêmios de dinheiro, no valor total de Cr\$ 56.020,00, e diplomas, por se terem destacado entre os demais, na produção agrícola e organização de suas fazendas situadas no Estado. A solenidade, no Palácio Guanabara, contou com a presença do Secretário de Agricultura, Sr. Mateus Notaroberto, de diretores de Departamentos e do ex-secretário daquela pasta, Deputado Reinaldo Santana.

O total de prêmios em dinheiro foi distribuído em três grupos, cada um, de 12 lavradores. Para cada um dos apontados no grupo do primeiro lugar, coube a quantia de Cr\$ 2.340,00. Os do segundo lugar receberam Cr\$ 1.407,00, e o terceiro lugar, Cr\$ 930,00.

VENCEDORES

Revestida de simplicidade, a cerimônia foi breve. Logo após a entrega dos diplomas, o Governador Negrão de Lima disse que aproveitava o acontecimento para saudar calorosamente os homens que se empenharam em benefício da produtividade da Zona Rural. Finalizou salientando que desejava a todos um feliz Natal, extensivo a suas famílias e

que o ano novo continue próspero para suas lavouras.

No grupo do primeiro lugar, foram premiados: Instituto Ana Gonzaga, Otávio da Silva, Manuel Gonçalves Pacheco, João Rodrigues, João Benatti, Fernando Magalhães, Umberto Augusto Fernandes de Matos, José dos Santos Melo, Seigi Hoshima, David Mendes, Manuel da Maia Rodrigues e Evando Garcia Carneiro.

Fizeram jus ao prêmio da segunda colocação: Manuel Nascimento Carvalho, Válder Gomes de Castro, Pedro Ferreira Dias, Masayoshi Otsuka, José Aurindo Gonçalves de Castro, Sidney Barbosa, Rikio Sudo, Granja Avícola Pastoril, W. S. Machado, Amadeu Rufino da Silva, Manuel Teixeira dos Santos, Cecília Ferreira de Almeida e Pelegrino Tolomei.

O terceiro lugar, coube à *Escola de Horticultura "Venceslão Belo"*, e a Lourenço Nunes, Eduardo de Oliveira, Sasão Nada, José Nesti Giovani, José Sílvia Magalhães, Ângelo Hoshima, Orlando Fornazele, Cidade Batista Lar da Criança, Vincenzo Melianda, Sílvia Teixeira e Fernando Gomes.

(Transcrito de "O Globo", de 22-12).

Notícias e Informações

3.^a MOSTRA DE GADO HOLANDÊS

A Associação Brasileira de Criadores de Gado Holandês está preparando a 3.^a Exposição Nacional de bovinos da raça. O certame que é promovido com a colaboração da Secretaria da Agricultura de São Paulo, será realizado no Parque Fernando Costa (Água Branca), de 4 a 12 de março do próximo ano.

Com o propósito de dar tempo suficiente, aos possíveis expositores, de preparar convenientemente os animais que pretendam apresentar, a Associação Brasileira e suas delegadas nos Estados onde a criação de gado holandês é praticada, está endereçando circulares a todos os pecuaristas nacionais salientando a importância da Mostra.

As inscrições de animais somente serão aceitas até o dia 15 de janeiro vindouro, com tempo suficiente, portanto, para o preparo do catálogo que conterá, também, matérias sobre a pecuária leiteira, de especial o gado holandês.

COMBATE A BRUCELOSE

Por convocação do Ministério da Agricultura, realizou-se em Brasília, um encontro de técnicos de quase todos os Estados, quando foram demonstradamente analisados os problemas referentes ao combate à brucelose em todo o País.

Participaram do encontro cerca de 70 técnicos.

Durante o Encontro, os técnicos debateram as normas para o combate à brucelose, reformulando a portaria existente a respeito, datada de 1958 e que se encontrava desatualizada e elaborando os termos de nova portaria que deverá ser assinada dentro em breve. Além disso, duas comissões, uma para tratar do combate à brucelose a nível de campo e outra a nível de laboratório, debateram os princípios básicos que deverão nortear uma campanha nacional contra essa zoonose. Este trabalho foi posteriormente debatido em plenário, e servirá de base para uma campanha nacional, ao mesmo tempo em que possibilite a cada Estado maior mobilidade, de acordo com as condições regionais. A Campanha Nacional contra a brucelose será executada pelas Secretarias da Agricultura, através de convênios com o Ministério da Agricultura, esperando-se que tenha início a partir deste ano.

AFTOSA

Realizou-se em Brasília reunião de técnicos com o objetivo de acertar os pormenores referentes à Campanha de Combate à Febre Aftosa, para a qual foi assinado convênio entre o Ministério e as Secretarias da Agricultura do Estado de São Paulo.

SEMENTES

O Ministério da Agricultura vai utilizar recursos no total de Cr\$ 230 mil na aquisição de sementes de cereais produzidas no vale do rio Sambito no município de Valença, Piauí, área antes improdutiva e prejudicada pela seca, onde o órgão está desenvolvendo, desde abril último, projeto-piloto de irrigação, com a utilização de 19 motobombas.

CRÉDITO PARA O COMBATE À FEBRE AFTOSA

O Presidente da República autorizou o Ministro da Fazenda a contratar, em nome da União Federal, operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — no valor total de 13 milhões de dólares destinado ao financiamento parcial de um programa que constitui a primeira etapa do Plano de Combate à Febre Aftosa.

Na exposição de motivos que acompanha o decreto presidencial, esclarecem os Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura que o Projeto de Combate à Febre Aftosa, a ser desenvolvido em quatro anos, a partir de 1971, integra o elenco de projetos prioritários na área da agricultura do programa do Governo.

O Plano mobilizará recursos correspondentes a 67 milhões de dólares, sendo de 13 milhões de dólares o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

ACAR EM RIO CLARO

Foi inaugurado no município de Rio Claro o 50.º Escritório da ACAR-RJ. O ato contou com a presença de altas personalidades políticas e administrativas do Estado.

IMPORTAÇÃO DE SUINOS

Sessenta porcos da raça "Landrace e 10 da raça "Pietrain" serão importados da Alemanha e dos Estados Unidos, respectivamente, pela Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina. As espécies a serem importadas adaptam-se com perfeição às condições agropecuárias do Estado sulino e virão, renovar o rebanho suíno, pelo revigoramento do sangue dos animais, mediante o cruzamento híbrido. Também dos Estados Unidos serão importados para os plantéis catarinenses representantes das raças "New Hampshire" e "Duroc".

TEMPERATURA DAS HORTAS

As sementes de hortalças só germinam bem se a temperatura da terra estiver entre 15 e 25°C. Quando a temperatura do leito da sementeira é muito baixa isso faz atravessar a germinação e promove a falta de uniformidade no nascimento das sementes; e este atraso pode favorecer o ataque de doenças e pragas do solo.

Por outro lado, as temperaturas muito altas também prejudicam a germinação da maioria das hortalças e isso explica os insucessos dos mantidos nas épocas quentes. Mas esse inconveniente evitado com a cobertura das sementes com palha de arroz bem seca, capim, sapé ou outro material que não fermente com facilidade; e essa cobertura deve ser retirada quando as sementes começam a germinar.

CURSO, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, LEILÕES

I Curso Prático de Cunicultura, de 6 a 14 de novembro no Parque Fernando Costa;

Durante a 2.ª quinzena de novembro na Zona da Mata, MG, o *I Encontro do Café* — assunto ferrugem;

A 23 de novembro — *II Encontro de Eletrificação Rural*, em São João da Boa Vista, São Paulo;

De 5 a 8 de novembro, *Feira Agropecuária de Londrina*, Paraná;

A 14 de novembro, *Leilão de Reprodutores*, na Estação Experimental de Zootecnia de Ribeirão Preto, São Paulo;

A 21 de novembro, *Leilão de Animais* concorrentes à III Prova de Ganho de Pêso, na Estação Experimental de Zootecnia de Sertãozinho, São Paulo;

Entre 23 e 29 de novembro, *Exposição Agropecuária de Bragança Paulista*, São Paulo;

De 1.º a 9 de dezembro, *II Feira Agropecuária de Dracena*, São Paulo;

Entre 5 a 13 de dezembro, *Exposição-Feira* de Avaré, São Paulo;

De 5 a 13 de dezembro, 4.ª *Exposição Agropecuária de Loanda*, Paraná;

De 26 a 29 de dezembro, *VIII Exposição-Feira Agropecuária* de São Mateus, Espírito Santo;

REFORMA AGRÁRIA NA TRANSAMAZÔNICA

O Presidente da República baseando-se em exposição de motivos do Ministro da Agricultura da Guanabara, assinou decreto, fixando áreas prioritárias para fins de reforma agrária, ao longo da Rodovia Transamazônica.

A medida, segundo ressalta o Ministro em sua exposição de motivos, "tem por objetivo possibilitar a efetiva ocupação do grande vazio demográfico que representa a Amazônia, mediante a implantação de núcleos de colonização e projetos de Reforma Agrária, à margem da Rodovia Transamazônica, em áreas previamente selecionadas e desapropriadas por interesse social".

ELEVAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, pediu aos presidentes dos bancos oficiais o aumento dos limites de financiamento rural para os quais não são solicitados garantias e registro de contrato.

Este limite corresponde, hoje em dia, a 50 vezes o salário-mínimo vigente na região. A FAESP, considerando as reivindicações feitas em suas comissões técnicas, pediu sua elevação para 100 vezes.

A entidade justificou, ao enviar o pedido aos bancos do Estado e do Brasil, do estudo da possibilidade de elevação, que houve aumento dos preços dos fatores que compõem o custeio das lavouras e criações.

Um pequeno produtor que solicitar financiamento para o custeio de 50 alqueires de milho, 5 alqueires de algodão e 5 mil pés de café, já terá ultrapassado o limite, que é de pouco mais de 5 mil cruzeiros, exigido como condição para ficar isento de despesas com garantias e registro de contrato.

AUMENTADA A CULTURA DO MILHO EM 13%

A área total da cultura do milho em São Paulo, para a safra 1971, deve ter um aumento de 13% sobre o ano anterior. A estimativa é da Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura.

O plantio iniciou-se praticamente em todo o Estado no mês de setembro último, com cerca de 15% da área prevista já plantada.

A Região de São José do Rio Preto, segundo cálculos da respectiva Divisão Regional Agrícola, é a que apresenta maior aumento com uma estimativa de 32% a mais sobre a safra anterior, e um plantio de 280.500 hectares.

Segue-se a região de Campinas com aumento de 22% e área de 141.000 hectares.

O terceiro lugar é ocupado por Ribeirão Preto, com um acréscimo de 19% a mais em relação ao ano anterior e uma área de cultura estimada em 342.000 hectares.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Já foram concluídos os estudos para redação do regulamento que disciplina a aplicação da inseminação artificial nos animais bem como a atividade de empresas que se dedicam à tecnologia e comercialização do sêmen.

O último encontro, do Grupo de Trabalho designado pelo Ministério da Agricultura para estudar o assunto foi realizado em São Paulo e dele participaram da Equipe Técnica de Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial (ETEFRIA) e representantes de associações de registro genealógico.

O regulamento redigido e aprovado no encontro será submetido à aprovação do Escritório de Produção Animal (EPA) do MA.

SÊMEN SEM ICM

A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, solicitou em comunicado, à Secretaria da Fazenda gaúcha, a isenção total do ICM (17%) sobre o sêmen congelado, para que 'seja extinta a barreira que vem prejudicando o desenvolvimento a aprimoramento dos rebanhos gaúchos'.

O sêmen está isento do ICM, quando é vendido ao criador, diz a FARSUL, mas não tem a mesma quando é importado. Entende a FARSUL como necessária a isenção total do ICM, pois considera a inseminação artificial muito dispendiosa.

PROVAS ZOOTÉCNICAS PARA ANIMAIS

A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) continuando seu programa de realização de provas zootécnicas já submeteu 7.500 animais às provas de Controle do Desenvolvimento Ponderal.

Os trabalhos foram realizados nas regiões do Triângulo Mineiro, sul de Goiás, norte e noroeste de São Paulo, Mato Grosso, Recife, Campina Grande (Paraíba) e serão iniciados brevemente em Salvador (Bahia).

Para submeter seu rebanho zebuino às provas, o pecuarista deve apenas solicitar sua

realização à ABCZ informando o número de animais. O controle é feito de acordo com o regulamento homologado pelo Ministério da Agricultura em 1969.

QUEDA DA PRODUÇÃO DE ARROZ EM GOIÁS

Tudo indica estar confirmada a queda em cerca de 20% das áreas de cultivo de arroz no Estado de Goiás, observando-se, ao mesmo tempo, aumento nas mesmas proporções das culturas de milho e feijão, enquanto o plantio de soja não corresponde à expectativa, sendo encontrado em poucos Municípios.

As previsões feitas pelo Ministério da Agricultura, Acar-Goiás e Secretaria de Agricultura confirmam-se com os estudos realizados pela equipe técnica de Estatística Agropecuária, do Ministério, em 56 Municípios goianos.

O fraco incremento oferecido pela política de preços mínimos constitui a razão da baixa produção de arroz, conforme assinalaram os técnicos. Além disso, salientam a influência dos fatores climáticos, destacando a baixa intensidade das chuvas, o que força o replantio.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

As obras de eletrificação rural do Estado do Rio receberão mais Cr\$ 500 mil do INCRA, que serão entregues às Centrais Elétricas Fluminenses e ao Departamento Estadual de Minas e Energia. No município de São João da Barra, as Centrais Elétricas implantaram a linha de transmissão "Cardoso Moreira — Valão Sêco". As obras custaram Cr\$ 772.690, tendo o INCRA financiado Cr\$ 505 mil.

Para o Estado de Goiás, o INCRA destinou Cr\$ 478.341,55, que serão aplicados em obras de eletrificação rural em 8 Municípios, com a implantação de 446 quilômetros de rede. Foram beneficiadas 365 propriedades rurais.

TRIGO,

Através da Comissão do Trigo Nacional (CITRIN), o Banco do Brasil comprou 75% da produção do Rio Grande

do Sul já comercializou 90 mil toneladas, do total de 1 milhão e 200 mil toneladas previstas pela Federação das Cooperativas de Trigo.

Ao contrário do que ocorreu em anos anteriores, a safra está sendo escoada sem reclamações dos produtores e da Cooperativa. Para isso foram mobilizados, até agora, 6.300 caminhões, 32 chatas, 11 navios e 425 vagões graneleiros.

Segundo informação da Rede Ferroviária Federal cerca de 50% da safra de trigo deste ano serão transportados pelo sistema ferroviário. A operação exigirá o deslocamento de 1.500 vagões para o transporte de 1 milhão e 600 mil toneladas, o total da safra.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE MILHO

A área de plantação de milho em São Paulo deverá aumentar em 15% na safra 1970/71, em relação à safra anterior segundo pesquisa realizada pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura. A área prevista é de 1 milhão e 600 mil hectares, superior em 5% ao máximo registrado em 1963 e representa um acréscimo de quase 170 mil hectares sobre a área plantada no ano passado.

Esclarecem os técnicos do MA que a previsão deve confirmar-se pois, não obstante a volumosa colheita de 1969/70 os preços do milho não registram reduções significativas, mantendo-se até aqui em níveis razoáveis. Os técnicos afirmam que as notícias sobre ferrugem nos milharais norte-americanos têm influído em certa alta nos preços do produto, o que traz novo ânimo aos produtores.

Devido à ferrugem, a safra de milho dos Estados Unidos deverá cair cerca de 10% este ano.

"A LAVOURA"

73 ANOS

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de setembro e outubro de 1970.

AÇÚCAR — Pernambuco e Alagoas — Produção — Safra 1970/71

O IAA estabeleceu os quadros de distribuição de açúcar demerara às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, da safra de 1970/71, num total de 13,5 milhões de sacos de 60 quilos brutos que serão produzidos em 2 períodos.

As cooperativas centralizadas de venda e as usinas não cooperadas dos mencionados Estados deverão comunicar ao IAA, no prazo de 15 dias, contados de 27-8-70, se não produzirem, integralmente, os volumes de açúcar demerara que lhes foram atribuídos.

A produção dos contingentes de açúcar demerara atribuída às usinas deverão obedecer rigorosamente às exigências contidas nos art. 8º, 9º e 10º da Resolução 2.038, de 1970 (BLA/70), p. 470) sob pena de ser o produto sumariamente recusado (MIC-IAA — Resolução 2.045, de 27-8-70 — DO-II de 11-9-70, p. 2.414).

AÇÚCAR — Safra 1970/71 — Plano de Defesa — Acréscimo

O IAA aprovou o acréscimo de 2,5 milhões de sacos de 60 quilos brutos de açúcar centrifugado na produção nacional da safra de 1970/71, distribuídos pelos Estados de Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Paraná (MIC-IAA — Resolução 2.046, de 17-9-70 — DO-II de 30-9-70, p. 2.660).

ARROZ — Safra 1970/71 — Irrigação — Preço — Rio Grande do Sul Agricultura

O Ministro do Interior determinou que, na safra de arroz no Rio Grande do Sul de 1970/71, o beneficiário do serviço de água pagará o preço de Cr\$ 95,00, por hectare de terra irrigada, mediante recolhimento na forma determinada pelo DNOS. O fornecimento de água se fará mediante assinatura de ajuste entre o DNOS e o beneficiário do serviço, em que fiquem estabelecidos os direitos e obrigações, para fins da lei que disciplina a matéria (MI-GB — Portaria 117, de 18-9-70 — DO de 24-9-70, p. 8.315).

CACAU, DERIVADOS DO — Exportação — Cota de Contribuição

A cota de contribuição de 5% sobre as exportações de derivados de cacau a que se refere a Instrução 241, de 1963, da extinta SUMOC, não incidirá sobre o resultado da industrialização de até 300.000 sacas de cacau em amêndoas.

Para apuração dos totais correspondentes serão utilizados os percentuais de 21% para perdas, umidade e impurezas; 47% do saldo para manteiga; e 53% para torta ou pó.

A CACEX fica autorizada a fixar normas de controle para execução dessa deliberação do Banco Central do Brasil (MF-BCB — Resolução 159, de 10-9-70 — DO-II de 15-9-70, p. 2.425).

CAÇA AMADORISTA — Licença Anual — Concessão — Alteração

O art. 2º da Portaria 1.535, de 1970 BLA/70, p. 580, passou a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º — As taxas e indenizações constantes dos itens I e II do art. 11 da Portaria 1.381, de 1970, devidas pelos caçadores, individualmente, serão entregues pelos clubes, contra-recibo, por ocasião dos pedidos, à Delegacia do IBDF, que providenciará seu recolhimento integral ao Banco do Brasil, na forma das instruções em vigor". (MA-IBDF — Portaria 1.741 de 3-9-70 — DO-II de 18-9-70, p. 2.468).

CAFÉ — Combate à Broca — Financiamento

Estão abertas, no Departamento de Assistência à Cafeicultura do IBC, operações de financiamento de BNC e outros inseticidas aplicados no combate à "broca do café".

As normas de processamento se encontram nos Serviços Regionais de Assistência à Cafeicultura — Cooperativas dos Estados do Cafeicultura — Cooperativas dos Estados do Cafeicultura (Londrina e Maringá); São Paulo (São Paulo, Capital); Minas Gerais (Varginha); Zona da Mata (Caratinga); e Espírito Santo (Vitória). (MIC-IBC — Comunicado 34, de 19-8-70 — DO-II de 27-8-70, p. 2.304).

legislação agrícola

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Margem de Disponibilidade — Ampliação

O Banco Central ampliou a margem de disponibilidade de divisas dos estabelecimentos bancários que negociarem cambiais provenientes da exportação de café, reduzindo de 70% para 40% a percentagem obrigatória de repasse ao Banco Central (MF-BCB — Resolução 154, de 27-8-70 — DO-II de 2-9-70, p. 2.353)

CAFÉ — Revenda de Sacaria Usada — Condições

O IBC comunicou às Cooperativas de Cafeicultores que procederá à revenda de sacaria usada, através do Departamento de Assistência à Cafeicultura (MIC-IBC — Comunicado 70, de 19-8-70 — DO-II de 27-8-70, p. 2.303).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Abate de Reses — Limite Mensal

A SUNAB fixou em 50% o limite máximo mensal de abate de reses, calculado sobre a média dos meses de abril, maio e junho, inclusive, do corrente ano, para os frigoríficos e abatedouros que não assinaram "Termo de Compromisso" com o Governo Federal.

Os frigoríficos e abatedouros que não operam nos meses de abril, maio e junho do corrente ano, só poderão reiniciar suas atividades a partir de primeiro de janeiro de 1971.

Os matadouros municipais só poderão abater o limite máximo da média calculada sobre os abates efetuados nos meses de abril, maio e junho do corrente ano.

O cálculo da média será feito sobre o número de reses abatidas (MA-SUNAB — Portaria 42, de 3-9-70 — DO-II de 3-9-70, p. 2.373).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL — Agricultura — Rosáceas — Proibição de Importação

O Ministro da Agricultura proibiu a importação de mudas, ramos, enxertos, estacas, porta-enxertos e borbujas de rosáceas que não venham acompanhados do Certificado Fitossanitário emitido pelo órgão competente do Governo do país exportador, visado e assinado pelo Cônsul do Brasil no porto de embarque. Toda importação de material botânico de rosáceas para multiplicação, em caráter comercial, fica sujeita à consulta prévia dirigida à Equipe Técnica de Defesa Sanitária Vegetal, antes de se formalizar a documentação exigida pelos órgãos controladores da importação (MA-GB — Portaria 355, de 27-8-70 — DO de 2-9-70, p. 7.710).

IRRIGAÇÃO — Preços — Normas

O Ministro do Interior determinou que os

órgãos vinculados ao seu Ministério possuidores de sistema de irrigação, em operação, deverão apresentar, dentro de 60 dias, através do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola GEIDA proposição com o objetivo de estabelecer o preço da água para irrigação no biênio 1970/71.

Excetuam-se dessa obrigação os sistemas para os quais já existia ato fixando o preço da água devendo ser apresentada nova proposição trinta dias antes de expirar o prazo vigente estabelecido (MI-GB — Portaria 115, de 19-8-70 — DO de 26-8-70, p. 7.533).

JUTA E MALVA — Região Amazônica — Safra 1971 — Preços Mínimos

Fixados os preços mínimos básicos relativos à safra de 1971, para a juta e malva da Região Amazônica, para efeito de aquisição e financiamento pela União, através da Comissão de Financiamento da Produção, representada pelo Banco do Brasil, e instituídos os percentuais que permitirão a estipulação dos ágios e deságios que incidirão sobre os preços mínimos de acordo com a qualidade do produto a ser comercializado (Decreto 67.371, de 12-10-70 — DO de 13-10-70, p. 8.810)

LAGOAS LITORÂNEAS — Proibição de Lançamento de Detritos Poluidores

A SUDEPE proibiu o lançamento de detritos poluidores — principalmente da "bôrra" cinzenta oriunda das salinas nas lagoas litorâneas — e a construção de marnês ou de quaisquer obras que alterem o regime das águas nessas lagoas, sem a sua prévia autorização.

Na forma do que dispõe o § 2.º, art. 37, do Decreto Lei 221, de 1967, os governos estaduais tomarão as providências necessárias ao fiel cumprimento dessa proibição aplicando penalidades aos infratores previstas no art. 58 (MA-SUDEPE — Portaria 521, de 31-8-70 — DO-II de 15-9-70, p. 2.428).

LEITE — Preço Mínimo — Margens de Comercialização — Mato Grosso Abastecimento

Fixado, para os Municípios de Cuiabá e Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso, o preço mínimo bruto do litro de leite, em Cr\$ 0,57, que deverá ser pago ao produtor que entregar o produto na plataforma da usina de beneficiamento. Estabelecidas, também, as seguintes margens de participação na comercialização do litro de leite *in natura* tipo C, padronizado em 3% de gordura:

- a) da Usina ao varejista — Cr\$ 0,08
- b) do varejista ao consumidor — Cr\$ 0,05

Os preços fixados já incluem o ICM, taxas e serviços que possam incidir sobre a comercialização do produto, proibido o acréscimo de quaisquer outros (MA-SUNAB — Portaria 47,

legislação agrícola

de 6-10-70 — DO-II de 13-10-70, p. 2.793).

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS — IPI — Isenção — Aprovação

Promulgado pelo Senado Federal decreto legislativo aprobatorio do texto do Decreto-Lei 1.117 de 1970 (BLA/70, p. 723), que concede isenção do imposto de importação às máquinas e implementos agrícolas (Decreto Legislativo 49, de 24-8-70 — DO de 25-8-70, p. 7.473).

MATE — Beneficiamento — Registro de Instalações — Exigências

Segundo determinação do IBDF, até que sejam baixadas novas normas, somente poderão beneficiar erva-mate os industriais que se encontravam registrados, a qualquer título, no extinto Instituto Nacional do Mate. Serão interditadas e terão proibido seu funcionamento as instalações destinadas ao beneficiamento da erva-mate e que não possuam aquele registro, sendo os seus responsáveis passíveis de multa e perda do produto (MA-IBDF — Portaria 1.752 de 9-9-70 — DO-II de 29-9-70, p. 2.646).

MATE — Engenhos de Beneficiamento — Padronização — Construção e Registro — Normas

O IBDF aprovou as normas para padronização, construção, registro, modificação de aparelhagem e transferência de localização de engenhos de beneficiamento de mate. As atuais instalações, não enquadradas nas novas normas, terão prazo até 30-6-71 para efetuar as modificações e adaptações indispensáveis ao seu enquadramento.

A construção de engenhos e as transferências de localização terão que ser previamente justificadas em requerimento ao Instituto, que só permitirá a sua implantação em zonas onde a produção seja superior à capacidade de industrialização dos moinhos existentes, devendo os interessados, em ambos os casos, juntar plantas e memorial descritivo para o devido exame e decisão do IBDF.

A partir de 29-9-70 somente será permitida a construção de engenhos de beneficiamento de mate às firmas que, além de comprovarem possuir capital social mínimo de Cr\$ 100.000,00 atendam aos requisitos previstos nas categorias "Universal" ou "Regional" (MA-IBDF — Portaria 1.750 de 9-9-70 DO-II de 29-9-70, p. 2.645).

MATE — Exportação — Sistema de Rateios

O Conselho Nacional do Comércio Exterior disciplinou a exportação de mate e determinou que o sistema de rateios será somente aplicado às exportações de erva-mate beneficiada e cancheada para os mercados do Uruguai e do Chile e às vendas de cancheada

para a Argentina, sendo livre a exportação para outros mercados. Excluem-se desse contingenciamento as exportações de erva-mate produzida em Mato Grosso, sendo igualmente livre a exportação do mate solúvel, do mate tipo chá, de extratos ou essências e de quaisquer outros produtos e subprodutos do mate (MIC-CONCEX — Resolução 63, de 23-9-70 — DO de 13-10-70, p. 8.821).

MATE — Colocação de Etiquetas — Invólucros — Obrigatoriedade

O IBDF restabeleceu o uso de etiquetas nos invólucros de mate beneficiado no Rio Grande do Sul, de 500 gramas até 30 quilos do produto (MA-IBDF — Portaria 1.751, de 9-9-70 — DO-II de 29-9-70, p. 2.646).

PESCA — Camarão — Baía de Guanabara — Permissão

A SUDEPE liberou o exercício da pesca de camarão na Baía de Guanabara com rêdes de arrasto com portas. Os pescadores deverão, no entanto atender às seguintes condições: a) — no arrasto dos aparelhos empregados, apenas, canoas e botes devidamente inscritos na Capitania dos Portos dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro; b) — a malha dos aparelhos, no ensacador, não será inferior a 30 mm, entre o ângulos opostos — medida esticada; c) — os aparelhos não serão arrastados em áreas de profundidades inferiores a 10 metros, nem empregados a menos de 200 metros de quaisquer aparelhos de pesca fixos ou flutuantes. A inobservância destas exigências sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 56 do Decreto-Lei 221, de 1967 (MA-SUDEPE — Portaria 526, de 3-9-70 — DO-II de 18-9-70, p. 2.469).

PESCA — Camarão — Racionalização de Captura

A SUDEPE proibiu a captura dos camarões rosa (*Panaeus brasiliensis*, *P. paulensis*, *P. duorarum*) verdadeiro (*Panaeus chmitti*) e de Santana (*Hymenopanaeus mulleri*) de comprimento total inferior a 8 cm, em todas as áreas de pesca dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (MA-SUDEPE — Portaria 520, de 31-8-70 — DO-II de 15-9-70, p. 2.428).

PESCA — Amador — Taxa — Paraná

A SUDEPE fixou em quatro centésimos do salário mínimo vigente no Distrito Federal a taxa para a pesca exercida por amadores com o uso de linha de mão, canico e puçá, no Estado do Paraná (MA-SUDEPE — Portaria 531, de 4-9-70 — DO-II de 15-9-70, p. 2.428).

REFLORESTAMENTO — Exportação de Madeira — Índices — Percentuais

legislação agrícola

O Conselho Nacional do Comércio Exterior estabeleceu novas normas para os projetos de reflorestamento apresentados pelas empresas consideradas habilitadas a exportar madeira de pinho, estabelecendo a reposição obrigatória mínima anual de árvores por metro cúbico de madeira de pinho exportada (MIC-CONCEX — Resolução 62, de 23-9-70 — DO de 13-10-70, p. 8.821).

REFORMA AGRÁRIA — Contribuição Sindical — Pernambuco — Arrecadação pela Rêde Bancária

A Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco autorizou os bancos que mantêm convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a arrecadar a contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômica da agricultura nos municípios onde não existam agências do Banco do Brasil (MTPS-DRT-PE — Portaria 87, de 29-6-70 — DO de 27-8-70, p. 7.567).

REFORMA AGRÁRIA — Contribuição Sindical — Santa Catarina — Arrecadação pela Rêde Bancária

Por decisão da Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, os bancos que tenham convênio com o IBRA poderão arrecadar a contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissional e econômica da agricultura, nos Municípios onde não existam agências do Banco do Brasil (MTPS-DRT-SC — Portaria 30, de 10-8-70 — DO de 27-8-70, p. 7.568).

SÊCAS POLÍGONO DAS — Financiamento — Agricultura

O Ministro da Agricultura autorizou a Equipe de Revenda Agrícola a financiar a aquisição de sementes, moinhos-de-ventos, moto e eletrobombas, equipamentos e ferramentas agrícolas e arame farpado aos agropecuaristas em zonas do Polígono das Sêcas, do Nordeste. O prazo de financiamento é de até cinco anos, carência de até 1 ano, contado da data do contrato, e juros de 6% ao ano (MA-GB — Portaria 393, de 29-9-70 — DO de 5-10-70, p. 8.582).

SISAL, FIO DE — Importação — Desembaraço Aduaneiro

A Resolução 728, de 1969, que reduziu para 15% *ad valorem* a alíquota do imposto incidente na importação de uma cota de 150 toneladas de fio de sisal tingido, acima de 750m/kg (1 a 2 cabos) compreendido no subitem 59.05.019 da Tarifa das Alfândegas, teve alterado seu art. 2º, que passou a vigorar com

a seguinte redação:

“O desembaraço aduaneiro, com o tratamento previsto nesta resolução, será autorizado mediante apresentação da Guia ou Licença de Importação emitida especificamente para utilização da referida cota, cujo embarque no Exterior deverá verificar-se até 30 de novembro do ano em Curso”. (MF-CPA Resolução 840, de 18-8-70 — DO de 8-9-70, p. 7.810).

TRIGO — Abastecimento — Aquisição pelo Banco do Brasil — Preços

A SUNAB fixou o preço do trigo de produção nacional, da safra de 1970, que deverá ser adquirido pela União, através do Banco do Brasil, aos produtores ou suas cooperativas até 30-1-71.

O trigo adquirido será distribuído aos moinhos pelo Banco do Brasil de acordo com as normas sobre estoques reguladores do art. 4º da Portaria 137 de 1967, e mediante os preços e normas constantes do art. 2º da Portaria 6, de 1970 (BLA/70, p. 157), da SUNAB (MA-SUNAB — Portaria 40, de 19-8-70 — DO-II de 26-8-70, p. 2.281).

ESTADO DE SÃO PAULO

FRUTAS — Muda — Tabelamento — Agricultura

Fixadas pelo Secretário da Agricultura, os preços de vendas de mudas de fruteiras de clima tropical: abacateiro, citrus (jacázinho), citrus (raiz nua), goiabeira, mangueira, maracujazeiro, cuja distribuição se fará a partir de outubro de 1970 (SA-GB — Resolução de 10-9-70 — DO-SP de 11-9-70, p. 16).

MUDAS FRUTÍFERAS — Tabelamento — Agricultura

Fixados pela Secretaria da Agricultura, os preços de mudas frutíferas a serem pagos aos cooperadores, correspondentes ao ano agrícola de 1970 (SA-GB — Resolução de 24-8-70 — DO-SP de 25-8-70, p. 18).

MILHO SEMENTES DE — Preços Contratuais — Reajuste — Agricultura

O Secretário da Agricultura reajustou os preços contratuais de sementes de milho, para o ano agrícola de 1969/70 (SA-GB — Resolução de 30-9-70 — DO-SP de 1-10-70, p. 18).

ENGENHEIRO ILDEFONSO SIMÕES LOPES

Bibliografia Levantada por
LUIS MARQUES POLIANO

Por Ocasião do Centenário do Seu Nascimento 1966

I

Relatórios, Folhetos, Discursos, Conferências etc.

ALIANÇA LIBERAL
Discurso na Convenção Nacional, em 20-9-1929
Rio, in 8º, 8 p., 1929

ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL, A cultura do
in — A LAVOURA, Ano XX, nº 8-12, p. 124 a 132
Rio, 1916

BAIXADA SUL-RIO-GRANDENSE, Drenagem da
Estudo
in — A LAVOURA, Ano XLV nº 5/6, p. 47/56, il.
Rio, junho 1941

CAFÉ, A crise do
Entrevista ao Jornal "A Manhã"
Rio, in — 16, 1924

CAFÉ, O excesso de estoque do — e o seu aproveitamento econômico
(Resposta a críticas em jornal do Rio de Janeiro a respeito do assunto)
in — A LAVOURA, Ano XXXVI nº 7, p. 61/63
Rio, junho 1932

CARESTIA DA VIDA
Discurso na Câmara dos Deputados
9-10-1924
Rio, in 8º 50 p. 1924

CARVÃO DE PEDRA NACIONAL, O
Estudo econômico e projeto apresentado à Câmara dos Deputados
Rio, in 8º, 16 p. 1916

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PECUÁRIA, II
Discurso na sessão inaugural
in — A LAVOURA Ano XL, nº 7-8 p. 17/21
Rio, ago. 1936

DEODORO, Monumento a
Discurso na "Solene inauguração do Monumento ao Generalíssimo Deodoro" —
— 15-11-1937
Rio, 1937

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE 1932, Palavras aos Discursos
Rio, in — 16 14 p. 1933

ESTABILIZAÇÃO DO CÂMBIO E SEUS EFEITOS
Discursos na Câmara dos Deputados em 1928
Rio, in — 4º, 36 p. 1929

INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO DO CLUBE CAIXERAL DE PELOTAS E DA EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA
In — 16, 26 p. 1903

INSTITUTO JOÃO PINHEIRO
in — A LAVOURA, Ano XXI, p. 21
Rio, jan. 1917

- JUBILEU DA IMPRENSA DE PELOTAS**
Discurso da Biblioteca Pública Pelotense em 7-11-1901
São Paulo, in 16, 32 p. 1902
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**, Atos oficiais da Administração do Dr. Ildefonso Simões Lopes no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
Rio in 8º, 404 p. 1921
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**, Relatório do
Rio, in — 4º, 1920
- NORDESTE EM SEU CONJUNTO E SUAS SOLUÇÕES**,
O problema do Conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres in — A Lavoura, Ano XXXVII, nº 5 e 6, p. 35-38 e 67-72
Rio, maio/junho 1933
- NORDESTE**, Obras do Resposta da Comissão de Inspeção ao Dr. Epitácio Pessoa
Rio, in 8º, 26 p. 1924
- PATENTES DE INVENÇÃO**
Discurso na Câmara dos Deputados
Rio, in — 8º 15 p. 1908
- PECUÁRIA SUL-RIO-GRANDE** As grandes questões da (Entrevista)
in — A Lavoura, Ano XXI, nº 4 p. 411-415
abril, 1927
- PEDRO OSÓRIO**, Cel., Homagem ao
Discurso na Sociedade Nacional de Agricultura em 5-5-1931
in — A Lavoura
Ano XXV nº 1-3 p. 53-54
Rio 1931
- PETRÓLEO**, O Problema do Parecer (Com. de Agr. da Câmara dos Deputados)
in — A Lavoura, Ano XXI, nº 7, p. 549-556
Rio, 1927
- PETRÓLEO**, Problema do Parecer apresentado à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em 30-7-1927
in — Revista do Clube de Engenharia, nº 36 set. 1937, p. 1578/82
- PETRÓLEO NO BRASIL**, Problema do Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura, em 23-5-1936
in — A Lavoura, Ano XL, nº 6 p. 177-183
Rio, junho 1936
- PETRÓLEO BRASILEIRO**
Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura em 23-5-1936
Rio, in 8º, 258 p. 1 945
- PETRÓLEO NACIONAL**
Conferência na Escola Nacional de Belas Artes em 1936 in — Rev. do Clube de Engenharia, nº 36
set. 1937, p. 1575-1578
- PETRÓLEO NACIONAL**
Conferência da Escola Nacional de Belas Artes 1936 Parecer na Câmara dos Deputados 1927
Rio, in — 4º, 14-16, p. 1937
- PETRÓLEO EM PELOTAS** (Rio Grande do Sul)
Conferência em 21-11-1936 (Separata do nº 48 da Revista Bancária Brasileira)
Rio, in 8º, 12 1936
- REPÚBLICA DE 1889**, A Artigo na Revista do Clube Militar
Ano XIII, nº 50, nov. 1939, p. 67-69 e 99
- RIBEIRÃO DAS LAGES**
Abastecimento d'água ao Rio. Eletrificação Irrigação Notas mimeografadas Petrópolis, fev. 1935
- SÊCAS DO NORDESTE**, As Conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em 20-3-1933
Rio, in — 8º 24 p. 1933
- SÊCAS NO NORDESTE**, Obras contra as Relatório apresentado ao Governo Federal pela comissão incumbida de visitar as obras contra as sêcas no Nordeste
in — Diário Oficial de 20-2-1923
Rio, in 8º, 42 p. e anexos, 1923
- SEMANA DA ASA**
Bartolomeu de Gusmão e Santos Dumont
Resumo de diversos artigos no Diário Popular de Pelotas
- "O Século da Aeronáutica"**
Rio, in 16, 2.º p. 1935
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**
Relatório do biênio 1925/26 in — A Lavoura número especial, p. 498/5454
Rio, junho 1927
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**
Discurso
in — A Lavoura, Ano XXIV, nº 3 p. 78/79
Rio, março 1920
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**
Discurso por ocasião da posse como Presidente da
Rio, in — 16, 12 p. 1929
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**, Posse da Diretoria
Discurso
in — A Lavoura, Ano XXIII, nº 8, p. 402/406
Rio, 1929
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**, Posse da Diretoria da
Discurso
in — 16, 11 p. Rio, 1929
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**, Posse da Diretoria da
Discurso
in — A Lavoura, Ano XXXVI, nº 6, p. 13-15
Rio junho, 1930
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**, Programa da nova Diretoria
Discurso
in — A Lavoura, Ano XXI, nº 6, p. 487/490
Rio, junho, 1927
- SUCCESSÃO PRESIDENCIAL**
Discurso
Rio, in — 4.º 64 p. 1929
- TERRAS CAFEIEIRAS**, Esgotamento e meio de corrigi-lo Conferência em São Paulo (Congresso do Café)
in — A Lavoura, Ano XXXII, nº 10 p. 661-669
Rio, out. 1927
- TERRAS CAFEIEIRAS**, Esgotamento das Conferências na sede da Associação Comercial de São Paulo e na Sociedade Paulista de Agricultura
Rio, in 8º, 24 p. 1927

II

Câmara dos Deputados in Anais, 1906/1928

ABASTECIMENTO D'ÁGUA DO RIO DE JANEIRO e outros assuntos
Discurso, sobre o
(vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

ACADEMIA DE DIREITO DE PÓRTO ALEGRE
Emenda ao Orçamento do Interior a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela
(vol. 8, 205, 3-10-1917)

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA *Emenda* (que subscreve) ao orçamento de despesas autorizando subvenção a
(vol. 6, 149-150, 2-9-1916).

ADUBOS MINERAIS
Projeto n.º 73 — 1917
Sobre a importação de ... e punição para os que vendem enganando ou tentando enganar o comprador
Pareceres em 1916 e junho 1917
(vol. 2, 639-645 de 22-6-1917)

ADUBOS MINERAIS e seu comércio
Discurso
(vol. 3, 212-218, 9-7-1917)

AGENOR DE ROURE
Emenda ao Orçamento da Justiça (que subscreve)
Concedendo auxílio para a publicação da obra
"Formação Constitucional do Brasil"
(vol. 8, 636, 31-10-1914)

AGRICULTURA — Orçamento da
Discurso sobre a sua atuação no Ministério da Agricultura e da ajuda que recebeu dos seus técnicos
(vol. 15, 114, 143, 169, 178, 321, 328, 394, em 25, 26, 28 e 29-11-1924)

AGRÔNOMOS
Aparte a um discurso do Sr. Cristiano Brasil a respeito da lavoura e a viticultura e a necessidade de escolas agrícolas: "Agrônomos de verdade não tem o que fazer e andam por aí aos montes"
(vol. 8, 781-786, 31-7-1915)

ALGODÃO, Usinas de beneficiamento de

Discurso, defendendo a emenda do Senado que manda criar Bólsas de Algodão
(vol. 15, 599-601, 28-12-1915)

AMARRAÇÃO (Pôrto de), Piauí
Projeto n.º 278 A, de 1924
Emenda sobre dragagem e desobstrução do canal de acesso
(vol. 19, 221, 222, 28-12-1924)

ARSENAIS DE MARINHA do Pará e Mato Grosso
Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Marinha sustentando a projetada extinção de arrendamento dos
(vol. 12, 239, 13-9-1914)

ASSUNTOS ECONÔMICOS
Discurso — Pôrto do Rio Grande; taxa de 20% ano; Partilha de rendas federais entre a União e os Estados — Produção brasileira e argentina Imposto "per capita" em diversos países; café e tributação em São Paulo; falta de remuneração racional ao trabalho, necessidade de
(vol. 10, 299-339, 9-10-1916)

BAHIA, Obra do Pôrto da — e Estrada de Ferro Centro-este
Projeto da bancada da Bahia, que também assina, como único *não-baiano*
(vol. 4, 78, 15-7-1926)

BAHIA, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco
Projeto n.º 187 — 1917
Eleva a 1ª classe os hospitais militares da
(vol. 5, 1917)

BANCO DO BRASIL
Parecer (com outros) sobre contrato com o — regulando a sua faculdade de Banco Emissor e criando o Banco Hipotecário Nacional. (Comissões de Agricultura e Indústria, Constituição e Justiça e Finanças)
(vol. 4., 206-332, 23-6-1923)

BANCO EMISSOR, Banco do Brasil, Banco Hipotecário Nacional
Parecer (com outros) sobre contrato com o Banco do

Brasil, regulando sua faculdade emissora. (Comissões de Agricultura e Indústria, Constituição e Justiça e Finanças)
(vol. 4, 206-332, 23-6-1923)

BANCO EMISSOR (e outros assuntos)
Discurso, no qual se mostra favorável ao
(vol. 9, 305-367, 6-8-1915)

BANCO HIPOTECÁRIO NACIONAL
Parecer (com outros) sobre contrato com o Banco do Brasil, regulando a sua faculdade emissora e criando o — (Comissões de Agricultura e Indústria, Constituição e Justiça e Finanças)
(vol. 44, 206-332, 23-6-1923)

BARRA DO RIO GRANDE — Companhia do Pôrto do Rio Grande do Sul e
Emenda autorizando acôrdo com a Companhia para a encampação das obras e serviço e transferência de exploração e conservação da barra ao govêrno
(vol. 4, 211-212, 2-7-1917)

BATALHÃO DE CAÇADORES, 7.º
Projeto n.º 136 — 1928
Autoriza a passar para o domínio do R. G. do Sul o próprio nacional ocupado em Pôrto Alegre por aquela unidade do Exército (com Flôres da Cunha e outros)
(vol. 5, 4-5, 19-7-1928)

BERGAMINI, Adolfo
Discurso sobre um requerimento de
(vol. 12, 561-562, 28-9-1928)

BERNARDO MONTEIRO, Raul Soares e
Discurso em homenagem a sua memória
(vol. 6, 108-109, 5-8-1924)

BÓLSAS DE ALGODÃO
Discurso defendendo a emenda do Senado que as manda criar
(vol. 15, 599-601, 28-12-1916)

BORRACHA e Café
Discurso sobre a situação financeira do país, tratando especialmente da
(vol. 8, 1913)

CAFÉ e borracha
Discurso sobre a situação financeira do país, tratando especialmente do
(vol. 8, 1913)

CAFÉ, Defesa do, criação de Núcleos Agrícolas e Pequena Propriedade

Discurso, afirmando que "nunca existiu um aparelho bem organizado para o ..." (vol. 9, 632-633, 7-11-1914)

CAFÉ, Valorização artificial do — e outros assuntos

Discurso, sobre a (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Secretário da Presidência

Indicação (que subscreve) criando o cargo de (vol. 8, 727, 31-10-1913)

COLONO, fixação do — dando-lhe terra e outros assuntos

Discurso, sobre (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

CAMPOS SALLES

Projeto n.º 74 (que subscreve) concedendo auxílio para a ereção de uma estátua em Campinas de (vol. 7, 240, 15-9-1913)

CAPITAL ESTRANGEIRO e outros assuntos

Discurso sobre (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

CARESTIA DA VIDA

Discurso sobre os seus aspectos técnicos e econômicos (vol. 10, 376-386, 8-10-1924)

CARTEIRO, Concurso para
Discurso (vários) sobre o concurso para essa categoria funcional e de praticante de condutor, conferentes, telegrafistas, bagageiros, etc, da Estrada de Ferro Central do Brasil, encaminhando a respectiva votação, afirmando, como Relator do orçamento da Viação, que "o Congresso não deve estar intervindo diretamente, na execução do Regulamento do Serviço Público"

(vol. X, 581-599, 613-614, ... 12-11-1917)

CARVÃO NACIONAL — pulverizado

Discurso — sobre o sucesso das experiências na viagem do Presidente Wenceslau Brás a Cruzeiro pela E.F.C.B. (vol. 6, 407-409, 10-9-1917)

CARVÃO PULVERIZADO — Grelhas especiais

Parecer favorável as emendas do Senado ao projeto n.º 51, E, de 1917, da Câmara, autorizando despesas

para ensaios de grelhas especiais e de carvão pulverizado

(vol. 6, 278, de 5-12-1917)

CARVÃO, FERRO, COBRE, MANGANÊS e outros, julgados necessários a defesa nacional

Discurso mostrando a situação de inferioridade de um país que tem arsenais sem carvão, etc.

Defesa do seu projeto de 1906 e a exploração de minas pelo Governo

(vol. III, 1917 e vol. II, 915-919, 30-6-1917)

CEREAIS E OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS exportáveis — Desenvolvimento da Cultura de

Projeto n.º 370 — 1917 (vol. 11, 288-289, 22-11-1917)

CEREAIS, Desenvolvimento da Cultura de

Discurso, sobre o projeto criando o Tesouro de Guerra e...

(vol. 11, 473-538, de 27-11-1917)

CENTRAL DO BRASIL, Estrada de Ferro

Discurso (vários) sobre diversas categorias funcionais dessa ferrovia, encaminhando a votação a respeito dos respectivos concursos, como Relator da Viação, e afirmando que "o Congresso não deve estar intervindo diretamente na execução, do Regulamento do Serviço Público" (vol. X, 581-589, 613-614, 12-11-1917)

CHARQUE, Indústria do

Discurso sobre o assunto, ilustrado com minuciosos dados econômicos (vol. 5, 450-496, 27-7-1928)

CÓDIGO RURAL

Discurso na Comissão de Agricultura, preconizando a necessidade do Código Rural. Foi nomeada Comissão para tratar do assunto o orador e os Deputados Luiz Cêdro e João de Faria (vol. 5, 544, 1923)

COLÉGIOS MILITARES

Projeto n.º 246 (que subscreve) autorizando o governo a criar mais dois Colégios Militares idênticos ao da Capital da República

(vol. 5, 137, 6-8-1908) (vol. 5, 249, 10-8-1908)

COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Emenda ao Orçamento da Receita (que subscreve) autorizando acordos com os Estados para o aproveitamento dos desocupados nas (vol. 12, 771, 19-12-1914)

COLONIZAÇÃO e trabalhador nacional

Discurso, no qual trata, dentre outros assuntos, da (vol. 12, 808-823, 19-12-1914)

COMÉRCIO DE BANHA E MANTEIGA

Projeto n.º 106, D, 1915
Emendas, que subscreve, sobre o Regulamento do (vol. 18, 611-613 e 634-635, 11-12-1915)

COMPANHIA DO PORTO DO RIO GRANDE DO SUL e Barra do Rio Grande

Emenda autorizando acordo com a Companhia para encampação das obras e serviços e transferência da exploração e conservação da Barra ao Governo (vol. 4, 211-212, 2-7-1917)

CONFERÊNCIA ALGODOEIRA

Discurso sobre emendas referentes ao Ministério da Agricultura e (vol. 15, 428-429, 27-12-1916)

CONFERÊNCIA NACIONAL ALGODOEIRA

Discurso sobre o Orçamento da Agricultura em que destaca emendas sobre o Hórto da Penha e (vol. 15, 428-432, 27-12-1916) (vol. 15, 593, 28-12-1916)

CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Discurso (sessão de 23-6) a respeito da (vol. 2, 13-38 — 22-6-1906)

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, Regimento de Inspeção ao ... para o reconhecimento de diplomas

Emenda ao Orçamento do Interior (vol. 8, 212, 3-10-1917)

CONTRABANDO

Discurso no qual trata, dentre outros assuntos, do (vol. 12, 77-78, 12-12-1914)

CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Discurso rebatendo ataques do Sr. Antunes Maciel (vol. 18, 552, 10-12-1915)

CONDUTOR, praticante de *Discurso* (vários) sobre essa categoria funcional, Carteiro, Conferentes, telegrafistas, bagageiros, etc. da E.F.C.B., encaminhando a votação sobre os respectivos concursos e afirmando que "o Congresso não deve estar intervindo diretamente na execução do Regulamento do Serviço Público" (vol. X — 581-589, 613-614, 12-11-1917)

COOPERATIVAS (e outros assuntos)
Discurso, no qual as defende (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS
Discurso sobre o projeto n.º 284, de 1911, isentando de taxas postais as quantias que os caixas — trocaram entre si, dentro de um mesmo Estado (vol. 10, 653-655, 28-11-1913)

COPACABANA a MARAMBAIA, Estrada de Ferro de Requerimento de Álvaro Barreto Pinto, para a concessão da Construção de uma ...
Parecer n.º 28, 1917 (vol. 11, 87-88, 16-11-1917)

CORREIO DE SANTA CATARINA
Projeto n.º 294 A — 1917
Eleva a atual administração de 2ª classe dos Correios de Santa Catarina para 1ª
Parecer contrário (vol. 11, 102-103, 16-11-1917)

CRÉDITO AGRÍCOLA, SINDICALISMO E COOPERATIVISMO e outros assuntos
Discurso sobre o (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

CRISE INDUSTRIAL
Discurso, de continuação, no qual trata desta matéria (vol. 9, 267-275, 29-9-1926)

CULTO RELIGIOSO
Voto na Reforma Constitucional, sobre Intervenção nos Estados, Justiça Federal e (vol. 2, 1926)

DEFESA NACIONAL
Carvão, ferro, manganês e outros, julgados necessários a defesa nacional. Defesa ao seu projeto de 1906 e exploração das Minas pelo Governo (vol. III, 1917 e vol. II, 915-919, 30-6-1917)

DEODORO, Marechal
Projeto n.º 49 — 1927 (com outros)
Manda erigir monumento ao fundador da República (vol. 4, 86, 3-6-1927)

DIPLOMAS — reconhecimento de
Emenda ao Orçamento do Interior a respeito do ... expedidos pelas escolas de ensino superior, das Universidades do Amazonas e Paraná, Escola de Direito, Odontologia e Farmácia do Rio de Janeiro, Academia de Direito e Alfenas, Escola de Odontologia de Belo Horizonte, e Escola Teixeira de Freitas de Niterói (vol. 8, 205, 26-9-1917) (vol. 8, 205, 3-10-1917)

DIPLOMAS, Regimento de Inspeção do Conselho Superior do Ensino, para o recebimento de
Emenda ao orçamento do Interior (vol. 8, 212, 3-10-1917)

DIREITOS DE IMPORTAÇÃO
Emenda ao Orçamento da receita autorizando o Governo a, (vol. 13, 193, 19-12-1914)

DÍVIDA DE GUERRA DO PARAGUAI
Projeto n.º 200 — 1917
Declara extinta a dívida de Guerra contraída pelo Paraguai para com o Brasil (vol. 5, 797-798, 25-8-1917)

ECONOMIA BRASILEIRA, Inflação e
Parecer apresentado à Associação Comercial do Rio de Janeiro (vol. 11, 162-179, 13-10-1924)

ELETRIFICAÇÃO DA CENTRAL e outros assuntos
Discurso sobre (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

ELETRIFICAÇÃO da Estrada de Ferro Central do Brasil
Discurso, defendendo a medida (vol. 15, 740, 869-870, 30-12-1916)

ENSINO, Reforma do
Emenda ao Orçamento do Interior, autorizando a reverter a reforma do ensino (vol. 13, 604, 24-12-1914)

ENSINO SECUNDÁRIO, Reforma
Emenda (que subscreve) sobre a (vol. 8, 391, 27-7-1915)

ENSINO SECUNDÁRIO DA REPÚBLICA
Emenda ao orçamento do interior, a respeito dos institutos mantidos pelos municípios face às determinações do Decreto n.º 11.530, de 18-3-1915 (vol. 112, 3-10-1917)

ENSINO SUPERIOR — reconhecimento oficial de institutos particulares de
Emenda ao Orçamento do Interior a respeito do assunto (vol. 8, 207, 310-1917)

ENTOMOLOGIA, Gabinete de Fitopatologia
Discurso defendendo a montagem desse laboratório (vol. 15, 597-598, 28-12-1916)

ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA DE PELotas
Emenda (que subscreve) mantendo o mesmo auxílio à antiga Academia de Comércio de Pelotas, que se transformou na (vol. 7, 1913)

ESCOLA DE DIREITO, ODONTOLOGIA E FARMÁCIA do Rio de Janeiro
Emenda ao Orçamento do Interior a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela (vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOLA DE ENGENHARIA DE PÓRTO ALEGRE
Emenda (que subscreve) validando os certificados de aprovação de exames do Curso Secundário na (vol. 17, 565, 25-11-1915)

ESCOLA DE ENGENHARIA PÓRTO ALEGRE
Projeto n.º 156, 1916 (que subscreve) autoriza a — contrair empréstimo em obrigações ao portador ... (vol. 8, 193, 4-9-1916)

ESCOLA DE FARMÁCIA de Pórtó Alegre
Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela (vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOLA DE FARMÁCIA de Pelotas

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela
(vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOLA DE FARMÁCIA de Alfenas

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela
(vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOLA DE ODONTOLOGIA de Belo Horizonte

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela
(vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOLA POLITÉCNICA, Vitaliciedade dos preparadores

Projeto n.º 25, de 1914
(vol. 6, 544, 26-9-1914)

ESCOLA TEIXEIRA DE FREITAS, de Niterói

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela
(vol. 8, 205, 3-10-1917)

ESCOTEIROS, Associações brasileiras de

Emenda (que subscreve) considerando, para todos os efeitos, de utilidade pública os
(vol. 18-211, 3-12-1915)

ESTADO DE SÍTIO no Distrito Federal, Niterói, Petrópolis e Ceará

Aprovando os estados de sítio declarados pelo Poder Executivo pelo Dec. 10.796, 10.797, 10.835, 10.861.
(ausência de vários deputados, inclusive do Dr. Simões Lopes)
(vol. 1. 747-755, 30-5-1914)

ESTADO DE SÍTIO para o Território Nacional

Discurso Voto favorável, para ser "corolário" do estado de Guerra"
(vol. 10, 740-752, 13-11-1917)

ESTRADA DE FERRO DE SÃO LUIZ A SERRA AZUL

Emenda (que subscreve) autorizando a contratação da construção da
(vol. 7, 568, 6-10-1913)

ESTRADA DE FERRO DE MATO GROSSO

Discurso sobre essa estrada, cortando os municípios de Santana do Parnaíba, Coxim e Chapada com "Garantia de Zona"
(vol. 6, 38, 2-9-1914)

ESTRADA DE FERRO RIO-SANTOS

Discurso sobre o projeto, rejeitado pela Câmara, que se impressionou com a ênfase e elegância da palavra do Sr. Maurício de Lacerda, deixando de votar a construção de uma estrada de ferro elétrica que obedecia os modernos preceitos da ciência ...
(vol. 11, 539-540, 7-12-1914)

ESTRADA DE FERRO RIO-SANTOS

Discursos defendendo o projeto (n.º 573, 1912) tratando de aspectos técnicos e defendendo o princípio da moralidade na concorrência pública
(vol. 10, 615-616, 27-11-1914)

ESTRADA DE FERRO RIO-SANTOS

Discurso apoiando a emenda referente a essa estrada eletrificada
(vol. 13, 57-59, 30-12-1914)

ESTRADAS DE FERRO, Revisão de Contratos das

Projeto n.º 62, C, 1914 (que subscreve)
Autoriza o governo a entrar em acôrdo com os contratantes para a
(vol. 10, 265-267, 20-11-1914)

ESTRADA DE FERRO CUIABÁ — JANGADA

Projeto n.º 44 A — 1914 (que subscreve)
Concedendo privilégio para a sua construção e exploração durante 60 anos
(vol. 9, 675-676, 10-11-1914)

ESTRADAS DE FERRO

Emendas (que subscreve) ao Orçamento da União revogando a autorização do art. 65, n.º 6, sobre melhoramento de portos dos Estados que o requerem
(vol. 9, 447, 5-11-1914)

ESTRADAS DE FERRO

Parecer — (Relator) sobre autorização do Governo para a revisão dos contratos com as concessionárias das

(E um longo trabalho a respeito da importância das estradas de ferro)
(vol. 6, 548-561, 26-9-1914)

ESTRADAS DE FERRO —

Revisão de contratação de *Discurso* a respeito
(vol. 7, 570-573, 20-10-1914)

ESTRADAS DE FERRO, Portos Telégrafos

Emendas (que subscreve) ao Orçamento da Receita, sobre
(vol. 9, 434-473, 9-8-1915)

ESTRADA DE FERRO LORENA-PIQUET

Projeto n.º 95 (Assina com outros)
Contratação de ramal em continuação ao trecho em tráfego, de Lorena-Piquet, e se dirige ao Planalto Central
(vol. 15, 129-131, 21-12-1916)

ESTRADAS DE FERRO, Taxas, etc.

Discurso, como relator interino da viação. Problema ferroviários, portuenses, etc. inclusive cumprimento dos respectivos contratos pelas Companhias concessionárias.
(vol. 10, 168-182, 4-11-1917)

ESTRADA DE FERRO ELETRIFICADA, de Uberabim a Ponte Afonso Penna

Projeto n.º 1, 1917
Parecer favorável
(vol. 1, p. 138-139 4-5-1917)

ESTRADA DE FERRO DE COPACABANA a MARAMBAIA

Requerimento de Álvaro Barreto Pinto para a concessão da construção de uma...
Parecer n.º 28, 1917
(vol. 11, 87-88, 16-11-1917)

ESTRADA DE FERRO CENTROESTE e Obras do Porto da Bahia

Projeto da bancada da Bahia, que também assina como único não-baiano
(vol. 44, 78, 15-7-1926)

ESTRADAS DE FERRO —

Revisão de Contratação de *Discurso* a respeito
(vol. 7, 570-573, 20-10-1914)

EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS

Projeto n.º 69 (que subscreve) concedendo foros a Associações rurais e sistematiza essas "festas de trabalho" (vol. 6, 81 e 148, 3 e 10-9-1913)

FEBRE AMARELA

Projeto n.º 151 — 1908 (que subscreve) estabelecendo de modo permanente a profilaxia da

(vol. 3, 174, 7-7-1908)

FACULDADE DE MEDICINA DE PÓRTO ALEGRE

Emenda (que subscreve) ao Orçamento do Interior concedendo subvenção a

(vol. 10, 307, 26-11-1913)

FACULDADE DE DIREITO DE PÓRTO ALEGRE

Emenda (que subscreve) ao Orçamento do Interior concedendo subvenção a

(vol. 10, 3007, 26-11-1914)

FEIRAS LIVRES

Discurso na Comissão de Agricultura sobre a montagem de propriedades agrícolas, que não pôde por em prática quando Ministro da Agricultura, adotando contudo providências quanto a outra medida, inclusive feiras livres, cujas vantagens assinala

(vol. 2, 898-899, 1923)

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto (n.º 171 1927) assinando com outros, reconhecendo de utilidade pública a

(vol. 5, 361-362, 27-6-1927)

FIBRAS VEGETAIS E CAROÁ

Discursos em continuação, qual trata deste assunto e da crise industrial

(vol. 9, 267-275, 29-9-1926)

FITOPATOLOGIA, Gabinete de Entomologia e

Discurso, defendendo a montagem desses laboratórios

(vol. 15, 597-598, 28-12-1916)

FLAGELADOS DO NORDESTE, Socorro aos

Projeto 21, 1-1-1915
Declaração de voto a respeito da emenda do Senado sobre —, localização de trabalhadores e obras de utilidade pública (com outros)

(vol. 8, 221, 3-12-1915)

FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL

Emenda ao orçamento da Justiça (que subscreve) concedendo auxílio ao Dr. Agnôr de Roure para a publicação de sua obra

(vol. 8, 636, 31-10-1914)

FRAGA, Prof. CLEMENTINO

Discurso protestando contra as acusações ao Diretor da Saúde Pública

(vol. 5, 87-88, 20-7-1928)

FRIGORÍFICOS e outros assuntos

Discurso no qual trata dos

(vol. 12, 808-823, 19-12-1914)

FRIGORÍFICOS

Emenda reduzindo para 5% *ad-valorem* do imposto de importação de máquinas e acessórios destinados a estabelecimentos...

(vol. 4, 98, de 2-8-1917)

FRIGORÍFICOS, Organização dos serviços Conjugados de Transportes em

Parecer sobre o projeto do Deputado Luiz Bartolomeu a respeito da Organização destes serviços

(vol. 3, 925, 5-7-1923)

(vol. 4, 717, 1923)

FUMO, Impostos de Consumo sobre o

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Receita aumentando o

(vol. 15, 549, 8-11-1915)

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Discurso no qual dentre outros assuntos, tratado —, defendendo-o contra os cortes

(vol. 12, 77-78, 12-12-1914)

FUNCIONÁRIOS ADIDOS (sem aproveitamento)

Emenda (que subscreve)

Trata dos funcionários adidos, cujos cargos foram suprimidos e para cargos vagos não podem ser nomeados pessoas estranhas

(vol. 14, 593, 15-10-1915)

GADO DE CRIA Vacum, Caval, Suíno, Ovino e Caprino

Emenda (que subscreve) isentando de direitos e taxas de qualquer espécie o

(vol. 3, 127, 6-7-1908)

GADO VACUM DE CORTE

Emenda (que subscreve)

Sujeitando ao mesmo imposto do que é importado por via marítima, o — do que é introduzido pelas fronteiras terrestres

(vol. 5, 48, 10-8-1908)

GADO PARA REPRODUÇÃO e melhoramento das raças indígenas

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Receita isentando de direitos aduaneiros o

(vol. 3, 127, 6-7-1908)

GONZAGA DE CAMPOS

Referência, em discurso, a

(vol. III, 1917 e vol. 35-52 de 2-7-1917)

GREVE, na Cidade de Pôrto Alegre

Discurso

(vol. 4, 440-445, 7-8-1917)

HORTO DA PENHA

Discurso sobre o Orçamento da Agricultura em que destaca emenda sobre a Conferência Nacional Algodoeira e —

(vol. 15, 428-432, 27-12-1916)

(vol. 15, 593, 28-12-1916)

HORTO DA PENHA

Discurso favorável a emenda n.º 156, do Orçamento da Agricultura visando ao aproveitamento das instalações do — como campo de experiências de máquinas agrícolas

(vol. 15, 593-594, 28-12-1916)

HOSPITAIS MILITARES de Pernambuco, Pará, Bahia e Rio Grande do Sul

Projeto n.º 187-1927

Eleva a primeira classe os hospitais militares de

(vol. 5, 1917)

INFLAÇÃO e SITUAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

Parecer apresentado à Associação Comercial do Rio de Janeiro

(vol. 11, 162-179, 13-10-1924)

INDÚSTRIA E PROFISSÃO — Impostos de

Emenda (que subscreve) restringindo a obrigação do registro grátis dos pequenos fabricantes não sujeitos ao

(vol. 3, 127, 6-7-1908)

IMPOSTO SOBRE ENTRADA DE ANIMAIS

Emenda ao Orçamento de Receita estabelecendo — (vol. 12, 771, 12-7-1914)

IMPOSTO SOBRE SEDA, LÃ E LINHO

Emenda ao Orçamento de Receita (que subscreve) aumentando os impostos sobre (vol. 10, 304, 21-11-1914)

IMPOSTO DE CONSUMO e outros assuntos

Discurso, no qual trata do (vol. 12, 808-823, 19-12-1914)

IMPOSTO SOBRE DIVERSÕES

Discurso defendendo a sua emenda criando um (vol. 14, 68-69, 27-12-1914)

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO, Receitas dos Estados decorrentes do — e outros assuntos

Discurso no qual trata do (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

IMPOSTO ÚNICO SOBRE A TERRA e outros assuntos

Discurso sobre o (vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Receita aumentando o (vol. 15, 549, 8-11-1915)

IMPOSTO SOBRE A RENDA

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Receita instituindo o (vol. 8 193-352, 11-9-1916)

INTERVENÇÃO NO CEARÁ

Declaração de voto (que subscreve) a respeito da (vol. 3, 321-323, 15-7-1914)

INTERVENÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Discurso sobre o caso político fluminense, mostrando não haver dualidade de poderes no Estado, lamentando as intervenções do Supremo Tribunal, e declarando que, por tais motivos, votará contra o parecer da Comissão de Justiça (vol. 18, 426-446, 7-10-1915)

INTERVENÇÃO NO ESTADO DO RIO

Voto contrário a urgência e pela rejeição do projeto nº 79, de 1923, que aprovava os

decretos do Poder Executivo 15922 e 15923 de 10-1-23, determinando a intervenção e nomeando interventor o Sr. Aurelino Leal, acompanhado de grande parte da bancada do Rio Grande do Sul (vol. 3, 41-42, 403, 567 e 909, 3, 9, 10 e 16-7-23)

INTERVENÇÃO NOS ESTADOS

Voto na Reforma Constitucional, sobre Justiça Federal, Culto Religioso e (vol. 2 — 1926)

JAPONESES E PACTOS, Imigrantes

Projeto nº 291 — 1923
Parecer da Comissão de Agricultura, assinado com restrições ao art. 5º, que veda a entrada de imigrantes daquelas raças, como atentatório as tradições liberais do país. (vol. 11, 789, de 20-12-1923)

JULIO DE CASTILHOS

Discurso em homenagem a (vol. 12, 467-469, 25-10-1926)

JUSTIÇA FEDERAL, Organização da

Parecer (que subscreve) abrindo as apelações e recursos *ex-officio* nos casos em que ainda os admite a legislação processual federal, etc. (vol. 8, 3281329 — 22-10-1913)

JUSTIÇA FEDERAL

Voto na Reforma Constitucional sobre Intervenção nos Estados, Culto Religioso e (vol. 2 — 1926)

LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISE

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Fazenda estabelecendo percentagens empregadas, etc (vol. 9, 473-474, 9-8-1915)

LAURO MÜLLER, Propagandista da República

Discurso sobre a personalidade de (vol. 5, 15-18, 2-8-1926)

LINHA FÉRREA DE CAÇAPAVA A SÃO GABRIEL

Emenda (que subscreve) Autorizando a contratação da construção da (vol. 7, 568, 6-10-1913)

LINHA FÉRREA DE SANTANA DO LIVRAMENTO A SÃO SEBASTIÃO

Emenda (que subscreve) autorizando a construção do prolongamento da — (vol. 7, 558, 6-10-1913)

LINHAS DE TIRO

Discurso defendendo-as e apelando para que o Governo cumpra a Lei do Serviço Militar obrigatório "que será bem recebida por todos os brasileiros" (vol. 6, 538, 23-9-1913)

LOTÉRIAS, contratos de

Emenda ao Orçamento de Recife (que subscreve) autorizando os governos da União e dos Estados a renovar ou alterar seus (vol. 12, 787, 19-12-1914)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS,

Campo de experiência de *Discurso* favorável a emenda nº 156, ao orçamento da Agricultura visando ao aproveitamento das instalações do Horto da Penha como (vol. 15, 593-594, 28-12-1917)

MÁQUINAS FRIGORÍFICAS,

Emenda reduzindo para 5% *ad valorem* do imposto de importação de ... para fins industriais (vol. 4, 98, 2-8-1917)

MARECHAL HERMES

Discurso defendendo a sua candidatura no qual define as responsabilidades do homem público (vol. 7, 686-719 17-7-1915)

MATADOUROS FRIGORÍFICOS

Discurso sobre a emenda nº 10 a respeito da importação e instalação para (vol. 10, 434, 28-11-1913)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Discurso a propósito do Orçamento da pasta em que se refere a atuação dos respectivos técnicos, e da colaboração que deles recebem (vol. 15, 114-145, 169, 198, 321, 328 394 em 25-26-28 e..... 29-11-1924)

MATERIAL AGRÍCOLA importado

Emenda (que subscreve) ao Orçamento de Receita concedendo abatimento de 60% sobre o (vol. 8, 716, 30-10-1913)

MOEDAS DE OURO

Emenda (que subscreve)
acrescentando na renda da
Casa da Moeda a gratuidade
da cunhagem de
(vol. 3, 127, 6-71908)

MONUMENTO AO MARECHAL DEODORO

Projeto n.º 49 1927 (com outros
Manda erigir
(vol. 4, 86, 3-6-1927)

MORRO DO CASTELLO, Arrazamento do

Projeto n.º 2, 1917
Parecer contrário do Relator,
rejeitando o projeto primitivo
e o seu substitutivo
(vol. 1, 143, 4-5-1917)

NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Parecer n.º 22, 1914 (Relator)
manda arquivar o requerimento
de J. S. Castro Barbosa
pedindo a concessão para
melhorar a
(vol. 6, 290-293, 21-9-1914)

NORDESTE, Comissão de Inspeção de Obras do

Discurso sobre a resposta, a
ser inserida nos "Anais", da-
da pela ... a uma carta do
Dr. Eptácio Pessoa
(vol. 15, 391-406, 31-12-1923)

NORDESTE, Despesa das Obras

Discurso defendendo aquelas
obras, atacadas pelo Senador
Irineu Machado, e estudando
toda a parte técnica e econô-
mica do smesmos
(vol. 7, 650-763, 12-9-1923)

OBRAS PÚBLICAS, Crise e paralização das

Discurso no qual trata, den-
tre outros assuntos das
(vol. 12, 808-823, 19-12-1914)

ORÇAMENTO DA RECEITA

Emendas (diversas que subs-
creve) sobre diversos itens:
fumo, cigarros e charutos;
vinhos estrangeiros, vinho
nacional, álcool, objetos de
luxo, armas de fogo, imposto
sobre a renda
(vol. 8, 326 em seg set. 1916)

ORDEM PÚBLICA — Subversão da

Discurso a propósito do le-
vante de uma unidade mili-
tar; jamais instiguei a revol-

ta; só fiz uma revolução no
país; foi na idade de 22 anos,
quando jorrava para nós a
luz do sol de 89
(vol. 13 — 1924)

PANAMÁ PACIFIC INTERNATIONAL EXPOSITION e Panamá Califórnia Expositiva

Discurso pela representação
do Brasil nas
(vol. 8, 669-670, 30-10-1913)
(vol. 9, 43, 1-11-1913)

PAPEL MOEDA

Discurso sobre finanças, jus-
tificando, dadas as circuns-
tâncias, a emissão de
(vol. 5, 134-141, 19-8-1914)

PAPEL MOEDA e outros assuntos

Discurso sobre emissão de
(vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

PARÁ, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco

Projeto n.º 187 — 1917
Eleva a 1.ª classe os hospi-
tais militares de
(vol. 5, 1917)

PARAGUAI, Dívida de Guerra do

Projeto n.º 200 1917
Declara extinta a dívida de
Guerra do Paraguai para
com o Brasil
(vol. 5, 797-798, 25-8-1917)

PATENTES DE INVENÇÃO

Discurso sobre a reforma da
lei, (3129 de 14-10-1882) cô-
bre
(Anais, 1908, 451-463)

PERNAMBUCO, Pará, Bahia e Rio Grande do Sul

Projeto n.º 187 1917
Eleva a 1.ª classe os hospi-
tais militares de
(vol. 5, 1917)

PIAUI — Pôrto de Amarração

Projeto n.º 278 A, de 1924
Emenda sobre dragagem e
desobstrução do canal de
acesso
(vol. 19, 221-222, 28-12-1924)

PINHEIRO MACHADO

Discurso em homenagem a —
por ocasião do 9º aniversá-
rio de sua morte
(vol. 8, 256-259, 10-9-1924)

PLANALTO CENTRAL

Projeto (n.º 95 - 1916)
de estrada de ferro em dire-
ção — passando por Itaguaí
e Pedra Branca
(vol. 15, 936-949, 30-12-1916)
(vol. 15, 129-131, 29-12-1916)

PLANO INDUSTRIAL NACIONAL

Após referência ao progra-
ma de compras, a propósito
da desapropriação de minas,
tratou de um
(vol. 3, 35-52, 2-7-1917)

PLANO FINANCEIRO do Governo

Discurso enaltecendo-o, bem
como ao plano monetário do
Sr. Washington Luiz
(vol. 8, 168-176, 29-8-1928)

POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

Discurso Refere-se à Socie-
dade Nacional de Agricultu-
ra e faz considerações à ...
(vol. 5, 648-652 — 22-8-1917)
(vol. 5, 722-727 — 23-8-1917)
(vol. 5, 763-780 — 25-8-1917)

POSTO EXPERIMENTAL DE VETERINÁRIA, de Pôrto Alegre

Emenda restabelecendo êsse
posto, que passou a servir de
Posto de Imunização
(vol. 4, 555, 30-7-1926)
PORTO ALEGRE — Greve
na Cidade de
Discurso
(Vol. 4, 440-445, 7-8-1917)

PORTO ALEGRE — Munipalidade de

Projeto n.º 50 1926
Isenta de direitos de impor-
tação os materiais importa-
dos em 1926/7 para a Inten-
dência Municipal de
(vol. 3, 23-24, 1-7-1916)

PORTO DA BAHIA, obras do — e Estrada de Ferro Centroeste

Projeto da bancada da Ba-
hia que também assina como
único não baiano
(vol. 4, 78, 15-7-1926)

PORTO DE CORUMBA

Projeto (que subscreve)
(vol. 7, 877, 30-8-1916)

PORTO DO RIO GRANDE

Discurso sobre o seu artigo
em "O País", a respeito do
assunto
(vol. 10, 17, 19, 2-10-1916)

PORTO DO RIO GRANDE
Discurso em que trata de variados assuntos: taxa de 2% ao ano; Partilha de rendas federais entre a União e Estados; Produção Brasileira e argentina; Cavalos importados "per capita" em diversos países; Café e tributação em São Paulo, falta de remuneração racional do trabalho, etc.
(vol. 10 — 299-339, 9-10-1916)

PORTO DO RIO GRANDE DO SUL
Discurso sobre a transferência ao Governo do Estado, inclusive conservação da barra
(vol. 15, 607-612, 28-11-1916)
(vol. 15, 890-893, 30-12-1916)

PORTO DO RIO GRANDE
Discursos defendendo a sua encampação e transferência para o Estado
(vol. 15, 608-610, 28-12-1916)
(vol. 15, 890-891, 30-12-1916)

PORTO DO RIO DE JANEIRO — Cais do
Parecer da Comissão de Obras Públicas indeferindo o de John Jacoson sobre assunto de concorrência para a sobras do (Relator)
(vol. 2, 551-552-553-554, 16-6-1916)

PORTO DE RECIFE
Projeto nº 126, B, de 1917
Parecer favorável à emenda do Senado emenda destacada e aprovada do projeto nº 126 A, autorizando a prorrogação ... prazo para exploração de trecho do cais do Recife
(vol. 11, 6-7-, 14-11-1917)

PORTOS, Estradas, Telégrafos
Emendas (que subscreve) ao Orçamento de receita sobre
(vol. 9, 434-473, 9-8-1915)

PORTO DE DIVERSOS ESTADOS
Emenda (que subscreve) ao Orçamento da viação para estudos definitivos, conservação de material, dragagem, pessoal, material nos
(vol. 9, p. 447, 5-11-1914)

PORTOS E JAPONÊSES — Imigrantes
Projeto nº 291 1923
Parecer da Comissão da Agricultura, assinado com restrições ao art. 5º, que veda a entrada de imigrantes da-

quelas raças, como "atentatório às tradições liberais do país"
(vol. 11, 789 de 20-12-1923)
PRODUÇÃO E ECONOMIA
Discurso sobre a desigualdade das condições de vida nos Estados e
(vol. 7, 544-549, 20-10-1914)

PROPRIEDADE RURAL, taxa móvel no Rio Grande do Sul sobre
Discurso no qual faz estudos sobre associações rurais, colonização e —
(vol. 7, 613-618, 22-10-1914)

PROTECIONISMO INDUSTRIAL
Discurso no qual trata, dentre outros assuntos do
(vol. 12, 77-78, 12-12-1914)

PROTECIONISMO INDUSTRIAL e outros assuntos
Discurso, no qual trata de
(vol. 12, 808-823, 19-12-1914)

PROTECIONISMO DECRESCENTE E SELECIONADO e outros assuntos
Discurso, sobre o
(vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

QUARTEIS E ENFERMIARIAS REGIONAIS
Emenda (que subscreve) autorizando a construção nos Estados onde houver guarnição do Exército
(vol. 5, 115, 3-8-1908)

RAUL SOARES e Bernardo Monteiro
Discurso em homenagem à sua memória
(vol. 6, 108-109, 5-8-1924)

RECEITA, Orçamento da *Redação final*, do projeto do ... para 1918
(vol. 10, 760-885, 14-9-1917)

REFORMA CONSTITUCIONAL
Votos às emendas sobre Intervenção nos Estados, Justiça Federal e Culto Religioso
(vol. 2, 1926)

REPÚBLICA, Plocamação da *Discurso* sobre a — e antecedentes
(vol. 5, anexo, 1913)

RIO GRANDE DO SUL, Pernambuco, Pará e Bahia
Projeto nº 187 1917
Eleva a 1ª. classe os hospitais militares de
(vol. 5, 1917)

RIO DE JANEIRO, Intervenção no Estado do *Voto* contrário à urgência e pela rejeição do projeto nº 79 de 1923, que aprova os decretos do Poder Executivo nºs 15.922 e 15.923 de 10-1-1923, determinando a intervenção e nomeando interventor o Sr. Aurelino Leal
(vol. 3, 41-42, 403-567 e 909 de 3, 9, 10 e 16-7-1923)

SANTA CATARINA, Correios de
Projeto nº 294 A, 1917
Elevada a atual administração de 2ª. classe dos Correios de Santa Catarina para 1ª.
Parecer contrário
(vol. 11, 102-103, 16-11-1917)

SÊCAS DO NORDESTE e outros assuntos
Discurso sobre as
(vol. 9, 305-307, 6-8-1915)

SERVIÇO MILITAR
Discurso no qual, defendendo as linhas de tiro, apela ao governo para que cumpra a lei do
(vol. 6, 538, 23-9-1913)

SERVIÇO PÚBLICO
Emenda (que subscreve) Oscamento da Fazenda sobre "uniformização da classe dos funcionários, seus direitos e vantagens em categorias iguais
(vol. 8, 397, 11-9-1916)

SERVIÇO PÚBLICO
Discursos (vários) como relator da viação, encaminhamento votação sobre concursos de carteiros, praticantes de condutor, etc. afirmando que o Congresso não deve estar intervindo diretamente na execução do regulamento do
(vol. X, 581-599, 613-614, 12-11-1917)

SIDERURGIA e outros assuntos
Discurso no qual trata da
(vol. 12, 808-823, 19-12-1914)
SILVA JARDIM
Explicação pessoal aplaudindo a homenagem a esse propagandista da República
(vol. 15, 1067, 30-12-1916)

SITUAÇÃO ECONÔMICA do Rio Grande do Sul
Discurso fazendo apreciações sobre a cultura do ar-

roz e do trigo. Papel da Sociedade Nacional de Agricultura na recepção do Professor italiano Novello Novelli, que veio ao Brasil a convite de particulares e associações rurais para estudo daquelas culturas (vol. 9, 593-602, 1-11-1914)

SITUAÇÃO ECONÔMICA DE SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL

Discurso no qual focaliza os vários aspectos da (vol. 9, 397-405, 5-11-1914)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO PAÍS

Discurso tratando especialmente do café e da borracha (vol. 8 — 1913)

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL

Discurso sobre o desenvolvimento da viação Férrea e da (vol. 8, 182-189 27-10-1914)

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Discurso no qual trata dentre outros assuntos da (vol. 12, 77-88, 12-12-1914)

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Discurso sobre a — no qual trata de impostos, café, arroz, da lei de emergência que deu entrada ao arroz estrangeiro; do algodão, da irrigação no Nordeste, da moeda, do algodão, etc. — Continuando na Sessão de 29-9, quando tratava da Tabela Tarifária (vol. 6, 572-580 — 26-8- e vol. 1926)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Fazenda autorizando o Governo a doar a — o terreno de que já está de posse desde 1899 (vol. 5, 284-285, 15-7-1916)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Emenda (que subscreve) ao Orçamento da Receita a corresponder a publicação expedida pela (vol. 12, 823, 30-9-1916)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Discursos sobre o Orçamento da Agricultura em que destaca emendas sobre o Hórto da Penha, da Sociedade Nacional de Agricultura e a Conferência Nacional Algodoeira (vol. 15, 428-432, 27-12-1916)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, A

Discurso favorável à emenda n.º 156, do Orçamento da Agricultura a u t o r i z a n d o acôrdo com a — visando ao aproveitamento das instalações do Hórto da Penha como campo de experiência de máquinas agrícolas (vol. 15, 593-594, 28-12-1916)

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Discurso — Refere-se à ... e trata de política econômica nacional (vol. 5, 648-652, 22-8-1917) (vol. 5, 722-727, 23-8-1917) (vol. 5, 763-780, 25-8-1917)

TAXAS DE BARRA

Discursos sobre as nossas... mostrando os seus inconvenientes (vol. 3, 744, 757, 785, 31-7-1917 e vol. 5, 315-316, 21-8-1917)

TELEGRAFOS, Estradas de ferro, portos

Emendas ao Orçamento de receitas, sobre (vol. 9, 434-473, 9-8-1915)

TESOURO DE GUERRA

Projeto n.º 366-177 Institui o... (vol. 11, 289, 22-11-1917) (vol. 11, 424-425, 26-11-1917)

TRIBUTAÇÃO FEDERAL e estadual e protecionismo industrial

Discurso Resumo (vol. 4, 28-4-1908) (vol. 4, 449, 28-7-1908)

TRIGO, cultura do

Projeto n.º 101 — 1908 (que subscreve) Concedendo a Sindicatos ou Cooperativas Agrícolas a subvenção de 15 contos de que a plantem área superior a 200 hectares e mantenham orientando a cultura com técnicos competentes (vol. 2, 311, 15-6-1908) (vol. 2, 428, 19-6-1908)

TRANSPORTES E COMÉRCIO FRIGORÍFICOS, Organização dos Serviços Conjugados de

Parecer, sobre o projeto do Deputado Luiz Bartolomeu, a respeito da Organização dos (vol. 3, 925, 5-7-1923) (vol. 4, 717, 1923)

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela (vol. 8, 205, 3-10-1917)

UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Emenda ao Orçamento do Interior a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela (vol. 8, 205, 3-10-1917)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Emenda ao Orçamento do Interior, a respeito do reconhecimento de diplomas expedidos pela (vol. 8, 205, 3-10-1917)

VESPASIANO DE ALBUQUERQUE, Marechal

Discurso Preito à sua memória (vol. 4, 398-400, 11-7-1924)

VETERINÁRIA DE PORTO ALEGRE, Pôsto Experimental de

Emenda restabelecendo êsse Pôsto, que passaria a ser também de Pôsto de Imunização (vol. 4, 555,30-7-1926)

VIA-FÉRREA DE SÃO LUIZ a São Borja

Emenda (que subscreve) autorizando a contratação da construção do prolongamento da (vol. 7, 568, 6-10-1913)

WASHINGTON LUIZ, Plano monetário de

Discurso enaltecendo-o, bem como ao Plano financeiro do Governo (vol. 8, 168-175, 29-8-1928)

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO

Do Sr. Guilherme Pimentel Filho, Presidente da Comissão Executiva do XIII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, que será realizado no mês de julho do próximo ano recebeu a redação desta Revista, o comunicado que transcrevemos:

"Temos a satisfação de comunicar a Vv.Ss. que a cidade capixaba de Guarapari, localizada a 45 quilômetros de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, foi escolhida para a sede do XIII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, que será realizado em julho de 1971, em data a ser confirmada.

Sem dúvida, a escolha de Guarapari uma das mais belas praias do litoral brasileiro, para reunir grande parte dos estudiosos do solo deste país, é motivo de muito orgulho e muita alegria para os capixabas, pois constitui um marco muito significativo para o desenvolvimento do E. Santo.

Para organizar o XIII Congresso Brasileiro de Ciência de Solo, a Diretoria da Sociedade Brasileira de Conservação de Solo, constituiu uma Comissão Executiva composta pelos seguintes membros: Médico Veterinário Guilherme Pimentel Filho, *Secretário de Agricultura do E. Santo*; Engenheiro Agrônomo Orestes Ferraz Martins, *Diretor Estadual do Ministério de Agricultura*; Eng^o Agrônomo Lélío Rodrigues, *Diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico do E. Santo*; Engenheiro Roberto Vianna Rodrigues, *Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do E. Santo* e técnico do Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS; Engenheiro Agrônomo Luzberto

Achá Penoso, *executor técnico da Carta de Solos do E. Santo*; Engenheiro Agrônomo Rolf Eduardo Pulschen, *Secretário Executivo da ACARES*; Engenheiro Agrônomo Roberto Almeida Gomes, *Chefe da Divisão de Experimentação e Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Engenheiro Agrônomo Herculano Penna Medina, técnico do Instituto Agrônomo de Campinas.*

Esta Comissão Executiva já está em plena atividade para organizar da melhor maneira possível este Congresso. Tanto é que já estamos organizando um esquema de divulgação em âmbito nacional sobre o Congresso e já mantivemos contato com diversas firmas e entidades oficiais para o patrocínio do conclave.

Como este Congresso, temos certeza, interessa diretamente aos técnicos dessa Organização, muito agradeceríamos a divulgação do mesmo entre os interessados no assunto, bem como nos enviasse, com urgência, uma relação de prováveis participantes e seus respectivos endereços, para que possamos nos comunicar periodicamente com eles.

Para essa providência, comunicamos a Vv.Ss. que a nossa Secretaria está funcionando à Rua Raimundo Nonato, s/n — 3º andar — Caixa Postal nº 391 — Forte São João — Vitória — ES, para onde deverá ser enviada toda e qualquer correspondência.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou carogós) dos pintos e aves adultas

À venda

**RUA DO MATOSO, 33
— RIO**

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S.A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

“CORINGA”

Marca Registrada

LEGÍTIMAS

FORJADA E CALÇADA
COM AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 3027 - C

— TIPO: —
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
ESTREITA
CÔR AZUL

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 17.º andar, sala 1701 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063